



# RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO 2022

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



# RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO 2022

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
DECLARAÇÃO DE ABERTURA.....	11
RESUMO EXECUTIVO.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
1. CONTEXTO NACIONAL.....	17
1.1 Caracterização e situação sociodemográfica.....	17
1.2 Situação político-administrativa.....	18
1.3 Contexto socioeconómico.....	18
1.4 Contexto ambiental.....	19
2. METODOLOGIA E PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO.....	20
3. POLÍTICA E AMBIENTE FACILITADOR DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM STP.....	21
3.1 Quadro jurídico de desenvolvimento sustentável.....	22
3.2 Apropriação dos ODS.....	22
3.2.1 Engajamento político, comunicação e sensibilização.....	22
3.2.2 Contextualização e priorização.....	22
3.3 Integração dos ODS nos quadros nacionais de planeamento.....	24
3.4 Integração das dimensões do desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental).....	25
3.5 Não deixar ninguém para trás.....	26
3.6 Mecanismos nacionais.....	27
3.6.1 Dispositivo institucional de coordenação da implementação dos ODS.....	27
3.6.2 Mecanismos de seguimento e avaliação.....	28
3.7 Questão estruturais e desafios de STP no contexto de desenvolvimento sustentável.....	30
4. PROGRESSO EM RELAÇÃO AOS ODS.....	31
ODS 1.....	32
ODS 2.....	37
ODS 3.....	42
ODS 4.....	51
ODS 5.....	56
ODS 6.....	62
ODS 7.....	66
ODS 8.....	69
ODS 9.....	75
ODS 10.....	78
ODS 11.....	80
ODS 12.....	83
ODS 13.....	85
ODS 14.....	90
ODS 15.....	93
ODS 16.....	96
5. MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM STP.....	102
5.1 Mobilização de financiamento interno e externo.....	102
5.2 Mecanismo inovadores para o financiamento do desenvolvimento sustentável.....	105
5.3 Desafios na mobilização de financiamento.....	107
6. CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	111
ANEXOS	
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS POR ODS.....	114

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.1:</b> Perfil da pobreza da População de STP, segundo algumas características socioeconómicas dos agregados familiares, 2010 - 2017 (%).....	114
<b>Tabela 1.2:</b> Razão de dependência por status “pobre” e “não-pobre”, 2017.....	115
<b>Tabela 1.3:</b> Distribuição percentual da população domiciliar segundo o tempo para ir à fonte de água para consumo doméstico, obter água e retornar, 2019.....	115
<b>Tabela 1.4:</b> Distribuição percentual da população domiciliar de acordo com a principal fonte de água melhoradas para consumo, 2019.....	115
<b>Tabela 1.5:</b> Distribuição percentual da população domiciliar de acordo com o tipo de instalação de saneamento utilizado, 2019.....	116
<b>Tabela 1.6:</b> Percentagem de agregados familiares por característica de alojamento selecionado, segundo a área de residência ou região, 2019.....	116
<b>Tabela 1.7:</b> Proporção (%) de gastos executados, destinados aos serviços essenciais (educação, saúde e proteção social): Despesas correntes e Despesas de capital, 2015 – 2020.....	36
<b>Tabela 2.1:</b> Área agrícola e proporção em que é praticada Agricultura produtiva e sustentável, 2017 - 2021.....	40
<b>Tabela 2.2:</b> Índice de orientação agrícola para a despesa pública, 2015 – 2019.....	41
<b>Tabela 3.1:</b> Percentagem de partos assistidos por pessoal de saúde especializado, 2014 – 2019.....	117
<b>Tabela 3.2:</b> Taxa de mortalidade materna, 2009 - 2014.....	117
<b>Tabela 3.3:</b> Distribuição percentual de mulheres de 15-49 anos com um nado-vivo nos últimos dois anos, numa estrutura de saúde, 2014 - 2019.....	117
<b>Tabela 3.4:</b> Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças crónicas respiratórias, por sexo, 2017 - 2020.....	118
<b>Tabela 3.5:</b> Percentagem de mulheres e homens de 15-49 anos que tomou pelo menos uma bebida alcoólica em qualquer altura no último mês, 2014 - 2019.....	118
<b>Tabela 3.6:</b> Percentagem de mulheres de 15-49 anos que estão casadas ou em união-de-facto, com necessidades satisfeitas de planeamento familiar e utilização de métodos contraceptivos modernos, 2014 - 2019.....	118
<b>Tabela 3.7:</b> Percentagem de mulheres de 15 a 49 anos atualmente casadas ou em união-de-facto que utilizam (ou cujo parceiro/cônjuge usa) um método contraceptivo, 2019.....	119
<b>Tabela 3.8:</b> Densidade e distribuição dos profissionais de saúde por Distrito, 2017 – 2019.....	103
<b>Tabela 4.1:</b> Percentagem de crianças de 7 a 14 anos que demonstram habilidades de leitura fundamental ao completar com sucesso três tarefas de leitura fundamental, por sexo, 2019.....	121
<b>Tabela 4.2:</b> Percentagem de crianças de 7 a 14 anos que demonstram habilidades básicas numéricas ao completar com sucesso três tarefas básicas numéricas, por sexo, 2019.....	122
<b>Tabela 4.3:</b> Percentagem de crianças de 3-4 anos que estão no bom caminho em termos de literacia - numeracia, física, social-emocional, e domínios de aprendizagem, e a pontuação do índice de desenvolvimento da primeira infância, 2014 - 2019.....	53
<b>Tabela 4.4:</b> Distribuição percentual de crianças com menos de um ano de idade oficial de entrada na escola básica no início do ano letivo, por frequência a educação e frequência a um programa de educação infantil ou ensino básico (taxa de frequência líquida ajustada), 2014 – 2019.....	122
<b>Tabela 4.5:</b> Taxa líquida de escolarização ajustada (percentagem de crianças que frequentam os diferentes níveis de ensino), 2019.....	54
<b>Tabela 4.6:</b> Índice de paridade de género no ensino básico, secundário (1º e 2º ciclos), para as taxas líquidas de escolarização ajustada, entre raparigas e rapazes, segundo o índice de bem-estar económico (IPG), 2019.....	55
<b>Tabela 5.1:</b> Proporção de mulheres e meninas com 15 anos ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica por um parceiro íntimo atual ou antigo nos últimos 12 meses, por forma de violência, 2017 – 2021.....	58
<b>Tabela 5.2:</b> Proporção de mulheres e meninas já com 15 anos ou mais, sofrendo violência física, sexual ou psicológica por um parceiro íntimo atual ou antigo nos últimos 12 meses, por idade, 2017 - 2021.....	123

<b>Tabela 5.3:</b> Percentagem de mulheres de 20-24 anos de idade que casaram ou entraram numa união-de-facto pela primeira vez antes dos 15 e 18 anos de idade, 2014 - 2019.....	124
<b>Tabela 6.1:</b> Percentagem de membros do agregado familiar que usa uma fonte de água potável melhorada localizada nas instalações, disponível quando necessário, 2014 - 2019.....	109
<b>Tabela 6.2:</b> Percentagem de usuários de instalações sanitárias melhoradas, não compartilhadas, 2014 - 2019...	126
<b>Tabela 6.3:</b> Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (%), 2017 – 2020.....	65
<b>Tabela 8.1:</b> Proporção e número de crianças dos 5 aos 17 anos em trabalho infantil, por sexo e idade, 2019.....	64
<b>Tabela 9.1:</b> Transporte de passageiros e de carga, por tipo de transporte, 2017 – 2020.....	76
<b>Tabela 9.2:</b> Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e per capita, 2015 - 2017....	77
<b>Tabela 11.1:</b> Número de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas devido a desastres, por 1000 habitantes, 2017 - 2019.....	81
<b>Tabela 11.2:</b> Resíduos Sólidos Urbanos produzidos em STP, por Distritos (Ton/ano), 2010 - 2020.....	127
<b>Tabela 15.1:</b> Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema, 2017 – 2019.....	94
<b>Tabela 16.1:</b> Proporção da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses, 2017 – 2021 .....	82
<b>Tabela 16.2:</b> Percentagem de crianças com menos de 5 anos cujo nascimento foi declarado como estando registado na autoridade civil, 2014 - 2019.....	128
<b>Tabela 17.1:</b> Estrutura das Receitas Totais do Estado (%), discriminada por fonte, 2017 – 2020.....	86
<b>Tabela 17.2:</b> Donativos e empréstimos externos (Milhões de USD), por parceiros multilaterais e bilaterais, 2018.....	103
<b>Tabela 17.3:</b> Disponibilidade de dados para o 1º VNR de STP.....	113



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.1:</b> Índice de Pobreza (PO, P1, P2), por sexo 2010 - 2017.....	33
<b>Gráfico 1.2:</b> Percentagem de recursos alocados pelo Governo por meio do OGE aos programas de combate à pobreza, 2016-2019.....	35
<b>Gráfico 2.1:</b> Percentagem de crianças menores de 5 anos, por estado nutricional, de acordo com a prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), por meio de residência e sexo, 2014 - 2019.....	38
<b>Gráfico 2.2:</b> Percentagem de crianças menores de 5 anos, por estado nutricional de acordo com a prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), por regiões, 2014 - 2019.....	39
<b>Gráfico 2.3:</b> Prevalência (%) de emagrecimento (moderada e severa), 2014 - 2019.....	36
<b>Gráfico 2.4:</b> Prevalência (%) % de excesso de peso, 2014 - 2019.....	40
<b>Gráfico 2.5:</b> Total de fluxos oficiais para o sector agrícola (em Milhões de Euros), 2017 - 2020.....	41
<b>Gráfico 3.1:</b> Taxa de mortalidade neonatal, por 1.000 nados vivos, 2014 - 2019.....	44
<b>Gráfico 3.2:</b> Taxa de mortalidade infantojuvenil, por 1000 nados vivos, 2014 - 2019.....	45
<b>Gráfico 3.3:</b> Número de novas infeções por HIV por 1000 habitantes, por sexo, 2018 - 2019.....	45
<b>Gráfico 3.4:</b> Taxa de novos casos de HIV por 1.000 habitantes, por sexo, 2018 - 2019.....	46
<b>Gráfico 3.5:</b> Taxa de incidência da tuberculose por 100.000 habitantes, 2016 - 2020.....	46
<b>Gráfico 3.6:</b> Taxa de incidência de Malária /1.000 habitantes, 2016 - 2020.....	47
<b>Gráfico 3.7:</b> Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes, por regiões, 2019.....	119
<b>Gráfico 3.8:</b> Taxa de incidência da Hepatite B por 100.000 habitantes, 2015 - 2020.....	120
<b>Gráfico 3.9:</b> Número de mortes por acidente de trânsito, 2014 - 2017.....	48
<b>Gráfico 3.10:</b> Taxa de nascimento de adolescentes (taxa de fecundidade específica por idade das mulheres de 15 a 19 anos), por meio de residência, 2014 - 2019.....	48
<b>Gráfico 3.11:</b> Percentagem de mulheres que tiveram filhos antes de 18 anos, por meio de residência, 2014 - 2019.....	120
<b>Gráfico 3.12:</b> Taxa de fecundidade total expressa por mulher de 15-49 anos de idade, por meio de residência, 2014 - 2019.....	120
<b>Gráfico 3.13:</b> Percentagem de crianças com idade entre 12 e 23 meses, atualmente vacinadas contra doenças infantis evitáveis por vacina (cobertura bruta), 2019.....	121
<b>Gráfico 3.14:</b> Despesas atuais com saúde (% do PIB), 2015 - 2018.....	50
<b>Gráfico 4.1:</b> Percentagem de mulheres e homens de 15-49 anos que nos últimos 3 meses realizaram atividades relacionadas com computador, 2019.....	54
<b>Gráfico 4.2:</b> Proporção de escolas com acesso a alguns bens essenciais (eletricidade, água potável e WC/latrinas), 2017.....	123
<b>Gráfico 4.3:</b> Proporção de professores com formação pedagógica, por níveis de ensino, 2017.....	123
<b>Gráfico 4.4:</b> Percentagem das despesas do Governo com a educação e em relação ao PIB, 2015 - 2019.....	50
<b>Gráfico 5.1:</b> Proporção nacional da Violência Sexual, 2017 - 2021.....	59
<b>Gráfico 5.2:</b> Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram de violência sexual nos 12 últimos meses infligida por alguém que não fosse um parceiro íntimo, por grupo de idade, Distrito de Água Grande, 2017 - 2021.....	108
<b>Gráfico 5.3:</b> Proporção de mulheres e meninas de 15-19 anos que sofreram nos últimos 12 meses de violência sexual infligida por alguém que não fosse um parceiro íntimo, por grupo de idade, Distrito Mé-Zochi, 2017 - 2021.....	125
<b>Gráfico 5.4:</b> Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento, 2017 - 2021.....	60
<b>Gráfico 5.5:</b> Proporção de pessoas que usam telemóveis em STP, 2017 - 2020.....	61
<b>Gráfico 6.1:</b> Percentagem de membros do agregado familiar sem água melhorada para consumo nas instalações, por meio de residência, 2019.....	126
<b>Gráfico 6.2:</b> Montante de APD na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa (Milhões de Dobras), 2017 - 2020.....	65

<b>Gráfico 7.1:</b> Percentagem de membros do agregado familiar com acesso a eletricidade, por meio de residência, 2014 e 2019.....	67
<b>Gráfico 7.2:</b> Percentagem de membros do agregado familiar com acesso a eletricidade, por Distritos, 2019.....	68
<b>Gráfico 8.1:</b> Taxas de variação anual do PIB real e do PIB per capita, 2016 - 2019.....	71
<b>Gráfico 8.2:</b> Taxa de variação anual do PIB por pessoa empregada, 2017 - 2019.....	63
<b>Gráfico 8.3:</b> Taxa de desemprego, por sexo, 2017.....	72
<b>Gráfico 8.4:</b> Percentagem de acidentes de trabalho mortais e não mortais, por sexo e condição de migração, 2018-2019.....	127
<b>Gráfico 8.5:</b> Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação, 2017 - 2019.....	73
<b>Gráfico 8.6:</b> Despesas totais dos fundos públicos em programas de proteção social e emprego em proporção dos orçamentos nacionais e PIB, 2016 - 2018.....	74
<b>Gráfico 10.1:</b> Proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social, 2014-2017.....	79
<b>Gráfico 13.1:</b> Montante mobilizado (Milhões de USD) para o compromisso de 100 mil Milhões de USD, 2017-20.....	89
<b>Gráfico 16.1:</b> Número de vítimas de homicídio doloso por 100.000 habitantes, por sexo, 2017-2020.....	97
<b>Gráfico 16.2:</b> Proporção de crianças de 1 a 17 anos que sofreram algum castigo físico e / ou agressão psicológica por cuidadores/responsáveis/tutores no último mês, 2017 - 2020.....	82
<b>Gráfico 16.3:</b> Percentagem de crianças de 1-14 anos que experimentaram qualquer método de disciplina violento, 2019.....	99
<b>Gráfico 16.4:</b> Número de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos, 2013 - 2017.....	100
<b>Gráfico 16.5:</b> Número de armas pequenas e armas leves apreendidas que não estão registadas e localizadas, de acordo com as normas internacionais e os instrumentos legais, 2013 - 2018.....	100
<b>Gráfico 17.1:</b> Receitas totais do governo em Proporção do PIB, 2017 - 2020.....	102
<b>Gráfico 17.2:</b> Investimento Direto Estrangeiro (Milhões USD), 2015 - 2019.....	104
<b>Gráfico 17.3:</b> Remessas pessoais recebidas em Milhões de USD e em % do PIB, 2015 - 2020.....	104
<b>Gráfico 17.4:</b> Número de assinatura de Internet de banda larga Fixa, 2017 - 2020.....	106
<b>Gráfico 17.5:</b> Percentagem de homens e mulheres de 15 a 49 anos que utilizaram a Internet, segundo o meio de residência, 2019.....	106
<b>Gráfico 17.6:</b> Proporção de indivíduos (Homens e Mulheres) que utilizam a Internet, segundo os Distritos, 2019.....	106

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AAAA – Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development  
AGER – Autoridade Geral de Regulação  
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento  
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento  
BADEA – Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África  
BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe  
BM – Banco Mundial  
CACVD – Centro de Aconselhamento Contra Violência Doméstica  
CLTS – Saneamento Total Liderado pela Comunidade  
CNMC – Comité para as Mudanças Climáticas  
CONSAN – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CPADR – Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações  
DGA – Direção Geral do Ambiente  
DNP – Direção Nacional de Planeamento  
DPSS – Direção de Proteção Social e Solidariedade  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
EMAE – Empresa de Água e Eletricidade  
ENAPORT – Empresa Nacional de Administração dos Portos  
ENDE – Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística  
ENPAB – Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade  
ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza  
ENSSA – Estratégia Nacional de Segurança Sanitária Alimentar  
ERSAN – Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional  
EUR – Euro  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FONG – Federação de Organizações Não Governamentais  
HLPF – High-level Political Forum on Sustainable Development  
IAEG-SDGs – Inter-Agency Expert Group on SDG indicators (IAEG-SDGs)  
IDA – International Development Association  
IDE – Investimento Direto Estrangeiro  
IDH – Índice do Desenvolvimento Humano IDS – Inquérito Demográfico Sanitário  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INPIEG – Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género  
IOF – Inquérito aos Orçamentos Familiares  
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado  
MAPDR – Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural  
ME – Ministério da Educação  
MICS – Multiple Indicator Cluster Surveys  
MNEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades  
MPFEA – Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul  
MS – Ministério da Saúde  
NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)



OBJETIVOS  
DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



NU – Nações Unidas  
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OGE – Orçamento Geral do Estado  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONG – Organização Não Governamental  
OSC – Organização da Sociedade Civil  
PAM – Programa Alimentar Mundial  
PEC – Programa Estratégico de Cooperação  
PEID / SIDS – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PJ – Polícia Judiciária  
PN – Polícia Nacional  
PNASE – Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
PNIASAN – Programa Nacional de Investimento Agrícola para a Segurança Alimentar e Nutricional  
PNLP – Programa Nacional de Luta contra o Paludismo  
PNPC – Política Nacional de Proteção da Criança  
PNSAN – Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PTF – Parceiros Técnicos e Financeiros  
RAP – Região Autónoma do Príncipe  
RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe  
RIA – Rapid Integrated Assessment  
RNB – Rendimento Nacional Bruto  
RNV – Relatório Nacional Voluntário  
SAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional  
SEN – Sistema Estatístico Nacional  
SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
SIDSAM – Pequenos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento e Madagáscar  
SIS – Sistema de Informação de Saúde  
SNPCB – Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros  
SNU – Sistema das Nações Unidas  
STD – Dobras (moeda de STP)  
STP – São Tomé e Príncipe  
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação  
UE – União Europeia  
UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos  
UNDESA – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas  
UNECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas  
UNDAF – Plano-Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



OBJETIVOS  
DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

UNSC – Comissão de Estatística das Nações Unidas

USD – Dólar Americano

VBG – Violência Baseada no Género

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

ZEE – Zona Económica Exclusiva



## Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe

A semelhança dos demais membros da Organização das Nações Unidas (ONU), São Tomé e Príncipe (STP) engajou-se na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em Setembro de 2015, e arquitetou a sua implementação através dos diferentes instrumentos de planificação e de programação do processo de desenvolvimento socioeconómico do país.

Por forma a partilhar com a comunidade internacional o nível de engajamento dos ODS por parte do país, bem como as práticas e métodos adotados por STP e em curso sobre a matéria, e em harmonia com o que há de melhor ao nível internacional, STP elaborou o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário (RNV), de progresso na implementação dos ODS e que será apresentado no Fórum Político de Alto Nível para o desenvolvimento sustentável (HLPF), sob o lema “Reconstruir melhor do COVID-19, enquanto avança a implementação total da Agenda 2030”.

O HLPF, promove o debate e a troca de experiências entre os pares, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vista a acelerar a implementação da Agenda 2030 a nível global e em particular a nível de cada um dos países. Para além disso, visa fortalecer as políticas e instituições dos governos e mobilizar apoios e parcerias das partes interessadas para a implementação dos ODS. Pela primeira vez, depois do lançamento do Programa 2030 das Nações Unidas, STP apresenta em Julho de 2022 o grau de implementação dos ODS do país no âmbito do HLPF para promoção, intercâmbio, partilha de experiências, análise das soluções e apresentação das ações com vista a acelerar a concretização dos ODS. É certo que este fórum, será a ocasião de se reafirmar o engajamento dos dirigentes de todo o mundo a favor da cooperação internacional e de se criar as condições necessárias para a paz, progresso e o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Este Fórum Político de Alto Nível para o desenvolvimento sustentável de julho de 2022, será uma oportunidade para que STP reafirme, ao mais alto nível do Estado, o seu engajamento na implementação dos ODS com base nos progressos realizados, ao nível dos 17 objetivos e consequentemente das suas metas, não obstante o país ter priorizado somente 7 desses objetivos mormente: i) Erradicação da Pobreza; ii) Trabalho Digno e Crescimento Economico; iii) Indústria, Inovação e Infraestruturas; iv) Ação Climática; v) Proteger a Vida Marinha; vi) Proteger a Vida Terrestre; vii) Paz Justiça e Instituições Eficazes.

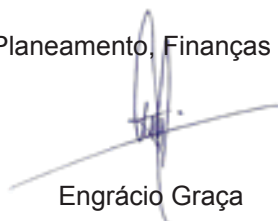
O presente relatório, faz o balanço da realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e indica os progressos na domesticação das metas de desenvolvimento e suas realizações, assim como os resultados da transformação socioeconómica no âmbito da implementação dos ODS em STP, com realce para os avanços alcançados nos domínios de saúde, educação e acesso a água tratada.

O processo de redação deste relatório, foi baseado no princípio de transparência inclusão, participação, e permitiu apreciar as opções políticas, sua coerência, as sinergias, o processo de seguimento e avaliação das ações ao nível dos diferentes setores de atividades. Diferentes ateliers foram organizados com a participação de todas as partes interessadas (atores nacionais, regional e locais, da sociedade civil e setor do privado).

Exprimimos igualmente a sincera gratidão a todos os colaboradores e integrantes no processo da elaboração do presente relatório, pelos esforços empreendidos, a competência demonstrada, e o engajamento evidenciado em todo este processo. O Governo de STP é-lhes grato pelo profissionalismo e dedicação, sem, os quais a redação deste relatório não teria sido possível.

Em suma, este relatório é resultado da excelente colaboração entre o Governo de STP e as Nações Unidas, daí os nossos sinceros reconhecimentos.

O Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul



Engrácio Graça

## Coordenador Residente das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe

Em nome da Organização das Nações Unidas (ONU) em São Tomé e Príncipe (STP), tenho o prazer de felicitar a São Tomé e Príncipe por ter assumido a elaboração voluntária do seu primeiro relatório de progressos da implementação dos ODS. O relatório descreve os progressos alcançados até à presente data em matéria de implementação do ODS, contribuindo para a partilha de experiências, identificação de desafios e lições que auxiliarão o país na adoção de políticas, medidas e ações conducentes à aceleração da implementação da Agenda 2030. O relatório é resultado de um extensivo e participativo processo de consulta, com apoio técnico das Nações Unidas e liderado pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, envolvendo organizações da sociedade civil, sector privado e agências das Nações Unidas.

Como um pequeno Estado em desenvolvimento, STP enfrenta desafios ingentes ao nível social, económico e ambiental. Estes desafios têm sido exacerbados pelos impactos das alterações climáticas e vulnerabilidades decorrentes, tanto a choques internos como externos. Além disso, a insularidade geográfica, pequena dimensão e conseqüente limitada economia de escala e elevados custos de transação, limitam a competitividade do país, o que requiere investimentos para atingir os ODS, dos mais elevados em termos per capita. Apesar destes constrangimentos estruturais, e com apoio da comunidade internacional, STP fez progressos encorajadores em alguns indicadores dos ODS, particularmente, nos sectores da Educação e Saúde.

Porém, não obstante estes progressos, ainda persiste um longo caminho a percorrer para atingir os ODS no horizonte 2030. O reforço da boa governação e a reforma da justiça, o combate à pobreza, e a redução das desigualdades representam tarefas de importância crucial para o país, neste processo. A graduação de STP da categoria de PMA, em 2024, constitui uma oportunidade para acelerar as reformas, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento que deverão continuar a acompanhar o país neste desafiante processo, antes e após a graduação.

O resultado desta primeira avaliação voluntária dos ODS em STP demonstra de forma clara a necessidade de o país intensificar os esforços no sentido de promover a transformação socioeconómica, através de investimentos em áreas chave como os serviços sociais básicos, transformação digital, infraestruturas, transição energética, diversificação económica, e o capital humano. Com efeito, o país precisa de construir uma economia resiliente, capaz de assegurar o crescimento sustentável e inclusivo e de superar algumas das suas vulnerabilidades nomeadamente, a dependência externa, o desemprego, a pobreza e a desigualdade.

A determinação do país e a participação de todos constituem elementos-chave para a materialização deste desiderato no horizonte 2030. Da parte das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, reitero o compromisso e a parceria de continuar a apoiar o país na implementação da Agenda para 2030 rumo ao Desenvolvimento Sustentável, sempre norteado pela proteção dos direitos Humanos e no espírito de “não deixar ninguém para trás”.

Coordenador Residente das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe



Eric Overvest

## RESUMO EXECUTIVO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é signatária do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 (Agenda 2030), que inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 incentiva os seus signatários a realizarem avaliações voluntárias sobre a implementação dos ODS, que servem de base para as avaliações regulares no Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável (High-level Political Forum on Sustainable Development – HLPF).

Assim, São Tomé e Príncipe (STP), ao abrigo do princípio da transparência e da responsabilidade mútua, apresenta o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário (RNV) com o objetivo de, por um lado, informar os seus cidadãos e instituições nacionais e internacionais sobre as ações realizadas, os progressos e os constrangimentos na implementação da Agenda 2030, e, por outro lado, partilhar com os pares, no âmbito do HLPF, a sua experiência e conhecer outras que lhe permita melhorar e acelerar o processo nacional de implementação da Agenda 2030, particularmente os ODS.

A elaboração deste relatório resultou de um processo participativo e inclusivo das partes interessadas. A metodologia adotada para a sua elaboração decorreu em duas fases: (1ª) recolha de informações e dados; e (2ª) sistematização, consulta e validação do RNV.

O contexto de implementação dos ODS no país foi marcado pela elaboração dos principais instrumentos de planeamento estratégico de desenvolvimento nacional nos últimos anos, nomeadamente: a Agenda de Transformação de STP no horizonte 2030, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017-2021 e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) de STP 2020-2024. Além desses instrumentos, vários planos e estratégias setoriais foram elaborados, alinhando-se com ODS.

STP escolheu 7 ODS como referencial na definição e execução das políticas e estratégias de desenvolvimento, a saber: ODS 1 – Erradicar a pobreza; ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas; ODS 13 – Ação climática; ODS 14 – Proteger a vida marinha; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

A Constituição da RDSTP, embora não faz menção expressa ao conceito de desenvolvimento sustentável, contém disposições com referência a elementos-chave de desenvolvimento sustentável. Além disso, a legislação infraconstitucional e os compromissos internacionais do país a favor do ambiente e do desenvolvimento sustentável são significativos.

Muito embora tenham sido realizadas ações visando a apropriação nacional dos ODS, o processo carece de um reforço junto dos atores de desenvolvimento e da população em geral. Por outro lado, não obstante o alinhamento de alguns instrumentos de planeamento com os ODS, o grau e a coerência desse alinhamento carecem de uma análise objetiva com recurso às ferramentas e metodologias disponíveis para o efeito. Além disso, STP não fez inicialmente uma priorização de metas dos ODS e, por esta razão, não estabeleceu um quadro nacional de indicadores com base nos indicadores globais, o que dificultou, reconhece-se, uma avaliação circunscrita dos progressos em função das prioridades nacionais de desenvolvimento.

Uma outra fraqueza na implementação dos ODS em STP, até então, foi o não funcionamento de um mecanismo institucional de governança (coordenação, seguimento e avaliação) do processo, situação a ser corrigida no curtíssimo prazo no âmbito dos próximos passos para a melhoria e aceleração do processo.

No que diz respeito aos progressos dos ODS, por não ter havido uma priorização inicial de metas globais para o contexto nacional, esta primeira avaliação nacional recaiu sobre situação e as tendências do país para seu alcance, recorrendo-se aos dados e informações disponíveis que respondam a indicadores de metas globais dos ODS. Assim, como principais resultados da implementação da Agenda 2030, destacam-se que:

- Houve melhorias significativas ao nível da redução da pobreza (definida como US\$1.90 por dia) entre 2010 e 2017, passando de 35,6% para 25,9%, ou seja, uma redução de cerca de 10 pontos percentuais.
- Um percentual expressivo das famílias são-tomense (97,5%), em 2019, utilizava fontes melhoradas de água para o consumo doméstico, um aumento de cerca de 7 pontos percentuais face a 2014.

- A prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), medida pela relação da altura pela idade, em crianças menores de 5 anos, melhorou, passando de 17,2%, em 2014, para 11,7%, em 2019. Já o mesmo não se pode dizer em relação à prevalência de malnutrição (excesso de peso), onde a situação piorou, passando de 2,4%, em 2014, para 4,5%, em 2019.
- Houve, também, ganhos ao nível da mortalidade infantil, tendo a taxa reduzido de 24,0 por 1.000 nados-vivos, em 2016, para 22,4 por 1.000 nascidos vivos, em 2020. A proporção de partos assistidos por profissional de saúde atingiu 96,8%, em 2019 e a taxa de cobertura do pré-natal na primeira consulta fixou-se em 98,1%. Nesse mesmo ano, cerca de 98% das mulheres de 15 a 49 anos recebeu atendimento pré-natal, pelo menos, uma vez de pessoal de saúde qualificado.
- Tem havido uma diminuição consistente da mortalidade materna em STP, que passou de 100 óbitos por 100 mil nascidos vivos, em 2009, para 74, em 2014. Ao nível da mortalidade materna e neonatal o país está próximo de atingir a meta global.
- As Doenças Transmissíveis já não são grande preocupação de saúde pública em STP. Em 2019, o país registou apenas 41 novos casos de HIV, o que corresponde a uma taxa de 0,2 por 1.000 habitantes, ou seja, uma diminuição de cerca de 29% face ao ano anterior. A tuberculose registou, entre 2016 e 2020, uma diminuição em torno de 27%, passando de 162 casos por cada 100.000 habitantes para 118 casos. O paludismo não é mais a principal causa de morbilidade e de mortalidade no país. Em 2020 foram registados apenas 1944, uma diminuição de cerca de 21% face ao ano anterior, e um aspeto a destacar é que durante esses dois anos, não se registou óbitos por causa desta doença. Portanto, a meta de eliminação dessa doença no país, até 2025, é factível.
- As Doenças Não Transmissíveis são, atualmente, as principais causas de mortalidade no país, com destaque para as doenças cardiovasculares.
- O país registou uma melhoria no uso de métodos contraceptivos pelas mulheres de 15 a 49 anos, atualmente casadas ou em união-de-facto, passando de 34,4%, em 2014, para 49,7%, em 2019.
- Em 2019, cerca de 94% de crianças de 12 a 23 meses receberam todas as imunizações recomendadas, antes do primeiro / segundo aniversário, contra difteria, tétano e coqueluche (DTP), e de 93% para a imunização pneumocócica (conjugada).
- Ao nível da educação, a Pontuação do Índice de Desenvolvimento da Primeira Infância, registou progressos assinaláveis, passando, em 2014, de 54,5% de crianças entre os 36 e os 59 meses que estão no caminho certo do desenvolvimento em, pelo menos, três das quatro áreas (leitura-cálculo, físico, sócio emocional, aprendizagem) para 62,9%, em 2019. Adicionalmente, em 2019, a taxa líquida de frequência ajustada do ensino básico fixou-se em 90%; do 1º ciclo do ensino secundário em 55%, e do 2º ciclo ensino secundário foi de 30%. Acresce, ainda, que a taxa de participação na aprendizagem organizada (1 ano antes da idade de ingresso à escola básica) foi de 74% em 2019 e a taxa de frequência da população de 4 aos 7 anos aumentou de 86%, em 2015, para 90,8%, em 2020. Nesse mesmo período, a taxa de matrículas no ensino superior da população com idade entre os 19-23 anos aumentou de 35,4% para 43,5%.
- Ao nível do género, destaca-se a melhoria do quadro legal e institucional, com a criação da Comissão Interinstitucional responsável pela implementação da “Política Pública Integral para uma Vida Dignificada para as Mulheres”. Quanto à paridade na educação, o país está prestes a atingir a meta de eliminar a disparidade entre sexos. Praticamente, há paridade ao nível do ensino básico para as TLE ajustadas, independentemente dos níveis de bem-estar económico das famílias, como comprova o Índice de Paridade de Género (IPG) de 2019, que foi de 1,02. Relativamente aos demais níveis a situação é oposta.
- STP apresenta resultados positivos ao nível do acesso à água limpa. Em 2020, cerca de 85% da população tinha acesso a fontes melhoradas de água e 62,5% tinha acesso ao saneamento básico. Em 2019, cerca de 98% de membros do agregado familiar usavam uma fonte melhorada de água potável localizada nas instalações, disponível para quando necessário, um aumento de 4 pontos percentuais face aos dados de 2014.
- Relativamente à eletricidade, a taxa de acesso evoluiu de 69%, em 2014, para 83%, em 2019. O país está a apostar na transição energética fóssil para energia limpa (energia hídrica) e está a aumentar a capacidade de produção da Central do Rio Contador de 1,4 MW para 3 MW.

- A economia de STP é fortemente vulnerável, pouco diversificada, o mercado é exíguo e o nível de crescimento económico tem sido insuficiente para as necessidades do seu desenvolvimento, sobretudo em termos de geração de empregos. A competitividade do país é baixa e a taxa de variação anual do PIB por pessoa empregada vem diminuindo desde 2017. A informalidade é grande, sobretudo no setor primário. O sector formal emprega menos de um terço (31,7%) da população trabalhadora, o que significa que a maior parte da população de STP trabalha no sector informal.
- Registou-se melhorias na taxa de desemprego no país, tendo reduzido de 13,6%, de acordo com Censo Populacional d2012, para 8,9%, em 2017.
- O turismo é considerado um setor estratégico para o desenvolvimento de STP, não obstante ter uma contribuição muito residual para a economia nacional, de apenas 4,6% em 2018.
- Ao nível das TIC também tem havido progressos. Em 2020, a percentagem da população coberta por uma rede móvel foi de 93%, sendo que 191.178 mil pessoas estão cobertas com a rede 3G, o que representa um aumento de cerca de 4% relativamente ao ano de 2017.
- STP, devido à sua localização no meio do Oceano Atlântico, na Linha do Equador, é um país muito vulnerável do ponto de vista ambiental, afetado pela elevação do nível do mar, cheias, inundações, secas, com implicações sérias, sobretudo ao nível das zonas costeiras.
- O país é muito rico em termos de florestas densas, com climas díspares, dependendo da região, relevo e altitude. Dispõe de vários ecossistemas florestais. Infelizmente, tem havido, nos últimos anos, alguma degradação das florestas, sobretudo aquelas situadas nas mais baixas altitudes. Entre 2015 e 2020, a proporção de desflorestação ilegal foi reduzida em 10,7 p.p., passando de 64,6%, em 2015, para 53,9%, em 2020. Atualmente, o país possui 4 sítios importantes para a biodiversidade de montanha abrangidos por áreas protegidas. Devido à riqueza do país em termos de biodiversidade, com espécies únicas, em 2012 a Ilha do Príncipe foi classificada pela UNESCO, como Reserva da Biosfera Mundial e o país se tem esforçado para manter essa classificação.
- Em termos de violência, em 2017 o país registou os maiores níveis, sendo 1.278 casos de ofensas corporais, 746 de violência doméstica e 58 de abuso sexual de menores. Comparativamente a 2016, houve uma evolução de cerca de 13%, 38% e 76%, respetivamente. O país tem sido confrontado pela prática de VBG e o número de vítimas vem aumentando, na maioria mulheres/meninas.

Constata-se que as estimativas de financiamento dos ODS em STP, até 2030, não estão disponíveis, uma vez que não foi feita inicialmente a priorização de metas globais dos ODS em função das prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável, seguida da respetiva orçamentação. A mobilização de recursos para o financiamento dos instrumentos de planeamento que concorrem para a realização dos ODS faz-se recorrendo a três categorias principais de financiamento, nomeadamente recursos internos, recursos externos e financiamento alternativo. Em 2017, as remessas internacionais para STP totalizaram um montante de cerca de 19,6 milhões de USD, representando cerca de 6,3% do PIB. Em 2020, devido ao impacto da pandemia da COVID-19, a redução foi muito mais expressiva, tendo o país recebido apenas 6,85 milhões de USD, cerca de dois terços a menos do valor de 2015, representando 1,82% do PIB.

Os próximos passos que STP pretende dar para melhorar o progresso na implementação dos ODS, até 2030, são os seguintes: (a) Criação e operacionalização de um mecanismo institucional de coordenação da implementação dos ODS; (b) Reforço da apropriação nacional dos ODS; (c) Reforço de capacidades nos ODS; (d) Análise do grau de alinhamento e integração dos ODS no quadro nacional de planeamento; (e) Priorização e integração de metas dos ODS nos instrumentos nacionais de planeamento;

(f) Promoção da localização dos ODS ao nível da Região Autónoma do Príncipe (RAP) e dos Distritos; (g) Orçamentação dos ODS e das metas prioritárias e a elaboração de uma estratégia de mobilização de novas parcerias e recursos para o seu financiamento; (h) Estabelecimento de um quadro nacional de indicadores de seguimento e avaliação dos ODS; (i) Reforço de capacidades do Sistema Estatístico Nacional (SEN); (j) Divulgação de dados dos ODS.

## INTRODUÇÃO

A RDSTP é signatária do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 (Agenda 2030), adotada pela Resolução A/RES/70/1<sup>1</sup>, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque, em 26 e 27 de setembro de 2015. A Agenda 2030 é um plano de ação da Comunidade Internacional para as pessoas, o planeta, à prosperidade, à paz e às parcerias. Estabelece um conjunto abrangente de 17 ODS e 169 metas, de caráter universal, que são ambiciosos, centrados nas pessoas e um catalisador para a mudança coletiva.

Ao adotarem a Agenda 2030, os Estados-membros da ONU consideram que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio que a humanidade tem que enfrentar, e que esta é uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. Comprometeram-se, assim, em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrado e integrado.

A Agenda 2030, que promete não deixar ninguém para trás, visa, fundamentalmente: erradicar a pobreza e a fome, em todo mundo, em 2030; combater as desigualdades nos países e de país para país; construir sociedades pacíficas e justas, onde todos tenham o seu lugar; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; proteger, de forma sustentável, o planeta e os seus recursos naturais. Assim, a Agenda 2030 impõe imensos desafios na sua implementação. Para o efeito, requer parcerias globais revitalizadas, apoiadas por políticas públicas coerentes, mecanismos de governança reformados, em todos os níveis, maior mobilização de recursos, uma revolução nos dados estatísticos, bem como o respeito pelo princípio da responsabilidade mútua. Da mesma forma, requer uma colaboração permanente entre todas as entidades envolvidas: governo, poder local, setor privado, sociedade civil, parceiros técnicos e financeiros (PTF), eleitos nacionais e locais, bem como outras partes interessadas.

Ao contrário da Declaração do Milénio (2000) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Agenda 2030, dado ao seu nível de ambição e exigência, recomenda a uma apropriação nacional dos seus 17 ODS e respetivas metas, a fim de se garantir uma implementação eficaz e adequada no contexto e especificidades de cada país.

STP assume a Agenda 2030 como a base fundamental em que assenta a sua política de desenvolvimento. O compromisso nacional é alcançar os ODS e metas, para permitir que os santomenses tenham um futuro melhor, em equilíbrio com o seu ecossistema. Como parte dos seus mecanismos de seguimento e avaliação, a Agenda 2030 incentiva os Estados-membros a realizarem avaliações regulares e inclusivas de progresso nos níveis nacional e subnacional, lideradas e conduzidas pelo país. Essas avaliações nacionais servem de base para as avaliações regulares no HLPF e devem ser voluntárias, conduzidas pelo Estado, realizadas por países desenvolvidos e em desenvolvimento.

É neste contexto que, seis anos após a adoção da Agenda 2030, STP decidiu realizar a sua primeira avaliação sobre a implementação dos ODS, a fim de identificar as ações realizadas e os progressos até então alcançados e fazer os ajustamentos necessários, de forma que o país possa atingir, em 2030, os objetivos esperados. Para o efeito, STP apresenta o seu primeiro RNV, com o objetivo de, por um lado, informar os seus cidadãos e instituições nacionais e internacionais sobre as ações realizadas, os progressos e os constrangimentos na implementação da Agenda 2030, e, por outro lado, partilhar com os pares a sua experiência e conhecer outras que lhe permita melhorar e acelerar o processo nacional de implementação da Agenda 2030, particularmente os ODS.

O presente Relatório, para além do resumo executivo e da introdução, estrutura-se em torno de 6 capítulos: (1) Contexto Nacional de Implementação dos ODS em STP; (2) Metodologia e Processo de Preparação do RNV; (3) Política e Ambiente Facilitador da Implementação dos ODS em STP; (4) Progressos em Relação aos ODS, (5) Meios de Implementação; e (6) Conclusão e Próximos Passos.

---

<sup>1</sup> [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)



## 1. CONTEXTO NACIONAL

### 1.1 Caracterização e situação sociodemográfica

A RDSTP é um pequeno Estado arquipelágico, localizado no Golfo da Guiné à 300 km ao Oeste do Gabão e 240 km da África Central. O país é constituído por duas ilhas principais, a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe, e vários ilhéus, de origem vulcânica e com relevo acidentado, que ocupam uma superfície terrestre total de 1.001 km<sup>2</sup>, sendo 859 km<sup>2</sup> para a Ilha de São Tomé e 142 km<sup>2</sup> para a Ilha do Príncipe, e são atravessadas pela Linha do Equador. Junto ao extremo sul da Ilha de São Tomé fica o Ilhéu das Rolas, onde há um marco que delimita o local da passagem da Linha do Equador.

STP é considerado um dos mais pequenos Estados do mundo e o segundo menor país africano em território, depois das Ilhas Seicheles. O país possui dois parques naturais com uma superfície total de 295 km<sup>2</sup>, que representa cerca de 30% da superfície do arquipélago. Dispõe de uma zona costeira de cerca de 260 km de extensão. A maior parte da costa é rochosa, com relevo muito acidentado, mas existem inúmeras baías arenosas que constituem todo um sistema de praias ao longo da costa. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) é 160.000 km<sup>2</sup>. STP tem uma floresta abundante, cujas características variam em função de vários fatores, entre os quais o relevo, a altitude e, consequentemente, do microclima característico de cada região. Os principais ecossistemas florestais encontrados nas ilhas de STP dividem-se em ecossistemas florestais da região de baixa altitude, que compreende os manguezais, a savana arbustivo-arbórea e herbácea, a floresta de sombra e a floresta secundária, e em ecossistemas florestais da região de altitude, que compreende a floresta de altitude situada entre 1.000 e 1.800 m, a floresta de altitude situada entre 1.800 e 2.000 m e a floresta de nevoeiro (acima de 1.800m). Em termos hidrológicos, a capacidade total do país é estimada em 2,1 milhões de m<sup>3</sup> de água por km<sup>2</sup>, o que equivale a 10.000 m<sup>3</sup> por ano, por habitante (Hidroconseil, 2011). O país tem um clima tropical húmido (com a precipitação a variar entre 800-900 mm por ano) que se divide em estação chuvosa (setembro-maio) e seca, designada por Gravana, que se estende de junho a agosto. A temperatura média anual ronda os 25°C, sendo a máxima e em torno de 29°C e a mínima de cerca de 21°C<sup>2</sup>.

Uma das cinco antigas colónias portuguesas, STP ascendeu à independência em 12 de julho de 1975. Além da ONU e da União Africana (UA), STP integra a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A língua oficial é o Português, embora dialetos crioulos, como forro, angolares principense (linguiê) e cabo-verdiano, sejam largamente utilizados pela população. A moeda do país é a Dobra (STD).

De acordo com o Censo Populacional de 2012, a população de STP era de 178.739 habitantes, com pouca diferença relativamente ao sexo (49,7% de homens e 50,3% de mulheres), sendo que 67% do total da população vivia no meio urbano e 33% no meio rural, e com uma densidade populacional de 178,7 hab/km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento da população é de 2% e as projeções demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam uma população de 219.078 em 2022 e cerca de 258.184 habitantes em 2030. A esperança média de vida à nascença, em STP, tem vindo a aumentar, como consequência direta da diminuição da taxa de mortalidade e atualmente situa-se em 70.4 anos.

### 1.2 Situação político-administrativa

A RDSTP é uma democracia parlamentar, com um regime de governo semipresidencialista, em que o poder executivo é exercido pelo Primeiro-Ministro, que chefia o Governo (composto pelo Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado), e cabendo ao Presidente da República, enquanto o mais alto magistrado da Nação, a representação do Estado nas relações internacionais e a partilha de algumas competências em matéria de diplomacia e defesa nacional. O Presidente da República é eleito por um mandato de 5 anos e reelegível uma única

<sup>2</sup> Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais (2011): II Comunicação Nacional sobre Mudanças Climáticas.

vez. O poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, composto por 55 Deputados, eleitos em sufrágio universal, para mandato de 4 anos. O Primeiro Ministro é proposto pelo partido maioritário e nomeado pelo Presidente da República. As últimas eleições legislativas (eleição dos deputados à Assembleia Nacional) e presidenciais ocorreram em 2018 e 2021, respetivamente. Os Tribunais são, também, órgãos de soberania (a par do Presidente da República, da Assembleia Nacional e do Governo), incumbindo-lhes assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, dirimir os conflitos de interesses público e privado e reprimir a violação das leis.

No plano administrativo, STP está dividido em duas administrações territoriais, correspondendo às duas principais ilhas: a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe. A Ilha de São Tomé está dividida em seis Distritos (Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zóchi, Água Grande e Cantagalo) e tem 171.415 habitantes, representando mais de 90% da população total do país. A Ilha do Príncipe, detendo o estatuto de Região Autónoma, tem uma população de 7.324 habitantes, que corresponde a menos de 10% da população total de STP (INE, Censo 2012). Constituída por um único Distrito (Pagué), a RAP dispõe de uma Assembleia e um Governo Regional.

### 1.3 Contexto socioeconómico

A economia de STP, à semelhança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), é fortemente ameaçada pela insularidade fragmentada do país, pela sua fragilidade, escassez de recursos naturais e fraca capacidade de absorção. O país é fortemente vulnerável aos choques exógenos e dependente da APD, que financia mais de 90% das despesas de investimento público (em média, 93,6% no período 2012-2016)<sup>3</sup>. O setor económico é ainda vulnerável e pouco diversificado, e consiste, essencialmente, no turismo, na produção e exportação do cacau, que representa cerca de 90% das receitas das exportações totais, constituindo, assim, a principal fonte de divisas para o país. O setor de serviços é o mais dinâmico e aquele mais que emprego gera, embora insuficiente para dar vazão à crescente procura de emprego<sup>4</sup>. Segundo dados oficiais, o setor do comércio é aquele que tem maior peso no Produto Interno Bruto (PIB), e é também nesse setor que o privado tem maior expressão. O turismo é a principal componente de exportação de serviços e, atualmente, a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no PIB é ainda diminuta, apesar das potencialidades naturais e da diversidade cultural do país.

De acordo com o Banco Mundial (BM, 2020), o PIB santomense cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2010 e 2018, mas esse crescimento tem vindo a desacelerar desde 2014. O crescimento económico foi ainda mais afetado em 2018 e 2019 por causa da escassez de combustível e de energia, pelos atrasos dos pagamentos do Governo aos fornecedores locais e pelo retraimento do financiamento interno. Os choques negativos que começaram em 2018 continuaram a afetar o desempenho da economia em 2019. Estima-se que a taxa de crescimento real do PIB tenha diminuído para 2,4% em 2019, contra 2,7% em 2018. A agricultura e a pesca têm sido afetadas por choques climáticos, pragas agrícolas e pela escassez de combustível e de energia. Prevê-se que STP venha a sofrer uma grave crise económica como resultado da queda no turismo devido à pandemia da COVID-19. No entanto, as perspetivas são animadoras, como se depreende do último Outlook sobre a economia mundial (FMI, 2021), que prevê um crescimento da economia santomense em 2,9% em 2022. STP ocupa a 135ª posição, no total de 189 países e territórios, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2020, tendo o seu IDH passado de 0,452, em 1990, para 0,625, em 2019. Em termos do ambiente de negócios, STP ocupava a 170ª posição entre 190 países, com o score de 45,0, de acordo com o Índice Doing Business 2020 (BM).

Apesar de STP ter registado alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento humano, a sua

<sup>3</sup>OGE 2012-2016

<sup>4</sup>PNDS de STP 2020-2024.

<sup>5</sup>INE, PIB 2017:

<https://www.ine.st/phocadownload/userupload/Documentos/Informa%C3%A7%C3%B5es%20Estat%C3%ADsticas/Economia/PIB%20Produto%20Interno%20Bruto%20202017%203.9/1%20Produto%20Interno%20Bruto%202017.pdf>

tecido económico constituem ameaças sérias para o seu estatuto de país de rendimento intermédio. No intuito de tomar medidas para fazer face a esses riscos ao desenvolvimento do país, em 2014 o Governo santomense juntou-se ao G7+, uma associação dos, assim designados, “Estados frágeis” e em transição para a próxima etapa de desenvolvimento. A associação aprovou um “Novo acordo para o compromisso nos Estados frágeis”, tendente a

## 1.4 Contexto ambiental

O ambiente tem sido uma preocupação dos sucessivos governos do país, desde os primeiros anos da sua independência a esta data. STP possui uma flora e fauna bastante rica e ocupa um lugar de destaque ao nível da sub-região, no que concerne ao número de espécies de fauna e flora endémicas. Todavia, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a diminuição das chuvas e a conseqüente diminuição dos caudais dos rios, a erosão costeira e as inundações, perda da biodiversidade, a poluição dos rios, ribeiras e nascentes por produtos químicos e o aumento da erosão costeira são problemas que preocupam as autoridades nacionais. A expansão desordenada das áreas urbanas, a desflorestação e a degradação florestal, a utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins e a conseqüente degradação dos solos também fazem parte desse rol de problemas. Embora quase 60% da área terrestre do país ainda conter floresta relativamente densa, a extração ilegal de madeira para combustível e para a construção de habitações e a procura de novas terras agrícolas para a prática de agricultura e horticultura constituem potenciais ameaças para as florestas. A lenha e o carvão constituem as principais fontes de combustíveis utilizadas na confeção de alimentos de maior parte da população são-tomense, principalmente nas comunidades rurais.

A desflorestação, associada à utilização significativa de lenha e do carvão como fonte de energia, traduz-se numa redução da capacidade de absorção de CO<sub>2</sub>, bem como na perda da biodiversidade, e contribui para desregulação do regime de chuvas, acentuando, assim, o fenómeno do aquecimento global. Esse aquecimento, que tem originado o fenómeno das mudanças climáticas, tem acelerado a vulnerabilidade do país aos fenómenos naturais, que podem pôr em perigo a vida da população e das infraestruturas sociais, económicas e do desenvolvimento em geral.

A subida de nível do mar já é uma realidade em STP e alguns fenómenos naturais já põem em perigo as comunidades que residem nas zonas costeiras, tendo já registado a destruição de habitações, inundações de algumas comunidades, originada pela intensa pluviosidade e pela turbulência das águas do mar, tendo já sido destruídos vários materiais de trabalho de pescadores, incluindo as suas embarcações. As agressões ao ambiente ainda continuam a verificar em algumas partes do país.

## 2. METODOLOGIA E PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO

A preparação da avaliação nacional voluntária e a redação deste primeiro RNV foi um processo participativo e inclusivo, coordenado pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), através da Direção Nacional de Planeamento (DNP), em estreita colaboração técnica com o INE. Para a realização das atividades do processo, foi criado um Grupo de Trabalho, composto por representantes de várias instituições públicas setoriais e de outras partes interessadas. O Grupo contou com o apoio permanente da Coordenação Residente do Sistema das Nações Unidas (SNU) no país e a assistência técnica de um consultor internacional, que facilitou o processo de preparação e redação deste RNV.

O exercício iniciou-se com a realização de dois workshops de lançamento, o primeiro direcionado a representantes de organizações da Sociedade Civil (OSC) e o segundo, que foi copresidido pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul e pela Coordenadora Residente do SNU no país, teve a participação de representantes das instituições públicas, da Assembleia Nacional, do setor privado e de outras partes interessadas.

A metodologia adotada para a elaboração do RNV decorreu em duas fases: (1<sup>a</sup>) recolha de informações e dados; e (2<sup>a</sup>) sistematização, consulta, redação e validação do RNV.

Na primeira fase, realizou-se as seguintes ações: (a) revisão aos instrumentos de planeamento de referência disponíveis, nomeadamente o Programa do XVII Governo Constitucional (2018-2022) da RDSTP, o documento da Visão “São Tomé Príncipe 2030 – o País que queremos construir”, a Agenda de Transformação de STP no horizonte - 2030, o PND 2017-2021, o PNDS de STP 2020-2024, planos e estratégias setoriais, relatórios de avaliação, relatórios estatísticos, legislação pertinente, documentos de PTF e outra documentação oficial relevante existente; (b) a realização de um inquérito online, dirigido às partes interessadas (entidades estatais e não estatais) no processo de implementação dos ODS no país; (c) realização de entrevistas/reuniões com pessoal-chave de partes interessadas, incluindo PTF. As entrevistas/reuniões tinham como propósito conhecer, de forma abrangente possível, sobre o nível de integração dos ODS nos programas e estratégias de desenvolvimento do país, a vulgarização dos ODS junto da população, a estratégia de implementação dos ODS adotada, incluindo a mobilização e disponibilização de recursos necessários, o estado atual de implementação dos ODS (situação dos indicadores), o mecanismo institucional adotado para a coordenação da implementação dos ODS, identificar as barreiras ou desafios na sua implementação e os próximos passos para acelerar o processo.

Na segunda fase, fez-se a análise, o tratamento e a sistematização das informações e dos dados recolhidos. Com base no Manual para a Preparação das Revisões Nacionais Voluntárias, da UNDESA, redigiu-se o projeto do RNV, que foi objeto de uma primeira socialização às partes interessadas, incluindo as Agências do SNU no país, que aconteceu no dia 14 de fevereiro de 2022, uma segunda socialização no dia 24 de março, envolvendo todos os setores e uma terceira socialização que aconteceu na RAP, no dia 21 de Abril, onde, em ambas as ocasiões, foram feitas observações, sugestões de melhorias e recomendações. As contribuições recebidas foram analisadas e incorporadas em versão revista do RNV, que foi submetido ao Governo, para aprovação.

### 3. POLÍTICA E AMBIENTE FACILITADOR DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM STP

#### 3.1 Quadro jurídico de desenvolvimento sustentável

A Constituição da RDSTP (aprovada em 1990 e revista em 2003), embora não faz menção expressa ao conceito de desenvolvimento sustentável, contém disposições com referência a elementos-chave de desenvolvimento sustentável, nomeadamente: a preservação do equilíbrio harmonioso da natureza e do ambiente, como um dos objetivos primordiais do Estado (artigo 10.º, alínea d)); o direito ao trabalho (artigo 42.º); direito à proteção social; direito à proteção da saúde.

No plano infraconstitucional, a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 10/99, de 15 de abril) estabeleceu o quadro jurídico-legal para a proteção do ambiente e dos recursos naturais em STP. Essa lei definiu as bases da política do ambiente para o desenvolvimento sustentável de STP. O quadro legal nacional integra, ainda, as seguintes legislações: a Lei da Conservação da Fauna, Flora e Áreas Protegidas – Lei nº 11/99; a Lei Florestal – Lei nº 5/2001; as Leis de criação do Parque Natural Obô de São Tomé e do Parque Nacional do Príncipe – Leis nºs 6 e 7 de 2006; a Lei das Pescas e Recursos Haliêuticos – Lei nº 9/2001; o Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental – Decreto-Lei nº 37/99; a Lei sobre a Extração de Inertes nas Zonas Costeiras e Rios – Decreto- Lei nº 35/99; a Lei sobre a Caça – Decreto-Lei nº 01/2016; entre outras, que criam um quadro jurídico para a gestão sustentável do ambiente, terrestre e marítimo.

No plano internacional, STP ratificou a maior parte das convenções da ONU sobre o ambiente e áreas afins, nomeadamente: as três convenções do Rio (a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre a Biodiversidade; e a Convenção das Nações de combate à desertificação nos países afetados por seca grave); a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; o Protocolo de Quioto; o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança; a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozono; o Protocolo de Montreal e suas Emendas; a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção; a Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas; a Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos; a Convenção de Bona sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes a Fauna Selvagem; a Convenção de Basileia sobre o Movimento Transfronteiriço de Produtos Químicos e Perigosos e sua eliminação; a Convenção de Roterdão sobre o Procedimento de Consentimento Prévio com Conhecimento de Causa. O Estado santomense é também signatário do Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015 e o seu sucessor, o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Catástrofes (2015-2030), e do Acordo de Paris (2015).

Portanto, a legislação nacional e os compromissos internacionais de STP a favor do ambiente e do desenvolvimento sustentável são significativos, o que demonstra a preocupação do Estado são-tomense com salvaguarda do ambiente, da saúde dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável, de uma maneira geral.

## 3.2 Apropriação dos ODS

### 3.2.1 Engajamento político, comunicação e sensibilização

A RDSTP participou ativamente do diálogo internacional sobre o desenvolvimento global pós-2015 e aderiu às decisões tomadas pela Comunidade Internacional nas últimas décadas, sob os auspícios das NU, e que culminaram com a adoção, em setembro de 2015, da Agenda 2030. Neste contexto, o país adotou: a Agenda 21, na Conferência das NU para o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro; a Declaração do Milênio, na Cúpula do Milênio, em setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova Iorque; a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002; o documento “O Futuro que Queremos”, na Conferência das NU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em junho de 2012, no qual os Estados Membros decidiram, entre outros, lançar um processo para desenvolver um conjunto de ODS para desenvolver os ODM e estabelecer o HLPF sobre Desenvolvimento Sustentável; o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030; e o Programa de Ação de Adis Abeba.

Imediatamente após a adoção da Agenda 2030, a apropriação nacional dos ODS iniciou-se com a participação de STP em eventos internacionais e realização de várias ações nacionais, destacando-se a:

- Participação de STP na Conferência dos Pequenos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento e Madagascar (SIDSAM), realizada em dezembro de 2016, na Cidade da Praia, Cabo Verde, que contou com a presença de delegações ministeriais de todos os outros SIDS africanos: Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Madagascar, Maurícias e Seicheles. Nessa conferência, foi criado o Grupo dos SIDSAM, uma plataforma de concertação, discussão de assuntos de interesse comum, de promoção de vias e formas para ultrapassar as barreiras e de tornar efetiva as recomendações e os compromissos existentes, a nível regional e global, com os países insulares;
- Participação de STP no IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, sob o lema “Desenvolvimento Económico Local como meio de conseguir a igualdade, equidade e coesão dentro da estrutura dos ODS”, realizado em outubro de 2017, na Cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Apresentação sobre a transição dos ODM aos ODS, promovida pelo SNU em STP, em setembro de 2015;
- Elaboração, por meio de um processo de consulta aos são-tomenses, da Visão “São Tomé e Príncipe 2030 – o País que Queremos Construir”, da Agenda de Transformação no Horizonte – 2030 (em outubro de 2015) e do PND 2017-2021, que estão alinhados com os ODS;
- Sessões de apresentação dos ODS, promovidas pelo SNU em colaboração com parceiros nacionais (Universidade de São Tomé, Instituto de Saúde Victor Sá Machado, Federação de Organizações Não Governamentais - FONG de STP), em maio de 2016;
- Realização da Conferência “A participação da Sociedade Civil na advocacia e implementação dos ODS”, em junho de 2016, promovida pelo SNU, em parceria com FONG de STP, e presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de STP;
- Realização de um Ateliê de apresentação dos ODS, em março de 2018, com a participação de Agências das NU (UNFPA, UNICEF) e instituições públicas setoriais;
- Realização do “Ateliê conjunto de sensibilização para produção dos indicadores nacionais dos ODS e de identificação das origens e fatores de fragilidade que condicionam a eficácia dos planos de desenvolvimento e a realização dos ODS”, promovido pela DNP e pelo INE, em setembro de 2018;
- Realização pelo INE, em 2018, de um diagnóstico dos indicadores nacionais dos ODS. O trabalho permitiu o levantamento de dados existentes no INE e noutras instituições públicas setoriais do país; elaboração, em 2019, de um Plano de Seguimento dos indicadores dos ODS de nível II, o qual permitiu esclarecer a metodologia de cálculo desses indicadores; em 2020, elaboração de Relatório de Seguimento Estatístico, onde atualizou-se alguns indicadores dos ODS de nível I; em 2021, elaboração do Relatório Estatístico sobre os indicadores do nível II dos

os indicadores do nível II dos ODS.

No entanto, apesar das várias ações realizadas, há necessidade de se reforçar a apropriação nacional dos ODS, através da elaboração e execução de uma estratégia de comunicação e sensibilização alargada a todos os departamentos governamentais, instituições e serviços públicos (em todos os níveis) e a população em geral.

### 3.2.2 Contextualização e priorização

A apropriação nacional dos ODS passa, igualmente, pela análise do seu grau alinhamento com os documentos de planeamento de desenvolvimento existentes. Como parte inicial do processo de implementação dos ODS, vários países, com o apoio do PNUD, realizaram essa análise, que lhes permitiu certificar sobre o nível de coerência/grau alinhamento dos ODS com todos os documentos de planeamento existentes, seguida da priorização de metas dos ODS e a sua integração nos principais documentos de planeamento. A análise foi feita utilizando a ferramenta RIA<sup>6</sup>, desenvolvida pelo PNUD. Essa ferramenta têm a vantagem de revelar os pontos fortes e fracos dos documentos estratégicos de planeamento, a fim de identificar o seu nível de alinhamento com os ODS, os pontos fortes a serem mantidos na revisão ou atualização desses documentos e as lacunas a serem preenchidas. Tal análise não foi feita por STP, muito embora os principais instrumentos de planeamento estejam alinhados com os ODS. No entanto, é pretensão do país realizar essa análise, de forma a apreender, objetivamente, o nível de alinhamento, para o que contará com o apoio do PNUD.

Um outro elemento fundamental na apropriação nacional da Agenda 2030 é a priorização de metas dos ODS para o contexto nacional. O exercício de priorização visa, essencialmente, escolher as metas e os indicadores de ODS que cruzam com as prioridades e especificidades nacionais de cada Estado-membro da ONU.

A exigência de que os países priorizem os ODS e as suas metas encontra o seu fundamento na Resolução da Assembleia Geral da ONU (Resolução A/RES/70/1) que adotou a Agenda 2030. No parágrafo 55 dessa Resolução afirma-se que: “Os objetivos e as metas de desenvolvimento sustentável são integrados e indissociáveis; eles são por essência, globais e universalmente aplicáveis, levando em consideração as realidades, as capacidades e os níveis de desenvolvimento dos diferentes países e no respeito pelas prioridades e políticas nacionais. Se as metas ideais são definidas à escala mundial, é a cada Estado que cabe definir suas próprias metas ao nível nacional para atender às ambições globais, tendo em conta as suas especificidades. Cabe, também, a cada Estado decidir sobre como essas aspirações e metas devem ser tidas em conta pelos mecanismos nacionais de planeamento e nas políticas e estratégias nacionais. É importante não ignorar a ligação que existe entre o desenvolvimento sustentável e outros processos econômicos em curso nos domínios económico, social e ambiental”.

Assim, contrariamente aos ODM, uma das inovações introduzidas na Agenda 2030 é a de que cada país escolha, para cada ODS, as metas prioritárias, tendo em conta o seu contexto, capaz de lhe permitir a concretização desse objetivo, e com base nas quais o país será avaliado. Essa abordagem é baseada nas diferenciações entre os países signatários da Agenda 2030 e a forte vontade dos Estados em contextualizar cada meta, tendo em contas as prioridades nacionais. Além disso, deve-se observar que a priorização não recai sobre os próprios ODS, mas sim sobre as suas metas.

De forma geral, de entre as 169 metas dos ODS, os países terão apenas que escolher quais as metas devem priorizar nas chamadas metas “a priorizar”. As metas que servem de implementação que acompanham cada ODS e aquelas do ODS 17, relativo às parcerias, não são objeto de priorização, sendo aplicáveis como tal. Ademais, a escolha de metas como prioritárias não é feita de maneira arbitrária, sendo que os vários países, que o fizeram, utilizaram a metodologia de priorização (matriz de priorização) desenvolvida pelo PNUD.

No que diz respeito à STP, das 169 metas dos 17 ODS, apenas 105 metas podiam ser consideradas no exercício de priorização, tendo em conta as 43 metas relativas aos meios de implementação, as 19 metas relativas às parcerias e as duas metas (14.6 e 14.7) que não se aplicam aos países em desenvolvimento. As metas priorizadas são, seguidamente, integradas nos documentos de planeamento do desenvolvimento nacional.

No que diz respeito à STP, das 169 metas dos 17 ODS, apenas 105 metas podiam ser consideradas no exercício de priorização, tendo em conta as 43 metas relativas aos meios de implementação, as 19 metas relativas às parcerias e as duas metas (14.6 e 14.7) que não se aplicam aos países em desenvolvimento. As metas priorizadas são, seguidamente, integradas nos documentos de planeamento do desenvolvimento nacional.

Não obstante, durante a preparação desta avaliação nacional, constatou-se que, contrariamente a outros Estados-membros da ONU que o fizeram, STP não procedeu à uma efetiva priorização de metas de ODS, da forma recomendada, tendo, sim, escolhido 7 ODS como prioritários, mas sem a efetiva priorização de metas correspondentes. Neste sentido, um dos próximos passos de STP, a curto prazo, no processo de implementação dos ODS é a realização de efetiva priorização de metas dos ODS para o contexto nacional, de forma a facilitar a implementação da Agenda 2030 no país e a preparação da próxima avaliação nacional.

### 3.3 Integração dos ODS nos quadros nacionais de planeamento

O contexto internacional em 2015 foi marcado pela adoção da Agenda 2063 da União Africana (UA) e da Agenda 2030 das NU. Por outro lado, o contexto nacional caracterizou-se pela conclusão, em 2016, da implementação da II Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) 2012-2016 e pela elaboração dos principais instrumentos de planeamento estratégico do desenvolvimento de STP nos últimos anos, nomeadamente: a Agenda de Transformação no Horizonte - 2030 (elaborada em outubro de 2015); o PND 2017-2021; e o PNDS de STP 2020-2024. Além desses instrumentos, foram elaborados vários planos e estratégias setoriais e regional.

A Agenda de Transformação no Horizonte - 2030 sustenta-se na Visão “São Tomé e Príncipe 2030: o País que queremos construir”, através da qual o Governo expressou o propósito e a ambição de mudança de paradigma para uma nova estratégia de desenvolvimento e fazer de STP um Estado moderno de rendimento médio e suscetível de oferecer aos seus cidadãos melhores condições de vida e de existência digna. Essa Agenda está alinhada com os ODS, com a priorização 7 ODS, a saber:

- ODS 1 – Erradicar a pobreza
- ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico
- ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas
- ODS 13 – Ação climática
- ODS 14 – Proteger a vida marinha
- ODS 15 – Proteger a vida terrestre
- ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

O PND, que substituiu a ENRP, é o primeiro plano estratégico quinquenal de execução da Agenda de Transformação de STP no Horizonte – 2030 no período 2017 - 2021, e contribuindo, tendencialmente, para a implementação dos ODS em STP. Trata-se, igualmente, do primeiro plano elaborado ao abrigo da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), publicado em março de 2017, que estabeleceu a tipologia de instrumentos de planeamento em STP (estratégias de longo prazo, planos e instrumentos complementares de planeamento). Nos termos dessa Lei, o PND é o plano de mais alto grau hierárquico do SNP, vinculando diretamente todos os planos sectoriais, regionais ou complementares.

O PND 2017 - 2021 tem como objetivo principal “um crescimento económico acelerado, redutor da pobreza e protetor do ambiente”. São seguintes os seus objetivos específicos:

- Reduzir a pobreza, nas zonas rurais e costeiras;
- Promover o emprego dos jovens, através da educação e da formação;
- Reforçar o sistema sanitário;

<sup>6</sup> <https://www.undp.org/publications/rapid-integrated-assessment>



- Reforçar a ferramenta de gestão pública e administrativa
- Promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação da Administração Pública;
- Reforçar a segurança interna, a segurança pública e a segurança costeira;
- Simplificar a legislação e melhorar o ambiente de negócios;
- Implementar programas de infraestruturas de apoio ao crescimento,
- Garantir a proteção do ambiente e o controlo dos operadores.

O PNDS de STP 2020-2024 foi elaborado em 2019, após as eleições legislativas de 2018, apresentando-se como o primeiro plano operacional de harmonização, integração e implementação da Visão STP 2030, da Agenda de Transformação STP 2030, da Agenda 2030, do Caminho Samoa e da Agenda 2063 – “A África que queremos”. Estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos de intervenção, a saber:

1. Aprofundamento do Estado de Direito democrático;
2. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
3. Melhoria da qualidade de saúde e proteção social;
4. Política externa ao serviço de desenvolvimento.

Após proceder à análise do grau de alinhamento dos ODS com os instrumentos de planeamento existentes e a priorização de metas dos ODS, de acordo com as prioridades nacionais, STP fará a sua integração, por meio da revisão dos instrumentos de planeamento existentes e da elaboração de novos instrumentos para os próximos anos, até 2030.

### **3.4 Integração das dimensões do desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental)**

A implementação dos 17 ODS requer a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável na conceção, planeamento, execução, seguimento e avaliação de instrumentos nacionais de planeamento que concorrem para a realização desses ODS. O PND 2017-2021 e o PNDS de STP 2020-2024 asseguraram a integração dessas três dimensões.

O PND 2017-2021 incorporou as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) em três dos seus objetivos estratégicos: “Objetivo estratégico 1: Domínio económico - Melhorar a exploração do potencial de desenvolvimento do país, acelerar o crescimento económico e reforçar a integração na economia regional e global”, levando em conta a dimensão económica; o “Objetivo estratégico 2: Domínio social - Acelerar e aprofundar reformas para melhorar significativamente o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução do ODS”, tendo em consideração a dimensão social; e o “Objetivo estratégico 5: Domínio do ambiente - Melhorar de gestão da terra e a preservação do ambiente”, absorvendo a dimensão ambiental.

No domínio económico, STP estava empenhado, até 2021, na diversificação da economia e alargamento da sua base produtiva, no aumento de produção e diversificação de cultura alimentar e expansão de cultura de exportação, na otimização da exploração dos recursos haliéuticos, na promoção do desenvolvimento do turismo e das pequenas indústrias de transformação e no desenvolvimento do sector de serviços. No domínio social, as prioridades são o fortalecimento do capital humano e da governança, o reforço do sistema nacional de saúde, a promoção da juventude, consolidação família e proteção de grupos vulneráveis e na valorização da cultura nacional, apoio ao desenvolvimento do desporto e inclusão da diáspora. No domínio ambiental, a ambição do Governo é a de promover um ambiente saudável, o uso racional de recursos naturais e proteger o país dos riscos de mudanças climáticas.

O PNDS de STP 2020-2024 incorporou as dimensões económica e ambiental no Objetivo Estratégico 2 - Promover Crescimento Económico Inclusivo e Sustentabilidade Ambiental; e a dimensão social é assimilada pelo Objetivo Estratégico 3 - Garantir Inclusão e Proteção Sociais, Reduzir as Desigualdades Sociais e Assimetrias Regionais.

### 3.5 Não deixar ninguém para trás

Com a adoção da Agenda 2030, os Estados-membros da ONU comprometeram-se a garantir que ninguém será deixado para trás e a envidar esforços para chegar primeiro aos que, atualmente, ficam para trás.

Nos últimos anos, STP fez progressos notáveis em termos de desenvolvimento do capital humano, particularmente nos indicadores da saúde e da educação. No entanto, apesar dos esforços que os sucessivos governos têm feito desde a independência, STP continua sendo um país com profundas desigualdades sociais, especialmente nas camadas sociais mais vulneráveis, desfavorecidas ou em risco.

A implementação dos ODS no país é uma oportunidade inadiável, assim a encara o Governo, para impedir que as pessoas que tem ficado para trás, deixem de estar, mas também para não permitir que novos grupos sociais venham a ficar nesta situação. Para isso, o país tem ampliado os seus esforços, por meio da adoção de medidas legislativas e de política para “não deixar ninguém para trás”.

A Constituição da RDSTP estabelece no artigo 44.º, número 1, que «O Estado garante a todo o cidadão, através do sistema de segurança social, o direito à proteção na doença, invalidez, velhice, viuvez, orfandade e noutros casos previstos na lei.» Em 2004, foi publicada a Lei do Enquadramento da Proteção Social, que reorganizou o sistema da proteção social em STP, tendo criado três regimes de segurança social, e que constituem o dispositivo permanente de proteção social: (i) a Proteção Social da Cidadania; (ii) a Proteção Social Obrigatória; e (iii) a Proteção Social Complementar. Desses regimes, importa destacar a Proteção Social da Cidadania, que abrange a população residente que se encontre em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência e não possa assumir na totalidade a sua própria proteção, nomeadamente:

- Pessoas ou famílias em situação grave de pobreza;
- Mulheres em situação desfavorecida; crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco;
- Idosos em situação de dependência física ou económica e de isolamento;
- Pessoas com deficiência, em situação de risco ou de exclusão social;
- Desempregados em situação de marginalização.

A Proteção Social de Cidadania, que foi regulamentada em 2018 pelo Decreto-Lei n.º 16/2018, de 30 de novembro, efetiva-se através da atribuição de (i) prestações de riscos; (ii) prestações de apoio social; e (iii) de prestações de solidariedade. Esse regime é administrado pelo ministério que tutela o setor (atualmente, o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional), assim como outros ministérios, as autarquias locais e ONG dedicadas ao serviço social. Tratando-se de regime não contributivo, a Proteção Social de Cidadania é financiado, principalmente, pelo Estado, mas também conta com doações da cooperação internacional.

No âmbito da implementação da II ENRP 2012-2016, STP elaborou e executou a Política e Estratégia Nacional de Proteção Social (2014), atualmente o principal programa de proteção social dos são-tomenses, especialmente dos grupos sociais vulneráveis. O Objetivo Estratégico n.º 1 dessa Política e Estratégia é o de «Eliminar a extrema pobreza em São Tomé e Príncipe através de transferências monetárias condicionadas para as famílias em extrema pobreza e de ações que facilitem a formação do seu capital humano e do seu acesso aos serviços básicos, dando prioridade às famílias em extrema pobreza, com membros portadores de deficiência ou órfãos e famílias em extrema pobreza monoparentais com filhos, através de um sistema harmonizado de intervenções do regime de proteção social da cidadania». Nesse âmbito, a Direção da Proteção Social, Solidariedade e Família do Ministério do Trabalho, Solidariedade Família e Formação Profissional, vem implementando com finamento do Orçamento Geral do Estado (OGE) e de parceiros, vários projetos direcionados aos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente: Apoio à Integração Social dos Grupos Mais Carenciados; Proteção Social; Cozinha Social - Fornecimento de um Prato Quente/Dia aos idosos mais carenciados; Apoio a pessoas com deficiências; Construção de casas sociais.

No que diz respeito à igualdade de gênero, STP já elaborou, desde 2007, três Estratégias Nacionais para Igualdade e Equidade de Gênero (ENIEG), sendo a primeira para o período 2007-2012, a segunda para o período 2013-2017 e a terceira para o período 2019-2026. A III ENIEG, alinhada com o ODS 5, prevê dar continuidade à visão estabelecida na I e II ENIEG, que é de “Construir com todos os atores de desenvolvimento, uma sociedade onde prevaleça a justiça social, solidariedade, a igualdade, a equidade e o respeito dos direitos de todos os cidadãos, e que sejam valores autênticos, profundos e partilhados por homens e mulheres. O objetivo geral do III ENIEG é o de “Orientar de forma integrada as principais linhas de intervenção para a promoção da igualdade e equidade de gênero e o respeito pelos direitos humanos.” Estabelece nove eixos estratégicos de intervenção, nomeadamente: Eixo 1: Legislação e Políticas; Eixo 2: Liderança e Visibilidade: Participação das Mulheres nos cargos de decisão; Eixo 3: Educação e Formação; Eixo 4: Economia: Recursos Produtivos, Reprodutivo e Emprego; Eixo 5: Saúde Sexual e Reprodutiva e os Direitos Reprodutivos; Eixo 6: Violência Baseada no Gênero; Eixo 7: Meios de Comunicação Social e Tecnologias de Informação; Eixo 8: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Eixo 9: Reforço Institucional para a Integração de Gênero nas Políticas Públicas. A III INIEG aborda, nos seus objetivos específicos, questões de representação igualitária e violência de gênero, entre outras.

Relativamente à proteção das crianças, STP dispõe, desde 2016, de uma Política Nacional de Proteção da Criança (PNPC). É um instrumento de ação governamental que visa materializar compromissos internacionais assumidos pela RDSTP, como a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e de outros instrumentos internacionais. Tem como objetivo geral “definir o quadro para levar a cabo ações organizadas e concertadas capazes de prevenir todas as formas de violência contra a criança e reduzir consideravelmente suas diversas manifestações.” Essa Política estrutura-se em torno de quatro eixos: Eixo 1 – Prevenção; Eixo 2 – Atendimento das vítimas; Eixo 3 – Proteção judiciária; e Eixo 4 – Funcionalidade do Sistema Nacional de Proteção da Criança. A coordenação do PNPC está a cargo da Comissão Nacional de Coordenação da Execução da Política de Proteção da Criança, criada em 2018, e que integra representantes do poder legislativo, do poder judiciário, dos ministérios das áreas da segurança, justiça, ação social, educação, da comunicação social e ONG.

## 3.6 Mecanismos nacionais

### 3.6.1 Dispositivo institucional de coordenação da implementação dos ODS

O sucesso na implementação dos ODS no contexto nacional dependente, fundamentalmente, da existência e o funcionamento de um dispositivo institucional de governança forte e inclusivo.

O PND 2017-2021, enquanto o principal instrumento planeamento nacional e o primeiro plano operacional da Agenda de Transformação STP 2030, estabeleceu um dispositivo institucional de implementação, composto por vários comités, nomeadamente: (i) um Comité interministerial de seguimento; (ii) um Comité de concertação; (iii) um Comité técnico central de seguimento, (iv) Comités técnicos setoriais, e (v) Comités locais de seguimento na RAP e nos Distritos de Água Grande, Cantagalo, Cauê, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi. No entanto, em auditoria ao estado de preparação da implementação dos ODS, realizada em 2019, o Tribunal de Contas constatou que esse dispositivo institucional não tem funcionado, razão pela qual a implementação do PND não terá sido ele próprio objeto de um efetivo seguimento e avaliação.

A funcionalidade do dispositivo institucional do PND ou a existência de um mecanismo institucional específico de coordenação, seguimento e avaliação dos ODS possibilita a criação de uma visão panorâmica e facilita o envolvimento efetivo e a sinergia de todas as partes interessadas. Neste sentido, para que o processo de implementação dos ODS seja eficaz e acelerado nos próximos anos, o Governo de STP criará e operacionalizará, a curtíssimo prazo, um mecanismo institucional para processo de implementação dos ODS, coordenado ao alto nível político.

Ao nível do SNU no país, o Plano-Quadro das NU para Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) de STP, 2017-2021, prevê um Comité de Pilotagem e de Coordenação, copresido pelo Governo da RDSTP, através do

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC), e pelo Coordenador Residente do SNU, e composto, pela parte nacional, pelos diretores-gerais dos Ministérios-chave e representantes da sociedade civil e do setor privado. Além disso, o UNDAF faz depender o seu seguimento e avaliação, principalmente, dos sistemas nacionais que estão sob a tutela do MNEC e da DNP, através do Departamento de Seguimento e Avaliação, e do INE.

O UNDAF 2017-2021 é uma expressão do compromisso da Equipa-país do SNU para apoiar o povo de STP a fazer face às aspirações de desenvolvimento plasmadas na Visão STP 2030. Esse Plano-Quadro faz o alinhamento do trabalho de desenvolvimento do SNU com as prioridades nacionais previstas no Programa do Governo (2014-2018) e na Agenda de Transformação STP 2030, ao mesmo tempo em que garante o alinhamento com os ODS priorizados pelo país. Prevê o apoio do SNU em 3 áreas estratégicas para o desenvolvimento de STP: (1) Reforço da Coesão Social, através de um acesso aos serviços sociais de base de qualidade, visando a redução da desigualdade e da disparidade entre os cidadãos e as comunidades; (2) Reforço da credibilidade interna e externa do país; e (3) Promoção de um crescimento sustentável, inclusivo e resiliente.

### 3.6.2 Mecanismos de seguimento e avaliação

A Agenda 2030 exige uma grande quantidade de dados e estatísticas acessíveis, fiáveis e desagregados para acompanhar a sua efetiva aplicação, tendo em vista alcançar o propósito final de “não deixar ninguém para trás”. Ela encoraja os Estados-membros das NU a desagregarem os dados de forma a ajudar a determinar quem beneficia das políticas públicas e que grupos sociais não estão abrangidos, o que, por sua vez, pode exigir políticas e programas direcionadas.

Uma lista de indicadores globais para medir o grau de realização das metas dos ODS foi adotada pela 48ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas (UNSC), em março de 2017, após uma preparação minuciosa liderado pelo Inter-Agency Expert Group on SDG indicators (IAEG-SDGs). Essa lista foi adotada, em julho do mesmo ano, pela Assembleia Geral das NU, que reconheceu a importância de se dispor de quadros estatísticos sólidos para a monitorização dos ODS e de se assegurar o papel central dos INE no acompanhamento estatístico da Agenda 2030. A lista global de indicadores não é vinculativa, cabendo, assim, a cada país adotá-la ou, em alternativa, identificar um conjunto mais restrito ou mais abrangente de indicadores adequados ao acompanhamento das metas consideradas relevantes a nível nacional (metas prioritárias).

O quadro de seguimento de progresso dos ODS compreende, atualmente, 247 indicadores globais (231 únicos), categorizados em níveis (tiers), de acordo com a disponibilidade de dados e nível de desenvolvimento metodológico. Segundo a classificação de tiers mais recente, de 29 de março de 2021, registam-se 130 indicadores de tier I, 97 de tier II e 4 indicadores de tiers múltiplos. O número atual de indicadores difere do quadro inicial (244 indicadores, 231 únicos) em resultado de revisões anuais subsequentes (a mais recente aprovada pela 52ª Sessão da UNSC), bem como da adoção pela 51ª Sessão da UNSC, em março de 2020, da primeira revisão abrangente da lista de indicadores dos ODS proposta pelo IAEG-SDGs, segundo a qual deixaram de existir indicadores de tier III (sem metodologia e sem dados disponíveis). A segunda revisão abrangente está prevista para 2025.

Em 2018, INE, enquanto principal autoridade estatística nacional, fez um diagnóstico de indicadores nacionais dos ODS. Num universo de 239 indicadores globais (lista inicial), 115 indicadores estavam a ser produzidos pelo INE e por instituições setoriais. Destes, 42 eram produzidos pelo INE, que corresponde a 18% dos indicadores globais, e os restantes 73 por outras entidades nacionais. Desses 115 indicadores produzidos, 38% encontram-se no nível I e 12% no nível II. Em 2019 foi feita uma atualização, utilizando-se informações do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS, 2019), do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF, 2017) e dados administrativos produzidos pelo INE e por algumas instituições setoriais, o que resultou na disponibilidade de 139 indicadores, dos quais 77 eram do nível I e 62 do nível II. O INE, também, produziu dois relatórios estatísticos, um referente à disponibilidade de indicadores de nível I (2020) e outro de indicadores de nível II (2021).

<sup>7</sup>[https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework%20after%202021%20refinement\\_Eng.pdf](https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework%20after%202021%20refinement_Eng.pdf)

<sup>8</sup><https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>

Para a elaboração deste RNV, do total de 247 indicadores globais, há disponibilidade de dados nacionais para medir 120, o que corresponde a 48,6% do total. A Figura a seguir ilustra o grau (%) de implementação dos ODS por STP. Para mais detalhes, ver a Tabela 17.3 e anexo que contém a lista de indicadores produzidos e não disponíveis para cada ODS.



Figura 1: Esquema - Grau de implementação dos ODS por STP, até 2020

No entanto, para o seguimento e a avaliação eficaz da implementação dos ODS de acordo com as prioridades nacionais, STP estabelecerá um quadro nacional de indicadores de medição das metas prioritárias e que será tido em conta (domesticção) na cadeia de produção estatística do SEN. Para o efeito, é preciso que o SEN seja reforçado em termos de recursos humanos, financeiros e materiais.

Neste particular, convém destacar que STP elaborou uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE) para o período 2018-2021, que adotou como Visão do desenvolvimento do SEN no horizonte 2021 «Construir um sistema estatístico nacional capaz de produzir e divulgar estatísticas confiáveis para atender às necessidades dos usuários e de políticas, e de programas de desenvolvimento nacional». A ENDE estabeleceu quatro eixos estratégicos prioritários, nomeadamente: Eixo 1: Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN; Eixo 2: Fortalecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros; Eixo 3: Melhoria da produção estatística; e Eixo 4: Promoção da divulgação, do arquivamento, comunicação e de uso de estatísticas. O orçamento total da ENDE é de cerca de 6,973 milhões de Euros, sendo 18% financiado pelo Estado santomense, 63,3% por PTF e 18,3% a ser mobilizado (ENDE, 2018-2021). Isso está em conformidade com a recomendação das NU sobre a capacitação e assistência técnica, especialmente para os países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento, países não costeiros, PEID, países em conflito ou em situações pós-conflito e outras situações particulares, para que os estados sejam capazes de fornecer dados necessários. O reforço continuado das capacidades do SEN, através da elaboração e implementação de uma nova ENDE, a médio prazo, tem em vista assegurar que o SEN enfrente o duplo desafio de (1) fortalecer a produção estatística voltada para ODS, em termos de quantidade, qualidade, frequência, desagregação, divulgação e acessibilidade, e de (2) criar uma plataforma estatística nacional dos ODS, como fonte única de informação estatística sobre o desenvolvimento sustentável no país.

### 3.7 Questão estruturais e desafios de STP no contexto de desenvolvimento sustentável

STP, à semelhança de outros PEID, depara com questões estruturais que têm condicionado o seu desenvolvimento em todas as dimensões (económica, social, ambiental), fazendo com que a implementação dos ODS tem sido, e continuará sendo, um grande desafio para todos os atores do desenvolvimento, particularmente o Governo. Em STP, as vulnerabilidades, causadas principalmente pela insularidade, são a pequenez do território, o aumento da população, limitados recursos naturais, choques económicos e financeiros externos, excessiva dependência do comércio de importação de vários produtos e equipamentos, elevados custos de comunicação, energia e transporte, tudo isso agravado por dificuldades do país em criar economias de escala. No que se refere à relação entre a insularidade e as mudanças climáticas, embora seja considerado responsável por menos de 1% das emissões globais de gases geradores de efeitos de estufa (GEE), STP é um dos mais vulneráveis aos seus efeitos adversos.

No PND 2017-2021 foram identificados os principais obstáculos que condicionam o desenvolvimento de STP:

- O primeiro obstáculo significativo reside na limitada base produtiva da economia do país. Isso resulta no país enfrentando deseconomias de escala, o que acarreta altos custos de importação. Uma vez que a maioria das mercadorias (caso de bens de primeira necessidade) é importada, esse problema tem consequências no custo de vida dos santomenses e, logo, para o cumprimento do ODS 1.
- O segundo obstáculo deve-se à fraqueza das capacidades da administração pública são-tomense que influencia a qualidade de elaboração das políticas de desenvolvimento económico e social, retarda o seu ritmo de execução e não permite o seu seguimento-avaliação; afeta também o ambiente de negócios.
- A insuficiência das infraestruturas de apoio ao crescimento (energia, estradas, portos, aeroportos, água), devido ao fraco volume de investimento, constitui um terceiro obstáculo significativo. Do mesmo modo, ela aumenta o custo dos fatores de produção, prejudica as finanças públicas, as empresas e as famílias e dissuadem os potenciais investidores.
- A fraca acumulação do stock de capital constitui outra barreira significativa para o desenvolvimento da economia, o investimento em recursos próprios quase inexistentes, enquanto os financiamentos externos são cada vez limitados pela crise económica internacional e pela multiplicação de focos de instabilidade no mundo. Isto resulta que a APD clássica é muito pouco tendo em conta a situação de urgência. Além disso, a predominância do sector dos serviços, largamente informal e pouco capitalizado agrava esta fraca acumulação de capital.

A fragilidade do setor privado santomense é outra questão estrutural que faz com que a implementação dos ODS seja quase toda ela conduzida pelo Governo. Para inverter esse cenário, o ambiente de negócios em STP deve ser objeto de profunda melhoria, de forma a permitir que o setor cresça e melhore a sua contribuição na implementação dos ODS no país.

Quanto a desafios, em avaliação à gestão das finanças públicas de STP (PEFA, 2019), foram identificados os seguintes desafios (económicos) do Governo, a saber:

- Fortes desequilíbrios e crescimento mais lento da economia;
- Necessidade e reformas estruturais alargadas nos sectores da energia e do turismo para estimular o potencial de crescimento;
- Finalização das discussões sobre as políticas e reformas económicas que poderão ser apoiadas por um novo acordo com o FMI;
- Declínio do preço do cacau e da sua produção;

<sup>9</sup>MPFEA de STP. Programa País de São Tomé e Príncipe para o Green Climate Fund. Outubro 2019.

- Desaceleração do crescimento do turismo;
- Diminuição dos donativos e créditos/empréstimos externos;
- Crise energética que impactou o crescimento económico;
- Diminuição da dívida externa, compensada pela dívida interna (empréstimos e atrasados internos);
- Instabilidade macroeconómica, acentuada pelos déficits correntes e os déficits comerciais.

## 4. PROGRESSO EM RELAÇÃO AOS ODS

Neste capítulo é apresentada a situação e as tendências de STP para o alcance dos ODS. Não tendo sido as metas dos ODS objeto de priorização para o contexto nacional, da qual resultaria o estabelecimento de um quadro nacional de indicadores para a mensuração dessas metas, a análise sobre cada ODS, neste primeiro RNV, foi feita recorrendo aos dados estatísticos disponíveis que respondem a indicadores de metas dos ODS. Foram usados, essencialmente, dados estatísticos nacionais produzidos após a adoção da Agenda, mas, quando esses não estavam disponíveis, recorreu-se, também, a dados anteriores para uma melhor perspetiva de análise. E, na ausência de dados nacionais, recorreu-se a bases de dados globais e outras fontes reconhecidas e endossadas pelo país.





# 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA







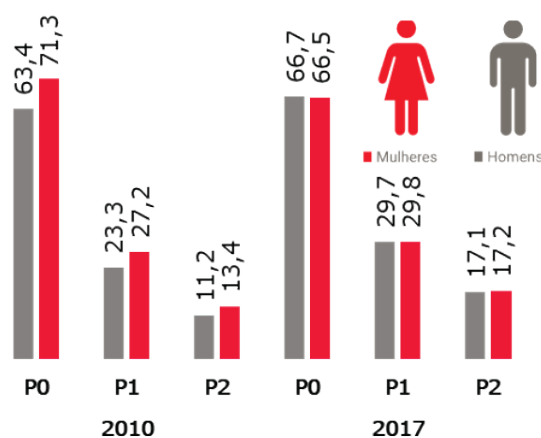
**ODS 1  
ACABAR COM A POBREZA EM TODAS A SUAS FORMAS,  
EM TODOS OS LUGARES**

A erradicação da pobreza em STP faz parte da agenda dos seus sucessivos governos, através da implementação de programas e ações com vista a melhorar o acesso das famílias a rendimentos. Os dados mais recentes sobre a pobreza (INE, IOF 2017), com referência a US\$ 1,90 dia, que é a linha utilizada para efeitos de comparabilidade internacional, comprovam que houve melhorias neste indicador, face aos dados de 2010. Neste período, o nível de pobreza em STP, medido pela proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), reduziu-se de 35,6% para 25,9%, não se vislumbrando diferenças significativas por sexo, apesar de uma ligeira incidência na camada feminina (Estimativas do BM e INE 2021).

No entanto, não obstante essa redução, cerca de um quarto da população do país ainda vive com menos de 1,90 USD por dia, o que revela que o nível de crescimento da economia não tem sido suficiente para a geração de emprego e bem-estar para a maioria da população. As famílias com mais filhos são as mais atingidas pela pobreza. Em 2017, cerca de 30% das crianças, com menos de 15 anos de idade, viviam em famílias com menos de 1,90 USD por pessoa /dia e quase metade (46%) estava nos 40% da população mais pobre. Em STP, a pobreza afeta mais a população que vive no meio urbano (26,8%) do que aquela que vive no meio rural (24,4%).

No concernente às dimensões nacionais para o cálculo da pobreza, isto é, o custo das necessidades básicas, de acordo com os dados oficiais (INE, IOF 2010), em 2010, dois terços da população do país (66,2%) era pobre (Gráfico 1.1), isto é, tinha uma despesa anual per capita de 10,975,730 Dobras, o que representava menos de 30 Dobras per capita/dia. Em 2017, a incidência da pobreza (66,7%) praticamente não sofreu alterações face a 2010, não obstante um aumento registado da despesa anual per capita (19.017,000 Dobras), de cerca de 52,10 Dobras per capita/dia. No que tange ao sexo, os dados mostram que, em 2017, a pobreza afetou os homens e as mulheres quase na mesma proporção, situação muito diferente da registada em 2010, em que a pobreza tinha maior incidência nas mulheres (71% contra 63% dos homens).

**Gráfico 1.1: Índice de Pobreza (P0, P1, P2), por sexo 2010 - 2017**



A pobreza afeta, principalmente, famílias alargadas, agregados familiares monoparentais, quer nucleares como alargadas, constituídas na sua maioria por mulheres, crianças e idosos. A pobreza é também influenciada pela situação no emprego, isto é, nas categorias de desempregados desencorajados (72,9%) e inativos (68,50%) se encontram os maiores níveis de incidência da pobreza no país (Tabela 1.1, em anexo). Constata-se ainda que a pobreza varia também em função dos grupos socioeconómicos, estando os mais pobres concentrados no sector privado agrícola (69,8%). O gap de pobreza para 20% das famílias mais pobres agravou entre 2010 e 2017, isto é, quase que duplicou, passando de 62% para 76,1% e de 40,2% para 50,3%, para os 40% de famílias mais pobres. A pobreza extrema afeta 47% da população do país, o que suscita preocupação relativamente a questões ligadas a segurança alimentar no país.

Como já referido, as pessoas em situação de pobreza vivem, sobretudo, em famílias numerosas e, como tal, associadas a elevadas situações de dependência, o que constitui uma grande pressão sobre a população produtiva. As famílias pobres têm sobre a sua dependência, em média, 1,97 crianças com idade compreendida entre os 0 e 14 anos, nível muito superior à das famílias não pobres (1,07 crianças) (Tabela 1.2, em anexo).

De forma a minimizar os efeitos da pobreza, que ainda afetam uma grande franja da população, o Governo adotou, como medida de política, o sistema de proteção social, e, através do regime da Proteção Social da Cidadania, beneficia 2.500 agregados familiares com idosos pobres, 5.000 agregados familiares pobres, com membros em idade ativa, e um programa de obras públicas. No entanto, reconhece-se que o referido sistema tem pouca cobertura em termos de beneficiários, face às necessidades do país, não obstante os esforços que vêm sendo feitos ao nível dos recursos públicos, tendo as despesas para o setor da proteção social aumentado de 0,65% do PIB, em 2018, para 1,3% do PIB, em 2020.

As transferências ou prestações sociais ainda são baixas no país. Segundo os dados do MICS 2019, elas foram recebidas por apenas 7% de membros que vivem em agregados familiares. Por outro lado, em 2017, apenas 4.269 indivíduos beneficiaram da segurança social, sendo que os maiores níveis de cobertura foram encontrados nos Distritos de Água Grande (25,6% %) e Mé-Zochi (17,4%) e, no extremo oposto, no Distrito de Caué, com apenas 6,6% (DPSS).

Verifica-se alguma melhoria ao nível dos bens de conforto da população são-tomense, sobretudo no que tange ao acesso à água. Segundo o INE (MICS, 2019), cerca de 89% das famílias são-tomenses usavam serviços básicos de água melhorada, sendo 39,8% no local e 49,4% deslocavam até 30 minutos para ter acesso a este precioso líquido (Tabela 1.3, em anexo). No entanto, quase metade das famílias utiliza como principal fonte de água para consumo os chafarizes (48,9%) (Tabela 1.4, em anexo). A higiene é um requisito importante para a saúde, sobretudo nas crianças, uma vez que evita muitas doenças, como a diarreia.

Trata-se de um domínio no qual o país carece de melhorias, uma vez que apenas cerca de metade dos agregados familiares (53,9%) tinha instalações de lavagem de mãos com disponibilidade de água e sabão, sendo 57% no meio urbano e 47% no meio rural (INE, MICS 2019).

Em termos de saneamento, apenas metade da população do país utilizava instalação de saneamento melhorada, sendo 16,5% ligada a uma latrina ventilada melhorada. A situação é ligeiramente melhor no meio urbano (52,6%). Relativamente às regiões, os melhores níveis, em termos de existência de instalação de saneamento melhorada, foram encontrados no Distrito de Água Grande e na RAP, com 63% e 58,3%, respetivamente. Em sentido oposto, encontra-se as Regiões do Norte Oeste e Sul Este com 38,5% e 40,8%.

Um outro aspeto importante ao nível do saneamento, no qual as autoridades têm trabalhado para erradicar é a problemática da defecação ao ar livre. Ainda, 45,5% da população do país adota esta prática, que tem maior incidência no meio rural (51,1%). As regiões do Norte Oeste e Sul Este são as mais afetadas por esta prática, que põe em causa a qualidade do ambiente e a saúde pública (Tabela 1.5, em anexo).

Para o nível de conforto das famílias concorrem outras dimensões, também importantes, como a eletricidade, combustíveis, internet, entre outras. Cerca de um quinto das famílias não tem eletricidade em casa; a esmagadora maioria dos agregados (95%) utiliza combustíveis poluentes para preparar os alimentos (outros combustíveis). Mais de metade dos agregados (55,5%) não têm acesso à internet, (Tabela 1.6, em anexo).

Quanto ao número de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, houve uma evolução positiva, passando de 0,18 por 1.000 habitantes, em 2017, para 0,28, em 2019, segundo dados do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB).

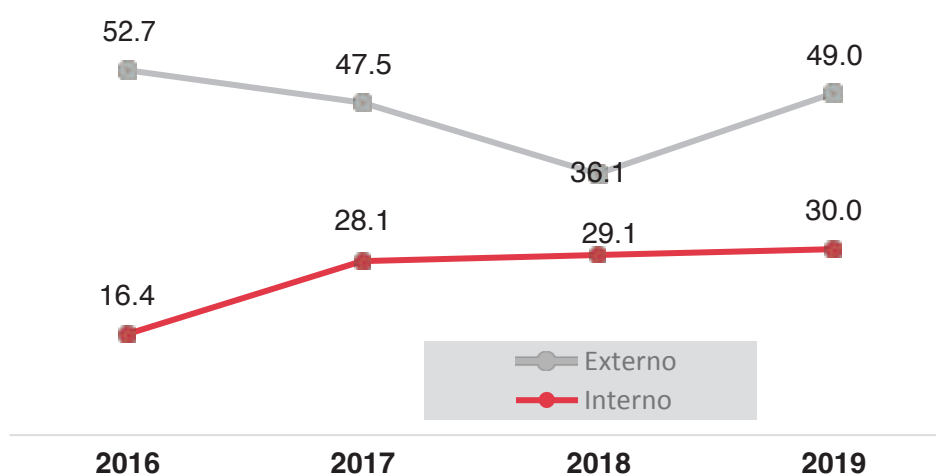
<sup>10</sup>Razão entre aqueles que não estão na força de trabalho, isto é, crianças até os 14 anos e idosos a partir de 65 anos) e aqueles que normalmente estão na força de trabalho (15 e 64 anos).

<sup>11</sup>Instalação que separa higienicamente os excrementos humanos do contacto humano. As instalações sanitárias melhoradas incluem a descarga ou esvaziamento de água em sistema de esgoto canalizado, fossas sépticas ou latrinas de fossa; latrinas de fossa ventiladas melhoradas, latrinas de fossa com lajes e sanitários de compostagem.

Com vista a aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidades destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais (ver o ODS 13), STP adotou e implementou a sua estratégia de redução de risco de desastres, alinhada com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030. O Governo da RAP também elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável – “Príncipe 2030”, que contempla ações voltadas para a resiliência às alterações climáticas.

O Governo de STP é muito sensível a problemática da pobreza no país, precisamente por isso, tem dado atenção aos programas de redução da pobreza, tendo-se-lhes alocado, em 2016, mais de metade dos recursos externos (53%) e cerca de 16% dos recursos internos (OGE e SAFE). Os recursos internos vêm aumentando, tendo atingido o valor máximo em 2019. Em sentido contrário tem sido a trajetória dos recursos provenientes de fontes externas, tendo invertido a tendência em 2018, atingindo o valor máximo (49%) in 2019, como ilustra o Gráfico, a seguir.

**Gráfico 1.2: Percentagem de recursos alocados pelo Governo por meio do OGE aos programas de combate à pobreza, 2016 - 2019**



Fonte: SAFE e OGE

Quanto a proporção de gastos executados, destinados aos serviços essenciais e com impactos ao nível da pobreza (educação, saúde e proteção social), os dados do OGE mostram que a maior parte das despesas correntes têm sido com o setor da educação, absorvendo cerca um quarto (26%) em 2015, tendo diminuído para um quinto em 2018. Seguidamente, aparece o setor da saúde com 14% em 2015, mantendo praticamente o mesmo nível em 2018. Ao nível das despesas correntes destinadas à proteção social, elas são poucos expressivas, como ilustra a tabela a seguir. Mantêm-se a mesma tendência relativamente as despesas de capital, sendo a saúde e a educação os setores que receberam os maiores montantes. A proporção de gastos destinada à proteção social foi diminuta, atingindo 0,06% de despesas correntes e 1,56% de despesas de capital em 2018.

**Tabela 1.7: Proporção (%) de gastos executados, destinados aos serviços essenciais (educação, saúde e proteção social): Despesas correntes e Despesas de capital, 2015 – 2020**

Despesas	Serviços	2015	2016	2017	2018
Despesas correntes	Proteção social	0,73	0,59	0,66	0,06
	Educação	25,7	27,19	29,1	20,6
	Saúde	13,59	14,51	16,88	13,64
Despesas de capital	Proteção social	2,39	2,51	1,28	1,56
	Educação	8,81	14,9	5,26	7,72
	Saúde	12,89	12,34	8,94	10,56

**Fonte: SAFE e OGE**

Não obstante os níveis de pobreza, ainda existentes, o país investiu estrategicamente na educação e na saúde, aumentando o nível de vida da sua população, o que contribuiu para um desenvolvimento humano assinalável. Em 2010, STP foi classificado como país de rendimento médio, tendo, segundo o IDH, aumentado de 0,452, em 1990, para 0,625, em 2019, e a esperança de vida aumentado 12,2 anos, nesse período.



# 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL





**OD2**

**ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

A segurança alimentar e nutricional, isto é, o acesso de forma regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, é fundamental para a saúde e o bem-estar da população, sendo ele um direito humano fundamental, de acordo com a FAO.

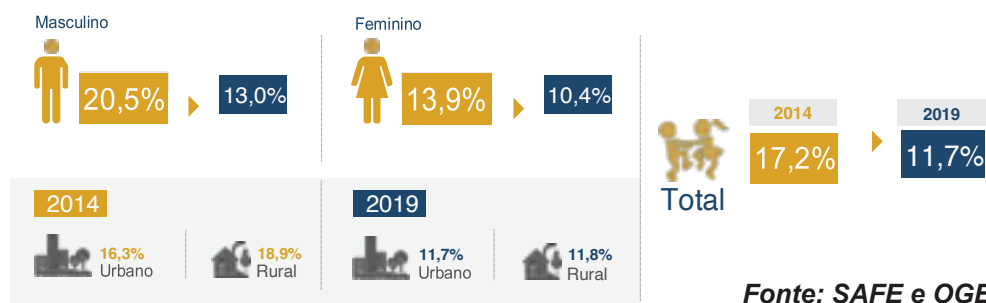
Segundo a Terceira Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, 2018, cerca de 36.000 pessoas estavam em situação de insegurança alimentar no país, das quais 16.000 (10,2% dos agregados familiares) têm um fraco consumo de alimentos e 20.000 pessoas têm um consumo limitado de alimentos. O país tem feito progressos em termos de nutrição infantil (crianças menores de 5 anos), mas dados recentes mostram que ainda há desafios consideráveis. Precisamente por isso, o Governo vem trabalhando com os seus parceiros de forma a garantir que os santomenses tenham acesso aos alimentos essenciais, para que não haja fome e insegurança alimentar e haja melhores níveis de nutrição no horizonte 2030. Para o efeito, várias estratégias e programas vêm sendo implementadas, visando melhorar o aumento da produção agrícola sustentável e o acesso à diversidade de alimentos, com destaque para:

- Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional / Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural;
- Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2023;
- Estratégia Nacional de Segurança Sanitária Alimentar 2017-2022;
- Política e Estratégia Nacional de Proteção Social, 2014.

Relativamente ao objetivo de aumentar a produção agrícola sustentável, visando a melhoria da segurança alimentar e nutricional da população, elaborou-se o documento intitulado, Revisão Estratégica “Fome Zero” – Horizonte 2030, com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM), com vista a avaliar e definir ações para acelerar a implementação deste ODS, que propõe como orientação estratégica “Acabar com a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura sustentável.”

A segurança nutricional é avaliada através de medidas antropométricas e do consumo alimentar, em que a ocorrência de desnutrição na infância é diagnosticada com base no atraso do crescimento infantil. Em 2014, a prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), que é medida pela relação da altura por idade, em crianças menores de 5 anos, foi de 17,2% ao nível do país, sendo de 20,5% nas crianças do sexo masculino e de 13,9% nas crianças do sexo feminino.

**Gráfico 2.1: Percentagem de crianças menores de 5 anos, por estado nutricional, de acordo com a prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), por meio de residência e sexo, 2014 – 2019**



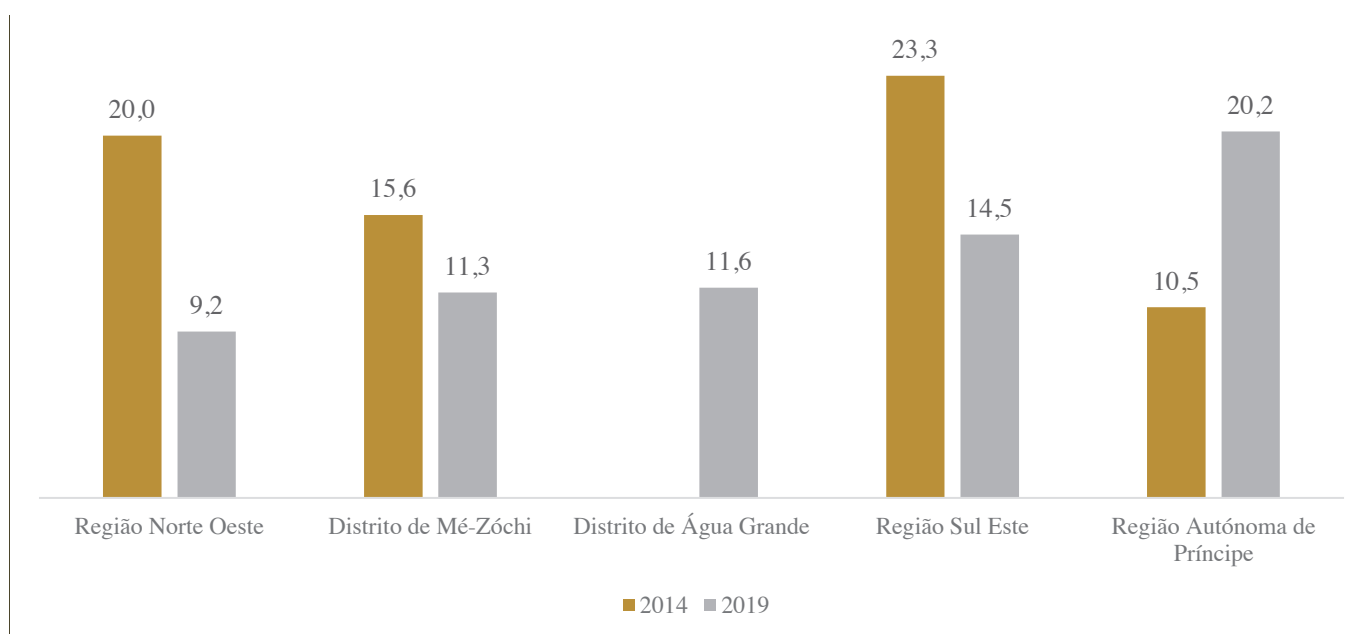
Fonte: SAFE e OGE

<sup>12</sup>Terceira Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, 2018..

Em 2019, registou-se melhorias consideráveis nesse indicador, fixando em 11,7%, com maior incidência nas crianças do sexo masculino (13%, contra 10,4% do sexo feminino). Relativamente ao meio de residência, o país conseguiu também ganhos importantes de 2014 a 2019, sendo mais acentuado no meio rural, como mostra o Gráfico a seguir.

A nível das regiões, verifica-se, em todas elas, uma diminuição dos níveis de subnutrição, com exceção da RAP, onde houve uma duplicação dos níveis entre 2014 e 2019 (MICS, 2014 e 2019).

**Gráfico 2.2: Percentagem de crianças menores de 5 anos, por estado nutricional de acordo com a prevalência do atraso do crescimento (moderado e grave), por regiões, 2014 – 2019**

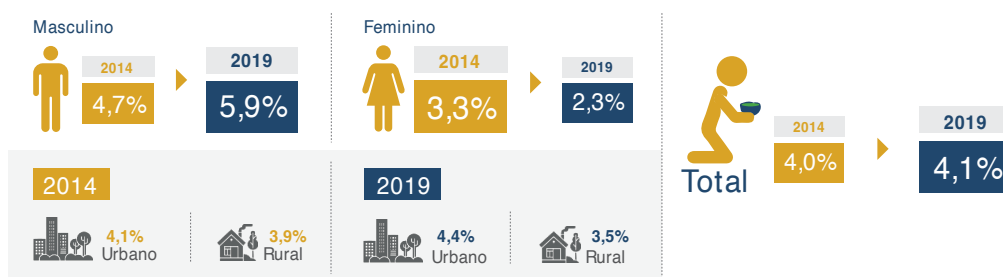


Fonte: MICS 2014 e 2019

Os dados do MICS mostram que a prevalência de subnutrição é condicionada pelo nível de bem-estar, isto é, quanto mais pobre é a família, maior é a prevalência do atraso de crescimento.

Quanto à situação nutricional, ela é relativamente boa e o Estado santomense vem fazendo esforços no sentido de melhorá-la ainda mais. O MICS 2019 apresenta dois indicadores relacionados com o peso por altura: (1) Prevalência de emagrecimento (moderada e severa) nas crianças com menos de 5 anos de idade, que se manteve em cerca de 4%, entre 2014 e 2019. Contrariamente às meninas (2,3%), a prevalência de emagrecimento nos meninos piorou em 2019, atingindo uma taxa de 5,9%, ligeiramente superior no meio urbano.

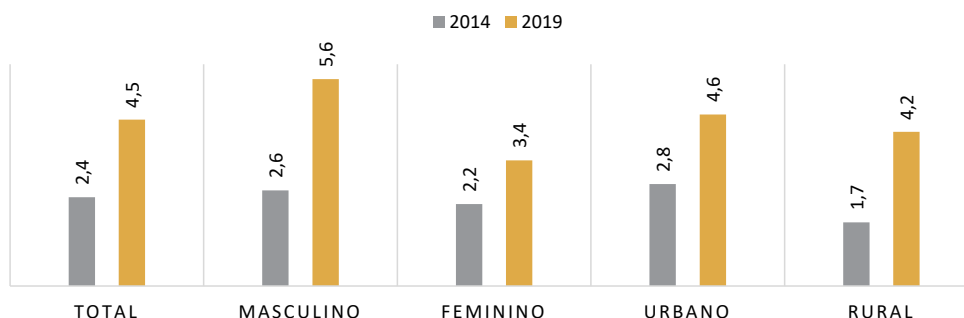
**Gráfico 2.3: Prevalência (%) de emagrecimento (moderada e severa), 2014 - 2019**



Fonte: MICS 2014 e 2019

(1) Excesso de peso nas crianças com menos de 5 anos de idade - apesar dos níveis não serem preocupantes, verificou-se um agravamento da prevalência em 2019, face a 2014, passando de 2,4% para 4,5%. Os meninos são mais afetados pela obesidade em 2019, com maior prevalência nas famílias com maiores níveis de conforto.

**Gráfico 2.4: Prevalência (%) % de excesso de peso, 2014 - 2019**



Fonte: MICS 2014 e 2019

Quanto à prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação é preocupante em STP. A proporção de mulheres de 15 a 49 anos com anemia passou de 45%, em 2015, para 44,2% em 2019. Segundo a mesma fonte, a prevalência da anemia manteve praticamente no mesmo nível, em média, 44% ao ano, tendo aumentado para cerca de 51% para as mulheres grávidas, entre 2015 e 2019.

No que tange à prevalência de insuficiência ponderal (peso por idade) nas das crianças com menos de 5 anos, verificou-se melhorias entre 2014 e 2019, tendo a prevalência do baixo peso (moderada e severa) passado de 8,8% para cerca de 5%.

De forma a contribuir para o bom desenvolvimento físico e intelectual dos alunos, o Governo santomense, através do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, assumiu, em 2016, a responsabilidade pela alimentação das crianças nas escolas públicas do país, com vista a complementar as necessidades nutricionais dos alunos e melhorar os hábitos de alimentação saudáveis durante a sua permanência na escola.

O país não dispõe de todos os dados para a quantificação proporção de área agrícola onde é praticada agricultura produtiva e sustentável. No entanto, ciente da problemática da nutrição no país, os sucessivos governos de STP vêm implementando políticas que contribuam para a disponibilidade de alimentos de qualidade nutricional adequada, com base numa produção agrícola sustentável, como mostra a Tabela 2.1. Segundo o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, entre 2017 e 2021, STP aumentou a área agrícola nacional e a área agrícola nacional em que a agricultura é sustentável em 68,6% e 37%, respetivamente. A proporção de área agrícola em que é praticada agricultura produtiva e sustentável representava 44% em 2017, tendo diminuído, para 36%, em 2021.

**Tabela 2.1: Área agrícola e proporção em que é praticada Agricultura produtiva e sustentável, 2017 - 2021**

Área agrícola (ha)	2017	2018	2019	2020	2021
Área agrícola Nacional	14302	15952,8	17166,6	20343,9	24109,3
Área agrícola Nacional em que a agricultura é sustentável	6336,3	6531,7	6455,7	7486,1	8681
Proporção da área agrícola em que é praticada agricultura produtiva é sustentável	44,0%	41,0%	38,0%	37,0%	36,0%

Fonte: Ministério de agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, 2021

<sup>13</sup><https://www.who.int/data/gho/>



os mesmos têm sido diminutos, situando-se em torno de 0,4%, e a participação da agricultura nas despesas do governo, foi, em média, de cerca de 4%, no mesmo período.

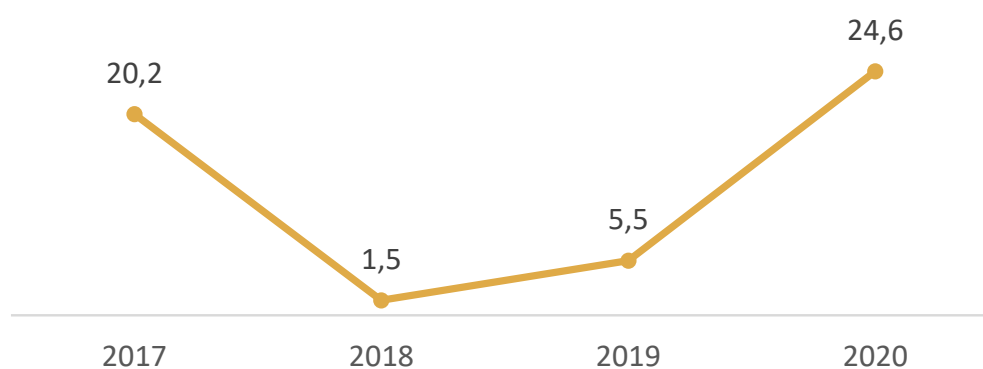
**Tabela 2.2: Índice de orientação agrícola para a despesa pública, 2015 – 2019**

	2015	2016	2017	2018	2019
Participação do valor agregado da agricultura no PIB (%)	12,0	11,4	10,9	11,1	12,22
Índice de orientação agrícola para gastos do governo	0,4	0,35	0,4	0,4	0,36
Participação da agricultura nas despesas do governo (%)	4,3	4,02	4,6	4,2	4,45

**Fonte: Base de Dados Globais dos ODS: <https://unstats.un.org/sdgs/UNSDG/countryprofiles>**

Acresce, ainda, que o setor agrícola tem tido um papel importante na estratégia do Governo na luta contra a pobreza e na garantia da segurança alimentar, para a qual têm contado com apoios importantes de vários parceiros. Segundo o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR), o total de fluxos oficiais (APD e outros fluxos) para o setor agrícola evoluiu de 20,2 milhões de Euros, em 2017, para 24,6 milhões, em 2020. Trata-se de um aumento significativo, se tivermos em conta os níveis registados em 2018, gráfico, a seguir.

**Gráfico 2.5: Total de fluxos oficiais para o sector agrícola (em Milhões de Euros), 2017 - 2020**



**Fonte: MAPDR, 2021**

Quanto aos preços de produtos alimentares, o Governo vem trabalhando no sentido de controlar a sua volatilidade, tendo em conta a pressão que exercem sobre os orçamentos das famílias, sobretudo as mais vulneráveis. Como se depreende do Indicador de Anomalias de Preços de Alimentos (IFPA), por Índice de Preços de Alimentos ao Consumidor, tem-se verificado melhorias, tendo este indicador evoluído de uma situação anormal em 2015, com um IFPA >= 1, concretamente 1,2, para moderadamente alto em 2019, com um IFPA igual a 0,6 .

<sup>14</sup>FAOSTAT Data / Consumer Price Indices: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/CP>



# 3 SAÚDE E BEM-ESTAR





### ODS 3 ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES

A saúde é um direito humano fundamental para o desenvolvimento de capacidades ao nível das sociedades. Ela é influenciada pelo meio e pelas condições em que as pessoas vivem, desde a alimentação, educação, emprego e rendimentos, habitação, entre outras.

De acordo com a Constituição da RDSTP, todos os santomenses têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender. Ao Estado incumbe promover a Saúde Pública, que tem por objetivo o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio ecológico em que vivem, como evidencia o Sistema Nacional de Saúde (artigo 50). Para dar cumprimento ao mandamento constitucional, o Governo aprovou uma legislação (Lei de Base da Saúde – Lei n.º 09/2018, 06 de junho) para regular o setor da saúde, e, através da qual, institui o Serviço Nacional de Saúde (SNS) - “conjunto ordenado e hierarquizado de todas as estruturas organizativas do sector público da saúde, que concorrem para a prestação dos cuidados de saúde, funcionando sob a superintendência ou a tutela do Ministro encarregue pelo sector da Saúde.” O SNS caracteriza-se por: (a) Ser universal quanto à população abrangida; (b) Prestar, de forma integrada, cuidados globais ou garantir a sua prestação; (c) Ser parcialmente gratuito para os utentes, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos; (d) Garantir a equidade no acesso dos utentes, com o objetivo de atenuar os efeitos das desigualdades económicas, geográficas e quaisquer outras no acesso aos cuidados; (e) Ter uma organização por Distrito e região e uma gestão desconcentrada e participada.

Para concretizar a política para o setor, o Governo aprovou o Plano Nacional do Desenvolvimento da Saúde 2017-2021, alinhado com este ODS, sob o lema “Mais saúde e mais riqueza.”. A sua execução visava a “melhoria do estado da saúde em São Tomé e Príncipe, com uma cobertura nacional equitativa tornando-se referência por excelência na sub-região do golfo da guiné no desígnio 2030.

STP tem tido ganhos assinaláveis ao nível da saúde. Por exemplo, tem uma excelente cobertura nos cuidados pré-natais, o que tem proporcionado uma diminuição dos índices de mortalidade materna no país. A proporção de partos assistidos por profissional de saúde passou de 92,5%, em 2014, para 96,8%, em 2019, (Tabela 3.1, em anexo). No mesmo período, a taxa de cobertura do pré-natal na primeira consulta aumentou de 97,5% para 98,1%. Em 2019, cerca de 98% das mulheres de 15 a 49 anos receberam atendimento pré-natal, pelo menos, uma vez de pessoal de saúde qualificado.

Os dados de operações estatísticas realizadas no país (IDS 2009, MICS 2014), bem como dados administrativos, evidenciam uma diminuição consistente da mortalidade materna em STP, que passou de 100 óbitos por 100 mil nascidos vivos, em 2009, para 74, em 2014 (Tabela 3.2, em anexo). Esses ganhos são frutos de medidas de política empreendidas pelos sucessivos governos, nomeadamente a prestação de serviços e medidas de reforço do sistema de saúde, aumento do número de partos assistidos, auditorias aos óbitos materno, melhoria da cadeia de referência até ao nível da comunidade. Também, foram criadas instalações de cuidados obstétricos de emergência funcional e a realização de diversas campanhas de sensibilização das mulheres para que dirijam aos centros de saúde mais próximos de sua área de residência para acompanhamento. Além disso, tem havido uma forte aposta na sensibilização das mulheres, de forma a incentivá-las a realizarem os partos numa estrutura de saúde, e que sejam assistidas por um profissional de saúde qualificado.

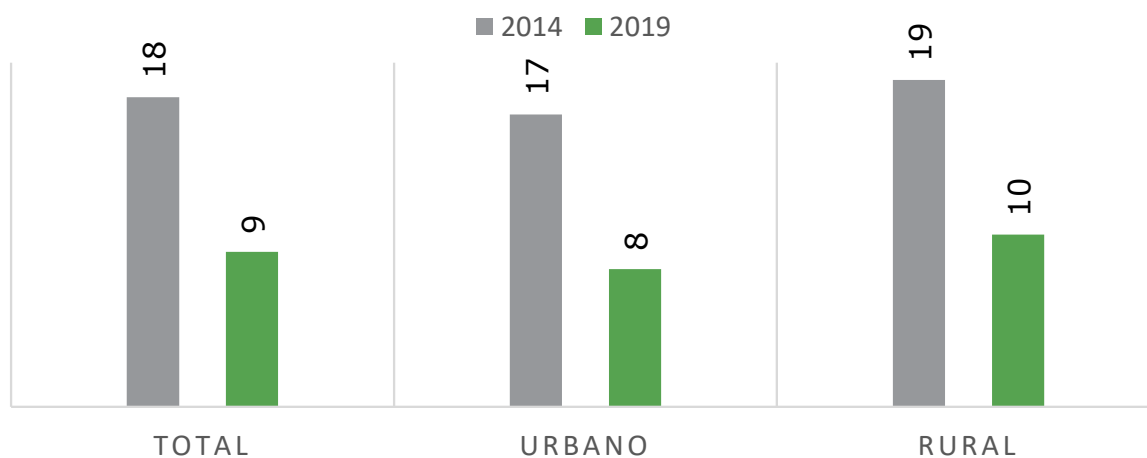
Apesar desses bons resultados, obtidos ao nível da mortalidade materna e neonatal, em que o país está próximo de atingir a meta global, esforços continuam sendo encetados no sentido de maximizar os ganhos, através da melhoria das condições de saúde, como infraestruturas, equipamentos e o alargamento em termos de acesso, melhoria da qualidade, inclusive dos serviços e dos recursos humanos disponibilizados, e de aumentar o número de profissionais qualificados. Os recursos humanos no setor saúde são os ativos mais importantes para um sistema de saúde funcional e como tal, o país tem implementado medidas de política no sentido de os melhorar (os recursos

humanos) e, assim, garantir o bem-estar sanitário das populações. Uma das medidas foi a criação da Escola Superior de Enfermagem, que tem contribuído para formar enfermeiros que respondam às necessidades em termos de cobertura a nível nacional. Quanto a médicos, o país tem recorrido, fundamentalmente, a universidades estrangeiras, com as quais tem cooperação, para a formação de profissionais de saúde. No entanto, muitos desses profissionais, depois da sua formação académica, não regressam ao país, preferindo trabalhar no estrangeiro, onde as condições são mais atrativas. Daí que o Governo pretende criar mecanismos e incentivos para que os jovens profissionais regressem ao país, depois da sua formação, para assim darem a sua contribuição a esse importante setor. É de enaltecer o facto de, em 2019, apenas cerca de 3% dos partos realizados em STP não terem sido assistidos por um agente de saúde especializado (INE, MICS 2014 e 2019), ultrapassando, assim, a meta estipulada pela OMS (World Health Report, 2006) de que alcançar 80% de cobertura de atendimento qualificado requer um limiar de 2,28 pessoal médico qualificado (médicos, enfermeiros e parteiras) por 1.000 habitantes. O aumento da proporção de nascimentos que são assistidos nas unidades de saúde é um fator importante na redução dos riscos para a saúde da mãe e do filho. A atenção médica adequada e as condições de higiene durante o parto podem reduzir os riscos de complicações e infeções, que podem causar a morbilidade e mortalidade para a mãe ou o bebé. Em 2014, cerca de 91% dos nascimentos em STP eram feitos numa estrutura de saúde, tendo evoluído para 95%, em 2019. Ao nível das regiões, destaca-se a evolução registada na Região Sul Este, que passou de 76,8%, em 2014, para 94,8%, em 2019.

A idade e o nível de instrução são os fatores que influenciam as mulheres a procurarem uma estrutura de saúde para a realização do parto. Em 2014, os menores níveis de nascimentos feitos numa estrutura de saúde foram encontrados nas idades mais avançadas (35 a 49 anos), com cerca de 85,9%, elevando-se para 94,2% em 2019, um aumento de cerca de 10 pontos percentuais, o que poderá ser resultado do trabalho de sensibilização que vem sendo feito (Tabela 3.3, em anexo).

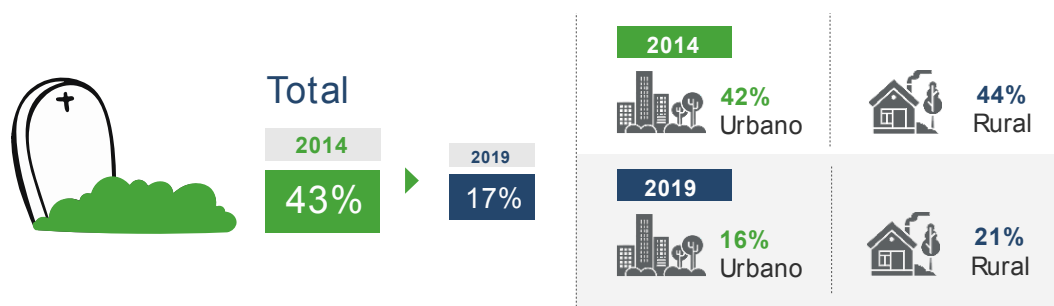
Os índices de mortalidade neonatal em STP têm reduzido significativamente nos últimos anos, graças ao aumento da cobertura dos serviços materno-infantil. Segundo dados do MS, 97,2% das mulheres grávidas compareceram a, pelo menos, uma consulta de cuidados pré-natais. Como consequência, a taxa de mortalidade neonatal reduziu para metade, no período entre 2014 e 2019, passando de 18 por 1.000 nados vivos para 9 por 1000.

**Gráfico 3.1: Taxa de mortalidade neonatal, por 1.000 nados vivos, 2014 - 2019**



Fonte: MICS 2014 e 2019

Gráfico 3.2: Taxa de mortalidade infantojuvenil, por 1000 nados vivos, 2014 - 2019



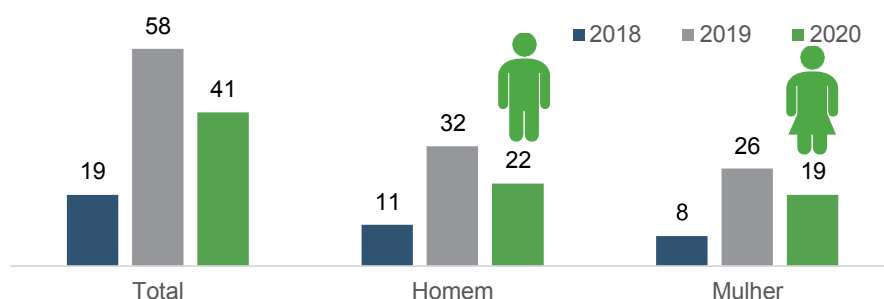
Fonte: MICS 2014 e 2019

No quesito das Doenças Transmissíveis, os índices são relativamente baixos em STP, resultado dos esforços que foram sendo empreendidos pelos sucessivos governos, nomeadamente com ações e medidas preventivas e de sensibilização da população. Com importantes apoios, particularmente do Fundo Global, tem sido possível ao país garantir a prestação gratuita de tratamento das doenças transmissíveis, como o paludismo, a SIDA e a tuberculose. O país também já dispõe de alguma capacidade laboratorial para realização de testes para deteção dessas doenças, apesar de ser necessário investir na qualificação dos recursos humanos e tecnológicos, sobretudo em termos de manutenção dos equipamentos. Além disso, outras ações importantes foram implementadas, que concorrem para a redução dos níveis de transmissibilidade e a melhoria da qualidade de vida dos infetados, com destaque para:

- Instalação de centros de tratamento em todos os Distritos sanitários;
- Prestação de serviço médico-medicamentoso gratuito aos doentes;
- Existência da rede VIH STP para testagem voluntária;
- Integração dos serviços de SSR no controlo das IST/VIH/SIDA;
- Disponibilidade da carga viral.

O nível de conhecimento da população relativamente ao HIV é de 99%, o que é extremamente positivo. A situação no país relativamente a esta doença vem melhorando, como mostram os dados do Sistema de Informação de Saúde (SIS) do MS (2021). Em 2019, o país registou 41 novos casos de HIV, o que corresponde a uma taxa de 0,2 por 1.000 habitantes, e uma diminuição de cerca de 29% face ao ano anterior, como mostram os Gráficos a seguir. A grande maioria dos novos casos notificados, em 2019, foi na faixa etária dos 30-69 anos, sendo os homens os mais afetados.

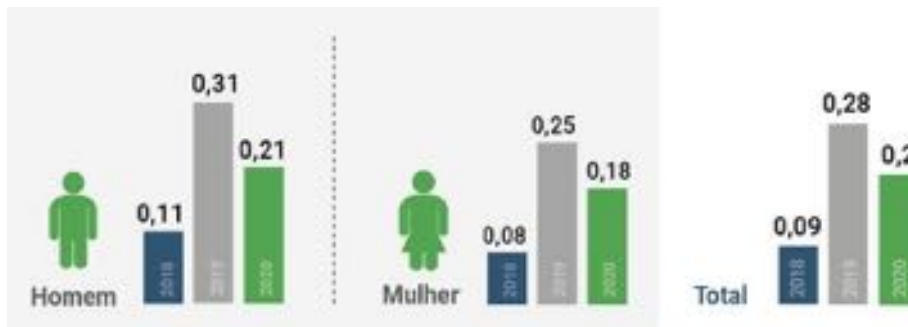
Gráfico 3.3: Número de novas infeções por HIV por 1000 habitantes, por sexo, 2018 - 2019



Fonte: MS (SIS), 2021

Quanto à prevalência do HIV, por o sexo e idade, segundo os dados do Relatório do Programa Nacional contra a Sida (PNLS), em 2017 era maior nas mulheres do que nos homens (0,84/1000 contra 0,08/1000). Relativamente aos grupos etários, o HIV afeta mais a população adulta, isto é, com idade compreendida entre os 25-49 anos e com mais de 50 anos, com 2,1/1000 e 2,2/1000, respetivamente.

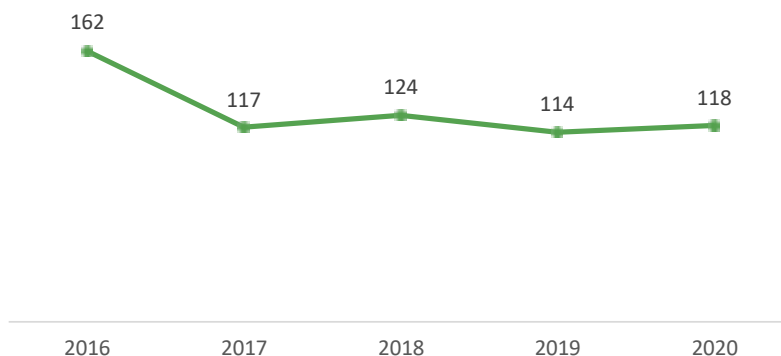
Gráfico 3.4: Taxa de novos casos de HIV por 1.000 habitantes, por sexo, 2018 - 2019



Fonte: MS (SIS), 2021

A tuberculose é outra doença transmissível em que o país vem registrando progressos no seu combate. Em 2016, STP registou um total de 162 casos por cada 100.000 habitantes, passando para 118 casos em 2020, uma diminuição na ordem de 27%. Os homens têm sido os mais afetados pela tuberculose.

Gráfico 3.5: Taxa de incidência da tuberculose por 100.000 habitantes, 2016 - 2020

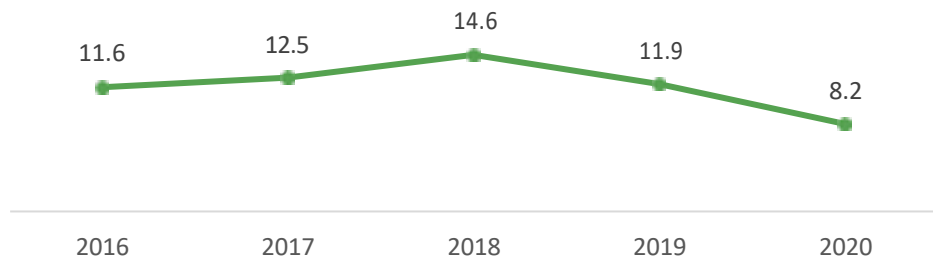


Fonte: Base de dados global dos ODS: <https://unstats.un.org/sdgs/UNSDG/countryprofiles>

STP, devido à sua localização geográfica, é muito afetado pela malária, também chamada de paludismo, que é uma doença parasitária transmitida por mosquitos e é potencialmente mortal, se não tratada atempadamente. Por esta razão, já em 1996 o combate ao paludismo foi reconhecido como uma prioridade absoluta do sistema nacional de saúde, tendo o país definido a estratégia de atuação, o Programa Nacional de Luta contra o Paludismo (PNLP). No âmbito do PNL, o país tem trabalhado, sobretudo, em termos de informação, sensibilização e prevenção à picada de mosquitos, através do uso de repelentes, vestuário adequado e redes mosquiteiras, mas também através da toma de medicação.

Tem havido uma redução substancial da incidência da malária no país, graças a intensificação integrada de atividades de luta contra o paludismo, como oferta de serviços gratuitos para todas as medidas de combate ao paludismo, nomeadamente medicamentos anti maláricos (paludismo simples e grave), diagnóstico biológico (TDR e microscopia), pulverização intra-domiciliar, distribuição de mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração (MILDAs) e a luta anti larvar. Atualmente, o paludismo não é mais a principal causa de morbidade e de mortalidade em STP. Foram relatados, em 2020, apenas 1944 casos de paludismo, uma diminuição de cerca de 21% comparativamente a 2019 e durante esses dois anos não se registou óbitos. No que tange a incidência do paludismo em STP, foi de 11,6, por 1000 habitantes, em 2016, e fixou em 8,2, por 1000 habitantes, em 2020, segundo os dados do Relatório do Programa de Malária Estudo HBS, 2017.

Gráfico 3.6: Taxa de incidência de Malária /1.000 habitantes, 2016 – 2020



Fonte: Relatório do Programa de Malária Estudo HBS, 2017

Os Distritos de Água Grande e Lembá são os mais afetados pelo Paludismo, com incidências de 17% e 20%, respetivamente. Nos demais Distritos a incidência do Paludismo está abaixo da média nacional, que é de 11,9% (Gráfico 3.7, em anexo). No entanto, com a pandemia da Covid-19, houve aumentos de casos de Paludismo no país, o que levou o PNL, com o apoio da China, UNICEF e OMS, a elaborar 3 planos de emergência, de forma a eliminar os focos nos Distritos onde foram considerados como epidêmicos (Lembá, Mé-Zochi, e Lobata incluindo Água-Grande). Portanto, globalmente, STP tem registado progressos assinaláveis na luta contra o paludismo, sendo que a meta de eliminação dessa doença até 2025, é atingível, pelo que o Governo intensificará os esforços nesse sentido.

A nível da Hepatite B, a incidência por 100 mil habitantes tem sido baixa, passando de 1,36, em 2015, para 1,31, em 2020 (Gráfico 3.8, em anexo). No entanto, esforços vem sendo feitos com vista à uma maior redução da incidência, como o reforço do controlo e prevenção de vacinação recomendada, sobretudo a nível das crianças.

As Doenças Não Transmissíveis (DNT), nomeadamente doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, têm merecido, igualmente, uma grande atenção por parte das autoridades sanitárias do país. Muitas dessas doenças resultam de fatores ambientais, hereditários e comportamentais, pelo que a aposta na promoção da melhoria da saúde, no combate aos hábitos inadequados, na melhoria da segurança alimentar e no incentivo às atividades físicas faz parte da estratégia das autoridades nacionais. Atualmente, entre as DNT, as doenças cardiovasculares são as principais causas de mortalidade em STP, com uma taxa de incidência em 2020, de 0,37 por cada 1.000 habitantes, o mesmo nível registado em 2017. As mulheres são as principais vítimas dessas doenças. Seguidamente, aparecem as mortes provocadas pelo câncer, com uma taxa de 0,18 por cada 1.000 habitantes em 2020, taxa superior ao registado em 2017, que era de 0,13 por 1.000 habitantes, sendo os homens os mais afetados. Logo a seguir, aparecem as mortes por doenças respiratórias, responsáveis 0,09 por 1.000 habitantes em 2020, e, por último, as mortes provocadas por diabetes, cujos níveis são extremamente residuais (Tabela 3.4, em anexo).

A taxa de mortalidade por suicídio, por sexo (mortes por 100.000 habitantes), é extremamente residual e com tendência de diminuição. Segundo as estimativas da OMS, STP teve 2,1 mortes por cada 100.000 habitantes em 2015, tendo reduzido para 1,5 em 2019.

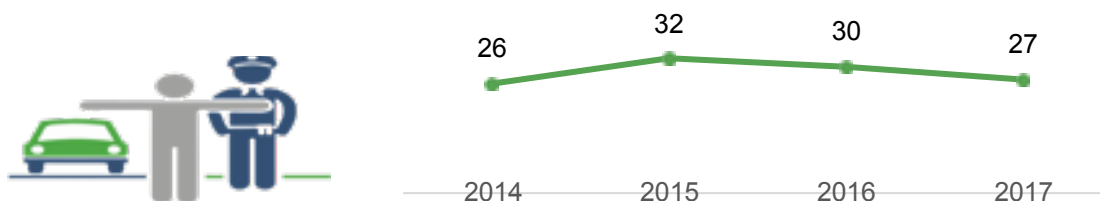
O consumo de substâncias nocivas para a saúde tem sido uma preocupação em STP, sobretudo, o consumo de álcool, pelos níveis que vêm atingindo. Por essa razão, as autoridades nacionais vêm trabalhando numa estratégia para enfrentar a situação, nomeadamente a aprovação de uma lei para regular a venda e o consumo de álcool. O consumo nocivo de álcool, tendo por referência o limiar nacional definido para o consumo de litros de álcool puro per capita (pessoas com 15 ou mais anos), foi de 5,9 litros em 2018 .

Segundo dados do MICS 2019, mais de metade das mulheres em idade reprodutiva (52%) já consumiu álcool, com a maior incidência nas idades acima dos 24 anos. Nos homens, esse percentual atinge cerca de dois terços (62%) (Tabela 3.5 em anexo).

<sup>15</sup><https://unstats.un.org/sdgs/UNSDG/countryprofiles>

Ao nível do trânsito, em STP tem ocorrido muitos acidentes, com de perda de vidas humanas. Segundo dados da PN, em 2014 o país contabilizou 26 mortes por acidente de trânsito, elevando para 27 em 2017 e sem o maior número (32) ocorreu em 2015. As principais causas dizem respeito à má sinalização das estradas, condução sob efeito de álcool, excesso de velocidade, condução sem habilitação e sem capacetes.

**Gráfico 3.9: Número de mortes por acidente de trânsito, 2014 - 2017**



**Fonte: Polícia Nacional de STP**

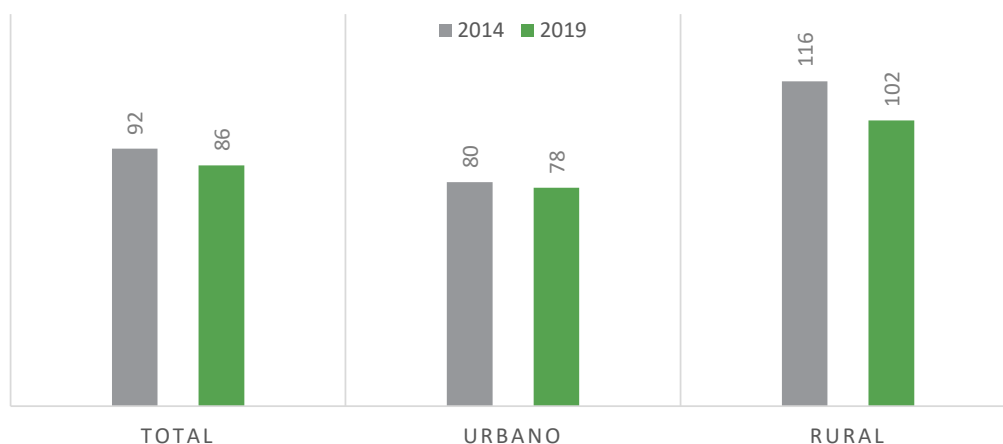
No entanto, fruto do grande trabalho que vem sendo feito pelas autoridades policiais, sobretudo a nível da sensibilização dos condutores, os níveis de mortalidade associados ao trânsito começam a diminuir.

O planeamento familiar, com recurso a métodos contraceptivos modernos, é importante para acompanhar os progressos da meta de garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo informação e educação, e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais.

Em STP, a percentagem de mulheres, em idade reprodutiva (15-49 anos), que teve as suas necessidades atendidas no planeamento familiar com métodos contraceptivos modernos foi de 60% em 2019, uma evolução positiva face ao ano de 2014. Relativamente ao meio de residência, nesse período, houve melhorias no meio urbano, (Tabela 3.4, em anexo). As regiões Norte Oeste e Sul Este apresentam os maiores níveis de utilização de métodos contraceptivos modernos por mulheres de 15-49 anos, casadas ou em união- de-facto (INE, MICS 2019).

De forma a melhorar os níveis de utilização de contraceptivos pelas mulheres de 15 a 49 anos, no âmbito da estratégia para a saúde reprodutiva, STP vem apostando na sensibilização da população para comportamentos sexuais adequados, com vista a reduzir o risco de transmissão de doenças, como o VIH. De acordo com os dados disponíveis, tem havido uma evolução positiva no uso de métodos contraceptivos pelas mulheres de 15 a 49 anos, atualmente casadas ou em união-de-facto, passando de 37,4%, em 2014, para 49,7%, em 2019. A pílula e injeções são os métodos contraceptivos mais utilizados. No entanto, o uso de preservativo no país ainda é extremamente baixo (INE, MICS 2014 e 2019) (Tabela 3.7, em anexo).

**Gráfico 3.10: Taxa de nascimento de adolescentes (taxa de fecundidade específica por idade das mulheres de 15 a 19 anos), por meio de residência, 2014 - 2019**



**Fonte: MICS 2014 e 2019**



Constata-se que em 2019, cerca de 16% das mulheres de 15-19 anos já tinham iniciado a sua vida sexual, 12,3% já tinham um nascimento vivo e 3,4% estavam grávidas do primeiro filho. Cerca de um quarto das mulheres teve filhos antes de 18 anos, sendo que os níveis são superiores no meio rural, com 28,2% (contra 23% no meio urbano) em 2014 e 29,2% (contra 28,2% no meio urbano) em 2019 (INE, MICS 2014 e 2019) (Gráfico 3.11, em anexo). Relativamente ao Índice Sintético de Fecundidade (ISF), isto é, o número de nados vivos que uma mulher teria se estivesse sujeita às atuais taxas de fecundidade por idade nos seus anos de maternidade (15-49 anos), passou de 4,4, em 2014, para 3,8, em 2019 (Gráfico 3.12, em anexo).

Em STP, a cobertura dos cuidados primários de saúde evoluiu de 58%, em 2015, para 60%, em 2019, segundo dados da OMS (2021). Por outro lado, à cobertura de seguro de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, a situação em STP inspira uma atenção especial. Em 2019, a percentagem de mulheres com idade compreendida entre 15 e 49 anos coberta por um seguro de saúde foi de apenas 0,8%, sendo de 0,3% para as crianças com idade compreendida entre 5 e 17 anos e de 1,4% para crianças menores de 5 anos, (MICS 2019). Em termos absolutos, apenas 1.395 homens e 3.115 mulheres tinham cobertura de seguro de saúde em 2019.

A taxa de mortalidade atribuída a envenenamentos não intencionais, por sexo (óbitos por 100.000 habitantes), é residual em STP, situando-se em cerca de 0,7 óbitos por cada 100.000 habitantes em 2019, sendo 0,1 do sexo feminino e 1,2 do sexo masculino. Esses níveis são praticamente os mesmos registados em 2015, segundo a OMS (2021).

Quanto ao consumo do tabaco, apesar da situação não ser preocupante, tem havido algum aumento. Em 2019, a percentagem de mulheres de 15 a 49 anos que fumaram cigarros ou que usaram tabaco para fumar foi de apenas 1,3%, sendo que metade já fumava antes dos 15 anos. As maiores percentagens de fumadores estão no meio rural. Nos homens, o percentual de fumadores é quase cinco vezes superior. A Ilha do Príncipe é a região do país com maior percentual de fumadores em 2019, com cerca de 15% (INE, MICS 2019).

A nível de vacinas, o Programa Nacional de Vacinação em STP inclui todas as vacinas assinaladas no calendário nacional vacinal, com doses de vacina BCG, poliomielite e Hepatite B (dentro de 24 horas após o nascimento), três doses da vacina pentavalente contendo antígenos DTP, hepatite B e Haemophilus influenzae tipo b (Hib). Contém, ainda, três doses da vacina contra a poliomielite, três doses da vacina pneumocócica (conjugada), três doses da vacina contra rotavírus, duas doses da vacina contra Sarampo e Rubéola (SR) e uma dose da vacina contra a febre amarela. Todas as vacinas devem ser recebidas no primeiro ano de vida da criança, exceto a segunda dose de SR que é aplicada aos 18 meses. De acordo com os dados do MICS6 2019, a percentagem de crianças de 12 a 23 meses que receberam todas as imunizações recomendadas antes do primeiro / segundo aniversário foi de 94%, contra difteria, tétano e coqueluche (DTP), e de 93% para a imunização pneumocócica (conjugada). Os níveis de vacinação foram superiores nas meninas, e é no meio urbano que foram registadas as maiores taxas de vacinação (Gráfico 3.13, em anexo).

Em termos de APD total líquida para a investigação médica e para os sectores básicos de saúde, entre 2015 e 2019, STP beneficiou de cerca de 20 milhões de USD, sendo a maior parcela recebida em 2017, cerca de 6,4 milhões, e a menor em 2019, cerca de 2,5 milhões (OCDE).

Uma das condições necessárias para a prestação de um bom serviço de saúde é a sustentabilidade financeira do sistema de saúde e a disponibilidade de quadros qualificados para responder aos desafios do setor. A nível dos recursos humanos de saúde, de acordo com o World Health Report 2006, para se alcançar 80% de cobertura de atendimento qualificado, requer um limiar de 2,28 de pessoal médico qualificado (médicos, enfermeiros e parteiras) por 1.000 habitantes. STP tem conseguido progressos assinaláveis a este nível, sendo que em 2017 o país contava com 87 médicos por 100.000 habitantes e 413 enfermeiros por 100.000 habitantes, enquanto a média mundial era de 146 médicos por 100.000 habitantes e 334 enfermeiros por 100.000 habitantes, respetivamente (Anuário Estatístico da Saúde 2020). Em 2019, o país tinha 749 trabalhadores do setor da saúde para uma população de 205.965 habitantes, distribuído pelos diferentes Distritos.

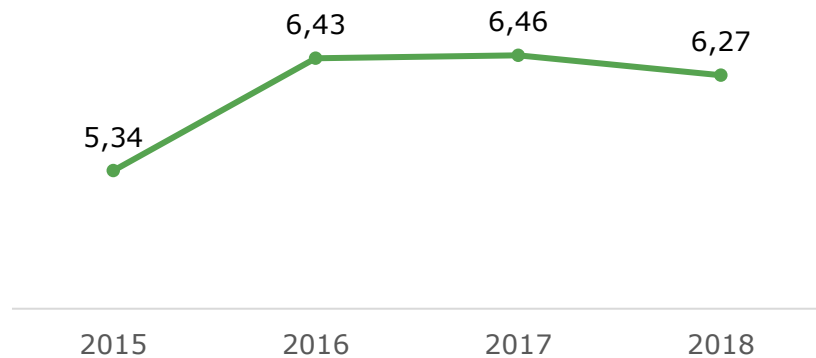
<sup>16</sup><https://www.who.int/data/monitoring-universal-health-coverage>

<sup>17</sup><https://www.who.int/data/monitoring-universal-health-coverage>

A RAP apresenta a maior taxa de cobertura de profissionais de saúde, com 1,28%. No extremo oposto, encontra-se os Distritos de Água Grande e Mé-Zóchi, (Tabela 3.8, em anexo).

No que tange as despesas com a saúde, em 2018, o Governo alocou ao setor da saúde valores correspondentes a 6,3% do PIB, um aumento de 17,3% face ao ano de 2015.

**Gráfico 3.14: Despesas atuais com saúde (% do PIB), 2015 - 2018**



Fonte: O BM: [https://pt.theglobaleconomy.com/Sao-Tome-and-Principe-Health\\_spending\\_as\\_percent\\_of\\_GDP/](https://pt.theglobaleconomy.com/Sao-Tome-and-Principe-Health_spending_as_percent_of_GDP/)

O Governo está a trabalhar para o cumprimento de todas as metas deste ODS e o país vem tendo progressos importantes, graças a criação de condições legais e institucionais, aos investimentos realizados, sobretudo ao nível do capital humano, e, em consequência, tem conseguido resultados notáveis, tendo inclusive alcançado, em 2019, um IDH de 0,625, ocupando a 135ª posição, no total de 189 países e territórios.



# 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE





**ODS 4  
ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE,  
PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS**

Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, independentemente do sexo e condições de vida, são desafios com que depara o Estado santomense. Para o Governo, é fundamental que haja condições para que todas as meninas e meninos tenham acesso à educação pré-escolar e básico e concluam, com sucesso, o ensino secundário, médio e superior, bem como o ensino profissionalizante, técnico e tecnológico. Igualmente, garantir a alfabetização e as habilidades de alfabetização da população, melhorar as instalações educacionais e aumentar o número de professores qualificados.

Neste sentido, em 2003 foi aprovada e publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 2/2003, de 2 de junho) para regular a atividade educativa no país. O sistema educativo nacional compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação e destina-se às crianças de idade inferior a 7 anos (3 a 6 anos). A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui atividades de ocupação de tempos livres:

- (i) Ensino básico – é de carácter universal, obrigatório, gratuito e está organizado em dois ciclos de estudos: 1º ciclo, com a duração de quatro anos de escolaridade (1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes) e o 2º ciclo, de dois anos (5ª e 6ª classes);
- (ii) Ensino secundário – é também constituído por dois ciclos, cada um com a duração de 3 anos de escolaridade: 1º ciclo (7ª, 8ª e 9ª classes) e o 2º ciclo (10ª, 11ª e 12ª classes);
- (iii) Ensino superior - compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

Por sua vez a educação extraescolar engloba alfabetização, atividade de aperfeiçoamento, atualização cultural, científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional, e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

De acordo com os dados do Boletim Estatístico 2019/2020 do Ministério de Educação (ME), a taxa bruta de escolarização passou de 115% no ano letivo 2016/17 para 120% no ano letivo 2019/20. A taxa de aprovação atingiu 88,3% no ano letivo 2019/2020 e a taxa de abandono reduziu-se de 1,5%, no ano letivo 2016/17 para 0,1% no ano letivo 2019/2020.

Em 2014, cerca de 36% das crianças de 36-59 meses de idade frequentavam um programa de educação infantil organizado, tendo sofrido uma redução em cerca de 2 pontos percentuais face a 2019. A frequência escolar era superior nas meninas, tendo invertido o cenário em 2019 e é afetada pela pobreza e o nível de instrução das mães, ou seja, a medida que aumenta níveis de riqueza e o nível de instrução, aumentam as taxas de frequência no pré-escolar (INE, MICS 2019).

A taxa líquida de escolarização (ajustada) para as crianças que frequentam o nível básico é de cerca de 90%, com poucas oscilações segundo o sexo. No meio urbano, encontra-se as maiores taxas. Já no que tange à frequência no 1º ciclo do ensino secundário a taxa líquida de escolarização reduz-se para cerca de metade, com maior incidência nas meninas. No segundo ciclo do secundário, a situação da taxa líquida de frequência é mais crítica, com apenas 29,9% em 2019.

<sup>18</sup>([A] Idade 7-14; [B] Idade para a aula primário 2/3 e [C] Frequência de idade de aula primário 2/3)

A alfabetização nos primeiros anos da escola primária é determinante para um bom futuro da criança, sobretudo ao nível de leitura e de cálculo. No que tange às habilidades de leitura, em 2019 a percentagem de crianças de 7 a 14 anos que completou, com sucesso, três exercícios básicos de leitura foi de 38,4%, com maior incidência nas meninas (42%). Os níveis aumentam com a idade e com o nível de instrução. Os maiores níveis encontram-se nos Distritos de Água Grande (42,9%), Mé-Zóchi (47,8%) e RAP (47,1%), como ilustra a Tabela 4.1, em anexo, (INE, MICS 2019).

No que concerne às competências numéricas em crianças de 7 a 14 anos ao completarem com sucesso três tarefas básicas numéricas, em 2019 cerca de 36% demonstram habilidades básicas numéricas, com poucas oscilações relativamente ao sexo e os níveis aumentam com a idade e anos de estudos. As crianças do meio rural apresentaram as maiores competências numéricas e relativamente as regiões, os Distritos de Água Grande e Mé-Zóchi apresentam os maiores níveis. No extremo oposto encontra-se a Região Norte Oeste, com apenas 27% (INE, MICS6 2019) (Tabela 4.2, em anexo).

A inclusão de meninas e meninos nos primeiros anos de vida na educação escolar tem sido uma das prioridades do país. Ao se analisar os dados sobre a Pontuação do Índice de desenvolvimento da primeira infância no período compreendido entre 2014 e 2019, conclui-se que STP tem registado progressos assinaláveis nesse indicador, tendo a percentagem de crianças entre os 36 e os 59 meses que estão no caminho certo do desenvolvimento, em pelo menos três das quatro áreas (leitura-cálculo, físico, sócio emocional, aprendizagem), evoluído de 54,5% em 2014 para 62,9% em 2019. Os maiores níveis foram encontrados nas crianças do sexo feminino, quer em 2014 como em 2019, e, relativamente ao meio de residência, a situação é melhor nas crianças que vivem no meio rural.

**Tabela 4.3: Percentagem de crianças de 3-4 anos que estão no bom caminho em termos de literacia - numeracia, física, social-emocional, e domínios de aprendizagem, e a pontuação do índice de desenvolvimento da primeira infância, 2014 - 20**

	2014	2019
<b>Total</b>	<b>54,5</b>	<b>62,9</b>
Masculino	53,7	59,1
Feminino	55,4	66,5
Urbano	53,5	61,2
Rural	56,6	66,2

**Fonte: INE, MICS 2014 e 2019**

Em 2019, a percentagem de crianças na faixa etária relevante (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental) que frequentava um programa de educação e um programa de educação infantil ou ensino básico (taxa de frequência líquida ajustada) era de 74,1% a nível nacional, cerca de 16 p.p. acima dos níveis de 2014. Relativamente ao sexo, em 2019 a maior incidência foi encontrada nas crianças do sexo feminino (78,2%), com poucas oscilações relativamente ao meio de residência. Nota-se que, em termos de distribuição, em 2019 cerca de 64% das crianças participaram num programa de educação infantil, 10% frequentaram o ensino básico e cerca de um quarto (26%) não participaram num programa de educação infantil ou ensino básico (INE, MICS6 2019) (Tabela 4.4, em anexo).

Relativamente à taxa líquida de admissão na escola primária, isto é, a percentagem de crianças em idade de entrada na escola primária, que estão matriculadas no primeiro ano, foi de 63,5% (INE, MICS 2019). A taxa de transição efetiva para o ensino médio, isto é, a percentagem de crianças que frequenta o último ano do ensino fundamental no ano letivo anterior e que cursa o primeiro ano do ensino médio no atual ano letivo, era de 96,8%. A maior taxa líquida de frequência ajustada foi encontrada no ensino básico (90%) e, no extremo oposto, com 30% no 2º ciclo ensino secundário.

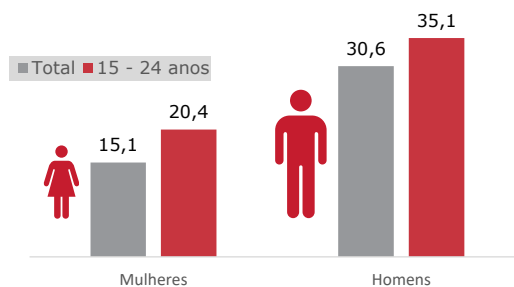
**Tabela 4.5: Taxa líquida de escolarização ajustada (percentagem de crianças que frequentam os diferentes níveis de ensino), 2019**

	Frequência escolar do nível básico	Frequência escolar no 1º ciclo do secundário	Frequência escolar no 2º ciclo secundário
<b>Total</b>	<b>89,8</b>	<b>55,3</b>	<b>29,9</b>
Masculino	89,1	50,3	25,4
Feminino	90,6	60,5	34,4
Urbano	90,8	57,8	32,2
Rural	87,7	50,8	25,6

Fonte: INE, MICS 2019

O acesso e o uso de TIC são um dos requisitos importante para o desenvolvimento e o progresso. Em 2016, o Conselho de Direitos Humanos da ONU considerou o acesso à Internet como um direito humano (Resolução (A/HRC/C/L.20) . STP, ciente da importância das TIC no desenvolvimento do país, vem trabalhando para que o acesso a este importante instrumento seja uma realidade, e apesar dos baixos níveis ainda existentes, vem tendo uma grande utilidade, sobretudo durante a fase crítica da pandemia da COVID-19, com o recurso ao teletrabalho. Os dados oficiais mais recentes (INE, MICS 2019) mostram que, em 2019, apenas 15% das mulheres realizaram atividades utilizando o computador. Nos homens, a percentagem quase que duplica. É na camada jovem (população compreendida entre os 15 a 24 anos) que foram encontrados os níveis mais expressivos de utilização, sendo 20% nas mulheres e eleva-se para 35% nos homens, como atesta o Gráfico, a seguir.

**Gráfico 4.1: Percentagem de mulheres e homens de 15-49 anos que nos últimos 3 meses realizaram atividades relacionadas com computador, 2019**



Fonte: INE: MICS 2019

A educação de qualidade para todos é um direito consagrado na Constituição RDSTP. O Estado santomense tem trabalho nesse sentido e tem obtidos progressos. Em 2019, a taxa líquida de escolarização (ajustada) no ensino básico (TLE) foi de cerca de 90,6% a nível nacional, com poucas oscilações relativamente ao sexo e meio de residência, e aumenta com o índice de bem-estar económico. O país já conseguiu a paridade de género ao nível do ensino básico (IPG) para as TLE ajustadas, independentemente dos níveis de bem-estar económico das famílias, como comprova o Índice de paridade de género de 2019, que foi de 1,02 (Tabela 4.6).

No entanto, o mesmo não se verifica relativamente ao ensino secundário 1º ciclo (IPG) para as TLE ajustadas e ensino secundário 2º ciclo (IPG), em que os Índices de paridade de género foram de 1,2 e 1,35, o que mostra que há mais mulheres do que homens. Nesses níveis, a desigualdade do género diminui com o aumento do bem-estar económico, até atingir a paridade nas famílias mais ricas, (INE, MICS6 2019).

<sup>19</sup><https://undocs.org/fr/A/HRC/32/L.20>

**Tabela 4.6: Índice de paridade de género no ensino básico, secundário (1º e 2º ciclos), para as taxas líquidas de escolarização ajustada, entre raparigas e rapazes, segundo o índice de bem-estar económico (IPG), 2019**

	Total	Mais pobre	Segundo	Médio	Quarto	O mais rico
Índice de paridade de género do ensino básico (IPG) para as TLE ajustadas	1,02	1,04	0,99	1,00	1,03	1,04
Índice de paridade de género do ensino secundário 1º ciclo (IPG) para as TLE ajustadas	1,2	1,48	1,23	1,42	1,09	1
Índice de paridade de género do ensino secundário 2º ciclo (IPG) para as TLE ajustadas	1,35	1,69	1,07	1,37	1,47	1,22

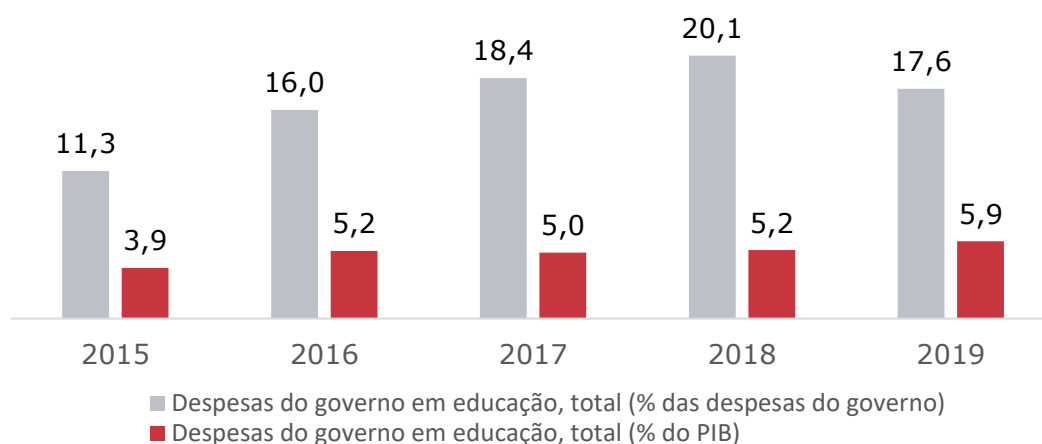
Fonte: INE, MICS 2019

STP tem sido acompanhado e apoiado pelos parceiros nos seus esforços para se dotar o país de infraestruturas e equipamentos escolares. Em 2017, cerca de 94% das escolas tinham acesso à água potável, 88,5% tinham acesso a WC/Latrinhas e 88% tinham acesso a infraestruturas com eletricidade (ME e DGP – Matriz de ODS) (Gráfico 4.2, em anexo). De acordo com a mesma fonte, em 2017 cerca de 19% dos professores da educação pré-escolar, 26% no ensino básico e 44% no ensino secundário receberam, pelo menos, a formação básica de professores (formação pedagógica) requerida para lecionar, antes ou durante o exercício da profissão (Gráfico 4.3, em anexo). A Escola de Formação de Professores e Educadores, criada para o efeito, tem tido um papel importante na formação de professores do ensino básico e de educadores. O Governo continuará a trabalhar com os seus parceiros no sentido de reforçar a formação e qualificação de professores que é uma valência importante no domínio da qualidade e que terá impactos positivos ao nível da empregabilidade e na redução da pobreza.

Quanto ao volume de fluxos de APD para bolsas por sector e tipo de programa, STP recebeu, entre 2015 e 2019, cerca de 3,4 milhões de USD, sendo os três últimos anos com 0,8 milhões cada (OCDE, 2021).

Em termos de despesa pública/investimento, o sector da educação tem sido prioridade ao nível do OGE. Das despesas totais, as despesas do Estado com a educação aumentaram de 11,3% (3,86% do PIB), em 2015, para 17,59% (5,92 do PIB), em 2019.

**Gráfico 4.4: Percentagem das despesas do Governo com a educação e em relação ao PIB, 2015 - 2019**



<sup>20</sup><https://undocs.org/fr/A/HRC/32/L.20>



# 5 IGUALDADE DE GÊNERO







## ODS 5 ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS

A igualdade de gênero é considerada um direito humano fundamental e é transversal a todos os demais ODS. De acordo com a Constituição da RDSTP, todos os cidadãos são iguais perante a lei, e não faz distinção em função da “origem social ou situação econômica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social, bem como o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais”. Neste sentido, o país vem promovendo o princípio da igualdade e da não discriminação como elementos essenciais em toda a sua política ligada ao gênero, de forma a assegurar que todos os direitos humanos sejam respeitados e que haja uma plena e efetiva participação de todos, quer homens como mulheres, no desenvolvimento do país.

Para tal, o país vem trabalhando ao nível legislativo no sentido de fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no gênero. Para o efeito, fez a revisão de algumas leis e adotou algumas molduras penais com intuito de assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais das mulheres e meninas, com destaque para:

- Aprovação da Lei sobre Reforço dos Mecanismo de Proteção Legal de Vidas, as Vítimas de Crimes de Violência Doméstica, Lei n. 12/2008, o que requer a construção de um Centro de Acolhimento de Vítimas de Violências;
- Aprovação do Código Penal, Lei nº 6/2012, que serviu de reforço ao combate da VBG;
- Aprovação de novo Estatuto da Função Pública, Lei n.º 2/2018, que assegura a harmonização com a Convenção 183 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a maternidade;
- Regulamentação da Lei nº 7/2004 sobre a proteção Social, através do Decreto-Lei nº 25/2014, sobre a Proteção Social Obrigatória, e do Decreto-lei nº 16/2018, sobre a Proteção Social de Cidadania;
- Adoção de novo Código de Família, Lei n.º 19/2018, que passa a permitir o casamento legal somente a partir dos 18 anos (maioridade), para ambos os sexos.

A nível institucional, foi criado o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPIEG), enquanto entidade pública responsável pela execução das políticas de género.

Em termos de política pública para a igualdade e equidade de género, STP têm em execução a III Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) 2019-2026, alinhada com este ODS, e que prevê dar continuidade à visão estabelecida na I e II INIEG, que é de “Construir com todos os atores de desenvolvimento, uma sociedade onde prevaleça a justiça social, solidariedade, a igualdade, a equidade e o respeito dos direitos de todos os cidadãos, e que sejam valores autênticos, profundos e partilhados por homens e mulheres. Essa Estratégia estabelece os seguintes princípios que devem orientar as políticas do setor, a saber:

1. Igualdade e equidade entre mulheres e homens, em todos os âmbitos (princípio de igualdade);
2. Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
3. Busca da autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida (Empoderamento da Mulher);
4. Princípio da justiça social;
5. Transversalidade, integração e articulação;
6. Participação;
7. Planificação e orçamentação sensível ao género;
8. Princípio de compromisso, responsabilização e prestação de contas;
9. Princípio da cooperação.

O objetivo geral do III ENIEG é o de “Orientar, de forma integrada, as principais linhas de intervenção para a promoção da

igualdade e equidade de género e o respeito pelos direitos humanos.” Estabelece nove eixos estratégicos de intervenção, nomeadamente: Eixo 1: Legislação e Políticas; Eixo 2: Liderança e Visibilidade: Participação das

Mulheres nos cargos de decisão; Eixo 3: Educação e Formação; Eixo 4: Economia: Recursos Produtivos, Reprodutivo e Emprego; Eixo 5: Saúde Sexual e Reprodutiva e os Direitos Reprodutivos; Eixo 6: Violência Baseada no Género; Eixo 7: Meios de Comunicação Social e Tecnologias de Informação; Eixo 8: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Eixo 9: Reforço Institucional para a Integração de Género nas Políticas Públicas.

Não obstante o quadro legal, institucional e política favorável à igualdade e equidade de género, na prática, ainda se verifica situações de discriminação, com prejuízo para as mulheres, decorrente, fundamentalmente, pela deficiente aplicação e cumprimento da legislação aplicável. À título de exemplo, o acesso ao mercado de trabalho não é igualitário entre homens e mulheres. Da mesma forma, e particularmente no meio rural, muitas mulheres não usufruem dos mesmos direitos, acesso a recursos e oportunidades que os homens. No entanto, verifica-se melhorias, por exemplo no ensino básico, em que o STP já atingiu a meta de eliminar a disparidade entre sexos e nos demais níveis de ensino, ainda se verifica uma ligeira predominância da inserção das meninas no sistema educativo.

Segundo dados da Base de Dados globais dos ODS, em STP, a proporção de mulheres e meninas com algum parceiro que sofreu violência física e/ou sexual por parceiro íntimo atual ou anterior nos últimos 12 meses, foi de 18,1% em 2018. Por outro lado, os dados do Centro de Aconselhamento Conta Violência Doméstica (CACVD, 2021) confirmam que o país depara com casos de Violência Baseada no Género (VBG), em que cerca de 53% das mulheres e meninas, com 15 anos ou mais, tinham sido alvo de violência sexual por um parceiro íntimo atual ou antigo, em 2017, cerca de 46% de violência física e 1% de violência psicológica. Verificou-se, até 2020, uma diminuição da violência sexual, em contraste com uma tendência crescente para violência física e violência psicológica, como ilustra o Gráfico, a seguir.

**Tabela 5.1: Proporção de mulheres e meninas com 15 anos ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica por um parceiro íntimo atual ou antigo nos últimos 12 meses, por forma de violência, 2017 – 2021**

Formas de violência	2017	2018	2019	2020	2021
Violência física	46,15	48,70	56,02	64,29	52,70
Violência psicológica	1,03	0,24	1,31	1,84	2,36
Violência sexual	52,82	51,06	42,67	33,87	44,93

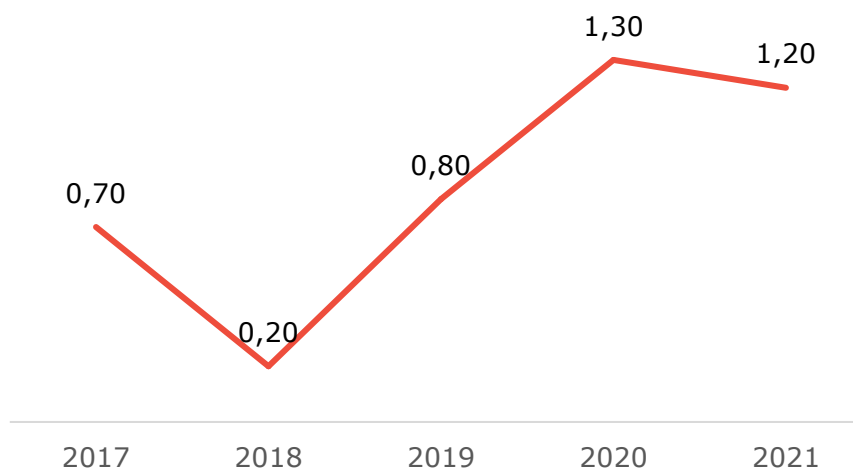
**Fonte: CACVD, 2021**

Relativamente à idade, em 2021 a situação é mais preocupante nas faixas etárias de 20-24 anos e 25-29 anos, em que cerca de 21% e 19%, respetivamente, foram vítimas dessas práticas. Tendo em conta a dimensão desses fenómenos, várias ações vêm sendo desenvolvidas, sobretudo nos quesitos advocacia, sensibilização e formação, com vista a empoderar as mulheres e pôr cobro a essas práticas. Entre as ações, destaca-se:

- Implementação de programas de informação e sensibilização, através da comunicação social, destinadas a jovens e adolescentes (raparigas /rapazes), mulheres/homens, sobre as questões de género e o papel da mulher na sociedade e no desenvolvimento;
- Implementação de programa de formação e sensibilização dirigida às mulheres líderes das associações/cooperativas agrícolas sobre o Género e Desenvolvimento, visando reforçar a capacidade de liderança das mesmas, o que incentivou a criação da primeira Associação das Mulheres Agricultoras Unidas, com o apoio técnico da Federação Nacional dos pequenos agricultores;
- Realização de campanhas de sensibilização sobre VBG, porta a porta, destinadas às mulheres e homens, rapazes e raparigas, em todos dos Distritos de São Tomé e na RAP, com apoio financeiro da União da Europeia (UE);
- Implementação do plano de ação da REDE VIDA de forma a garantir a proteção e segurança da vítima;

- Capacitação aos agentes da Polícia, técnicos de saúde e aos Magistrados Judiciais sobre formas de atendimento às vítimas de violência doméstica;
  - Criação de um gabinete de prestação de apoio jurídico gratuito pela Associação das Mulheres Juristas, às vítimas de VBG;
  - Criação de Gabinete de orientação profissional e busca ativa de emprego para as vítimas de VBG, em situação vulnerável;
  - Criação, instalação e apetrechamento de um Centro de Acolhimento para as vítimas de violência doméstica.
- De acordo com o CACVD, a situação de violência sexual é mais preocupante nos Distritos de Água Grande e Mé-Zochi. Apesar do país não medir a proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual praticada por alguém que não fosse um parceiro íntimo, por grupos etários, os dados administrativos, a seguir apresentados, dão uma ideia sobre a situação no país. Verifica-se que, apesar dos níveis serem baixos, a violência sexual quase que duplica entre 2017 e 2020, passando de 0,7% para 1,3%.

**Gráfico 5.1: Proporção nacional da Violência Sexual, 2017 - 2021**



Fonte: CACVD, 2021

Há uma tendência para agravamento da violência em jovens com idades dos 15 aos 24 anos e, em sentido oposto, em jovens com idades compreendidas entre os 25 e 29 anos (Tabela 5.2, em anexo).

No Distrito de Mé-Zochi, verificou-se uma evolução irregular da proporção de mulheres e meninas de 15-19 anos que sofreram violência sexual, infligida por alguém que não fosse um parceiro íntimo, que foi de 1,3% em 2020, quase o dobro do registado em 2017 (Gráfico 5.2, em anexo).

Relativamente a violência doméstica, segundo a mesma fonte, verifica-se que há uma tendência para aumento, passando de 0,68%, em 2017, para 1,28%, em 2021 (Gráfico 5.3, em anexo).

O casamento precoce é um fenómeno ainda presente na sociedade são-tomense e as autoridades tem trabalhado no sentido de eliminar esta prática. Para o efeito, em 2018, o Governo aprovou um Código de Família, através da Lei n.º 19/2018, que estabelece que o casamento legal só é permitido a partir de 18 anos (maioridade), para ambos os sexos. Trata-se de um passo importante, não obstante não acautelar a proibição de outras formas de união ainda existentes no país. Em 2014, cerca de 6% das meninas com idade compreendida entre os 20 e 24 anos casaram antes dos 15 anos, mais de um terço dessas meninas (32,2%) casaram antes de completar 18 anos. Houve progressos em 2019, tendo registado diminuição nesses níveis (Tabela 5.3, em anexo). Relativamente ao meio de residência, em 2014, a maior percentagem de casamentos antes de 18 anos (43,1%) foi encontrada no meio urbano, situação que se inverteu em 2019. A RAP, em ambos os períodos, apresenta os maiores níveis de mulheres de 20-24 anos de idade que casaram antes de 15 anos (9,3%, em 2014, e 6,4%, em 2019 e antes de 18 anos, 43,1% e 45%, respetivamente). Os níveis de casamento precoce diminuem à medida que aumenta os níveis de riqueza (INE, MICS 2014, 2019).

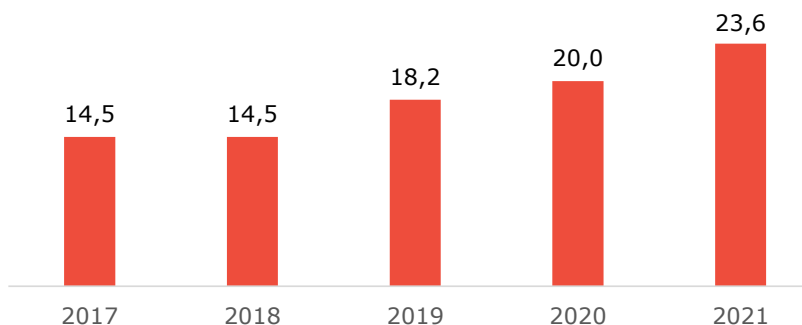
Um outro aspeto que merece realce tem que ver com a prática de poligamia no país. De acordo com dados oficiais, mais de um quinto das mulheres com idade compreendida entre os 15 e 49 anos viviam em situação de poligamia, em 2019.

STP ainda não conseguiu medir o tempo que é gasto no trabalho não remunerado e em prestação de cuidados. Para o efeito, é necessário realizar o Inquérito sobre o Uso do Tempo, de forma a permitir ao país quantificar a carga de trabalho reprodutivo que não é remunerado, que as pessoas realizam para viver nas condições atuais, e que não é contabilizado na economia nacional.

Por outro lado, é uma forma de conhecer como se reparte entre os integrantes do agregado familiar o trabalho doméstico e os cuidados prestados às crianças ou pessoas dependentes, por sexo, idade, estado civil.

Quanto à participação política, apesar de a maioria da população de STP ser ligeiramente do sexo feminino, verifica-se, ainda, uma fraca participação das mulheres na atividade política, que continua a ser dominada pelos homens, em todas as esferas do poder. Segundo os resultados das últimas eleições legislativas, ocorridas em 2018, de um total de 55 deputados nacionais, foram eleitas apenas 4 mulheres para o Parlamento, o que representa 13,8%. Trata-se de um recuo face a legislatura anterior, em que as mulheres representavam 18,1%, segundo o INPIEG.

**Gráfico 5.4: Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento, 2017 - 2021**



**Fonte: Assembleia Nacional, 2021**

A baixa taxa de participação das mulheres na atividade política tem que ver com o “ceticismo e falta de confiança na habilidade das mulheres em liderar, os estereótipos e preconceitos sobre o seu papel na sociedade e a sua falta de aptidão para execução do papel de liderança e tomada de decisão, associado, sobretudo, a sobrecarga do trabalho reprodutivo”. A nível dos governos locais (Distritos), em 2014 foi eleita uma mulher como presidente de câmara, no total de seis autarquias distritais, representando 16,6% do total, enquanto que nas eleições de 2018 não foi eleita nenhuma mulher.

De forma a reverter esse quadro, várias ações estão previstas e em curso, nomeadamente, para:

- Aprovar a lei de paridade nos Órgãos de Soberania Nacional;
- Promover a elaboração/ revisão/ aprovação de medidas legislativas e regulamentares com vista à paridade na participação política das mulheres (lei da paridade, lei dos partidos políticos, código eleitoral e sua regulamentação);
- Advogar para a revisão de textos discriminatórios que subsistem na legislação nacional;
- Advogar junto as autoridades judiciais e administrativas para que os direitos de homens e mulheres não sejam violados ou anulados por quaisquer disposições, práticas culturais que os afetam de forma diferenciada ou discriminatória;

<sup>21</sup>Avaliação e Atualização da Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género, 2019.

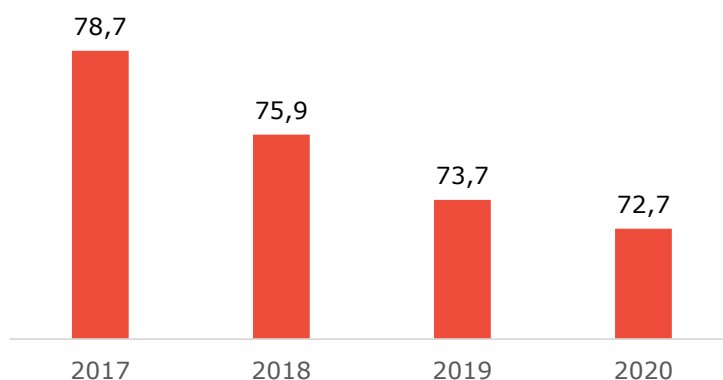
- Definir e implementar políticas públicas, visando eliminar práticas sociais e culturais prejudiciais ao exercício dos direitos humanos das mulheres e torná-las objeto de sanções apropriadas e dissuasoras;
- Adotar, disseminar e implementar legislação e medidas para proteger homens e mulheres com deficiência, idosos, dentre outros grupos chaves, tendo em atenção as suas vulnerabilidades específicas.

Um aspeto digno de realce é que a Lei dos Partidos Políticos, em vigor, estabelece o Princípio de Equilíbrio de Género, segundo o qual, “na ausência de legislação própria sobre a paridade de género, devem os partidos políticos, na feitura das respetivas listas de participação nas eleições para os órgãos do poder político, observar o princípio de equidade de género nos lugares elegíveis, cabendo ao Tribunal Constitucional verificar o seu cumprimento”, devendo ser garantido uma quota de 30% em benefício de qualquer um dos géneros em lugares elegíveis.

Como atrás referido, STP tem uma legislação e regulamentação que garante o acesso pleno e igualitário por mulheres e homens com 15 ou mais anos à informação, educação e cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

Segundo dados da Companhia Santomense de Telecomunicações (CST), globalmente, tem-se verificado uma diminuição da proporção de pessoas que usa telemóveis em STP, passando de 78,7%, em 2017, para 72,7%, em 2020. No que concerne à proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo”, a percentagem de mulheres com idade compreendida entre 15 e 49 anos que possui um telemóvel foi de 67%, em 2019, e de 60% para os homens. Os maiores níveis de posse desde importante instrumento foram encontrados no meio urbano.

**Gráfico 5.5: Proporção de pessoas que usam telemóveis em STP, 2017 - 2020**



**Fonte: CST (2021)**

De forma a empoderar as mulheres e ter um melhor equilíbrio de género, esforços adicionais serão empreendidos para uma cultura de não violência contra mulheres e crianças, melhorando o combate ao VBG, a representatividade das mulheres na política, através de várias ações de sensibilização e informação, da aprovação da lei de paridade e na multiplicação de campanhas de informação, sensibilização e de combate às práticas de compra de consciência, o chamado “banho”, de forma a que os direitos sejam iguais, para todos, homens e mulheres.



# 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO





## ODS 6 GARANTIR DISPONIBILIDADE E MANEJO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS

A água é um bem precioso e considerado como um direito humano, uma vez que ninguém consegue sobreviver sem o seu uso. Precisamente, por isso, tem sido uma prioridade dos sucessivos governos de STP garantir o acesso da população a este precioso líquido para o consumo doméstico, em quantidade e qualidade suficientes, o que é crucial para a saúde, bem-estar e produtividade das populações.

STP tem evoluído positivamente relativamente ao acesso a bens essenciais, como água potável, e está no bom caminho para atingir algumas metas deste ODS, graças aos vários investimentos que vêm sendo feitos no setor de água e saneamento. Em 2019, cerca de 98% de membros do agregado familiar usava uma fonte de água potável melhorada localizada nas instalações, disponível para quando necessário, um aumento de 4 pontos percentuais face aos dados de 2014. As maiores taxas foram encontradas no meio urbano, embora o percentual de membros do agregado familiar que usa uma fonte de água potável melhorada localizada nas instalações, disponível quando necessário, já era 94,4% no meio rural, em 2019, contra 85,8%, em 2014.

Relativamente às regiões, nos Distritos de Água Grande e Região Norte Oeste foram encontrados maiores percentuais de membros do agregado familiar que usa uma fonte de água potável melhorada localizada nas instalações, disponível quando necessário (99% cada). No extremo oposto, encontra-se a RAP cujos níveis passaram de cerca de 74%, em 2014, para 83,5%, em 2019. Essas taxas aumentam em função da riqueza das famílias (INE, MICS 2014 e 2019) (Tabela 6.1, em anexo).

Segundo dados administrativos da Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), em 2017, cerca de 90% da população utilizava os serviços de fornecimento de água potável, sendo 61,4% através dos chafarizes/fontenários e 21,9% através de ligações domiciliárias (Gráfico 6.1, em anexo). No entanto, quando se trata do acesso a água melhorada para consumo nas instalações, o quadro é bem diferente, isto é, mais de metade dos membros do agregado familiar não tinha água melhorada para consumo nas suas instalações, sendo que a situação é mais preocupante no meio rural (68%). Segundo a mesma fonte, a situação deve-se ao facto da sua área de maior atuação ser o meio urbano, onde a água por ela fornecida tem mais qualidade. A população do meio rural utiliza água não potável, proveniente dos rios, chafarizes ou das lavandarias nas comunidades. A situação agrava-se por causa do problema de defecação ao ar livre. As autoridades nacionais estão cientes desse desafio e esforços vêm sendo encetados no sentido melhorar a situação, no horizonte 2030.

Um serviço básico de higiene refere-se à disponibilidade de um espaço de lavagem das mãos em instalações com água e sabão. Ao nível saneamento, STP enfrenta muitos problemas. Persiste a utilização de água contaminada por uma parte considerável da população, o que constitui um problema de saúde pública. Segundo dados oficiais, em 2019, apenas cerca de metade (54%) dos membros do agregado familiar tinha instalações de lavagem de mãos, onde estão presentes água e sabão. Não obstante ter havido uma evolução positiva em cerca de 13 p.p. face a 2014, ainda há muito trabalho a ser feito nesse domínio. A situação é mais crítica no meio rural, onde menos de metade dos membros do agregado familiar tem instalações de lavagem de mãos onde estão presentes água e sabão. A percentagem da população que tinha instalações de lavagem de mãos, onde estão presentes água e sabão, aumenta com a educação do chefe do agregado e com o índice de bem-estar económico.

O Governo, ciente dos desafios que se colocam ao país em termos de água e saneamento, tem trabalhado com vários parceiros no sentido de debelar a situação. Neste rol de parceiros, destaca-se a UNICEF e o BM que vêm intervindo nas escolas, centro de saúde e comunidades livres de defecação a céu aberto, através do Projeto WASH e com forte envolvimento da comunidade. Destaca-se, ainda, o Projeto WASH School, implementado pela UNICEF, que visava a criação de vários pontos de lavagem de mãos nas escolas e que apoiou o Governo na criação das melhores condições para o retorno dos alunos às aulas, no âmbito da pandemia da COVID-19.

<sup>22</sup>Os direitos humanos à água e ao saneamento foram reconhecidos pela Assembleia Geral das NU e pelo Conselho dos Direitos do Homem em 2010 e 2015, respetivamente

No que diz respeito a instalações sanitárias melhoradas, a situação também precisa de uma atenção especial. Entre 2014 e 2019, menos de metade da população (45%) usava instalações sanitárias melhoradas que não são partilhadas com outros agregados. Os usuários do meio rural são os mais afetados, não obstante a evolução positiva durante o período em análise. Ao nível das regiões, os piores taxas foram encontradas na Região Norte Oeste, com apenas um terço da população com instalações sanitárias melhoradas, em 2019 (34,5%) (INE, MICS, 2014 e 2019) (Tabela 6.2 em anexo).

Em termos de gestão da excreta das instalações de saneamento do agregado familiar, constata-se que, quanto à utilização de sistemas de saneamento melhoradas no local (incluindo partilhados), em 2019, um terço dos membros do agregado familiar (31,1%) utilizava a eliminação segura em situação de excreções das instalações de saneamento no local, 1,1% utilizava a eliminação insegura de excreções de instalações de saneamento no local e 1,4% usava a prática de remoção de excrementos para tratamento de instalações sanitárias no local. Acresce, ainda, que 17% estava conectado a rede esgotos, 4,3% usava as instalações sanitárias não melhoradas e 45,5% praticava a defecação ao ar livre. Em 2019, cerca de 92,7% dos membros do agregado familiar tinha fossas sépticas e latrinas melhoradas por método de esvaziamento e remoção (eliminação segura em situação de excreções das instalações de saneamento no local), sendo a RAP com o maior percentual (97,3%). No extremo oposto, e abaixo da média nacional, encontra-se o Distrito de Água Grande, com 90%. (INE, MICS, 2014 e 2019).

Quanto a gestão dos resíduos, ela é regulada pelo Decreto nº 36/1999 e no setor intervêm as Câmaras Distritais e a Direção Geral do Ambiente (DGA), embora a responsabilidade de cada interveniente não era muito clara. De forma a clarificar a questão, o Governo definiu, em 2018, a política nacional de saneamento ambiental, acompanhada de uma estratégia e plano de ação para implementar essa política. O objetivo é criar e operacionalizar o mecanismo de coordenação entre os setores, sobretudo no saneamento ambiental, na mudança comportamental, na gestão de resíduos e mudanças climáticas.

A DGA tem realizado ações em prol da melhoria das condições ambientais no país. No entanto, são insuficientes para reverter a situação, em que cerca de 46% da população defeca ao ar livre, a 3ª taxa mais alta ao nível da África subsariana. A situação é mais preocupante no meio rural, nas regiões Norte Oeste, Sul Este e no Distrito de Mé-Zóchi, com mais de metade da população a utilizar a natureza para as suas necessidades fisiológicas. Trata-se de uma situação que preocupa as autoridades nacionais, uma vez que tem impactos negativos ao nível da saúde pública, mas também no desenvolvimento do turismo. Neste sentido, há um trabalho de sensibilização e comunicação que vem sendo feito junto das populações, com uma nova abordagem, designada de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS), e que conta com o apoio da UNICEF. O objetivo é evitar a total dependência do Estado na construção de latrinas e envolver as comunidades. A perspetiva é que a CLTS venha permitir uma mudança de mentalidade e levar as pessoas a construírem as suas infraestruturas sanitárias. O trabalho no âmbito da CLTS está sendo feito em 11 comunidades, sendo que 3 delas já foram declaradas livres de defecação ao ar livre.

No que concerne ao nível de estresse hídrico, isto é, a proporção das descargas de água doce no total dos recursos de água doce disponíveis, o mesmo tem sido muito baixo, tendo mantido em torno de 1,8% ao ano, no período de 2015 a 2018, segundo informações da FAO.

O grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos é medido pela conjugação de vários indicadores, como se depreende da Tabela 6.3. Constata-se que, de 2017 a 2020, o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, evoluiu 10 pontos percentuais. Nesse mesmo período, o Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, ambiente propício, aumentou 14 pontos percentuais. Quanto ao grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, financiamento, manteve-se nos 20%, tendo o grau de implementação, instituições e participação da gestão integrada de recursos hídricos passado de 22% para 38%.

Também, nesse período, verificou-se um aumento ao nível do grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, instrumentos de gestão, na ordem dos 10 pontos percentuais.



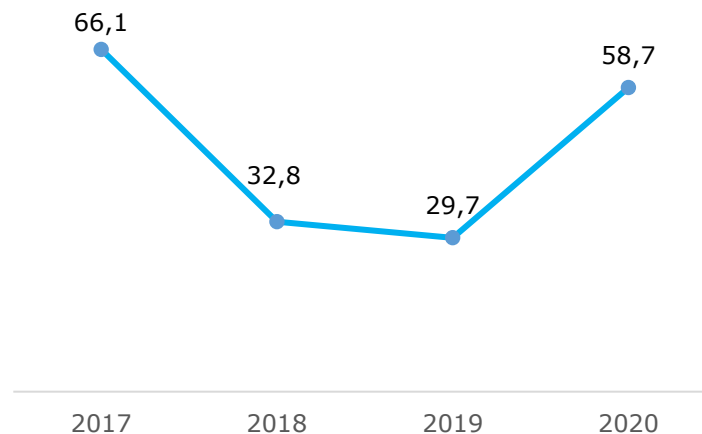
**Tabela 6.3: Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (%), 2017 – 2020**

	2017	2020
Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (%)	23	33
Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, ambiente propício (%)	24	38
Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, financiamento (%)	20	20
Grau de implementação, instituições e participação da gestão integrada de recursos hídricos (%)	22	38
Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos, instrumentos de gestão (%)	25	35

*Fonte: Portal de Dados de GIRH, PNUMA, 2021*

Em termos de APD para o setor de área da água e saneamento, 2017 foi o ano em que STP obteve o maior montante, 66.071.335 Dobras, o que equivale a cerca de 3 milhões de USD<sup>23</sup>. Em 2018, houve uma redução do montante para cerca de metade e, em 2020, fixou-se em cerca de 58,7 milhões de Dobra

**Gráfico 6.2: Montante de APD na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa (Milhões de Dobras), 2017 – 2020**



*Fonte: INE – Quadro ODS 2010 -2021*

<sup>23</sup>À taxa de câmbio em 20/12/2021: 1 STN = 0,0461178 USD



# 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



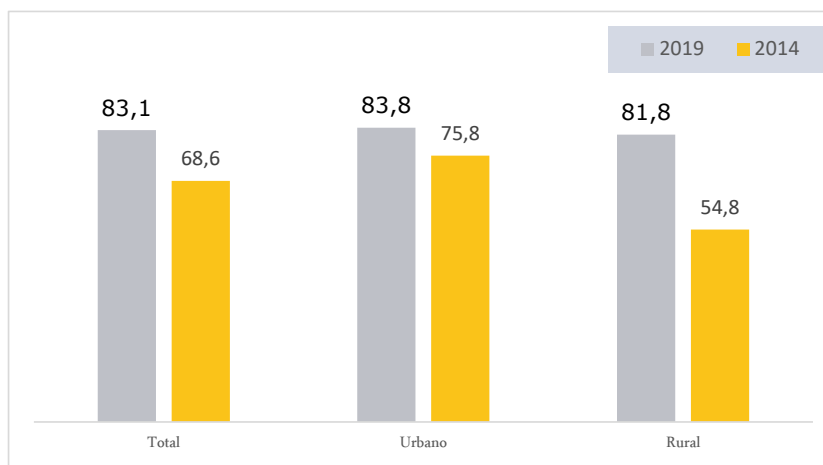


## ODS 7 GARANTIR ACESSO À ENERGIA BARATA, CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL PARA TODOS

STP tem enfrentado, nos últimos anos, uma grande crise energética, com cortes frequentes de energia que tem impactado negativamente a economia e o bem-estar das populações. Por conseguinte, a produção e distribuição de água e energia vem sendo realizada num ambiente muito adverso. A empresa pública de água e eletricidade (EMAE) tem deparado com muitas dificuldades, sobretudo ao nível da rede de distribuição, com furtos de energia, existência de clientes que consomem e não pagam, pessoas que têm dificuldade em aceder à rede pública. Por outro lado, a produção de energia é baixa e cara, porque é usado o gasóleo, que é importado, agravado pelo fato dos geradores estarem obsoletos. Maior parte da população tem acesso a eletricidade, através de uma taxa única, sem, no entanto, ter um contador. Portanto, há défice de qualidade na produção de energia e as receitas não cobrem os custos de produção, inclusive não são suficientes para a compra do gasóleo. Para o serviço de manutenção, o Governo tem injetado recursos financeiros na empresa, sendo que a última injeção, no montante de 2 milhões de USD, ocorreu em outubro de 2021.

O sector energético é, ainda, monopólio do Estado, sendo que a área de produção foi liberalizada, mas a comercialização e distribuição continuam a pertencer à empresa estatal (EMAE). A regulação é recente, tendo iniciado em 2017, e ainda o país está a trabalhar no marco jurídico-legal para o setor. Não obstante os constrangimentos apontados, o país tem tido alguns avanços, como por exemplo, ao nível do acesso à eletricidade, onde a percentagem da população com acesso a este preciosos bem, passou de 69%, em 2014, para 83%, em 2019. A situação é muito melhor no meio urbano, onde três quartos dos agregados (76%) tinham acesso a eletricidade em 2014, passando para 84% em 2019.

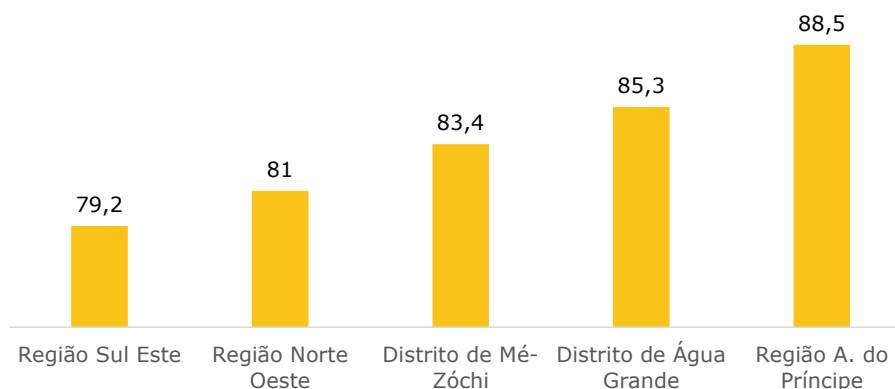
**Gráfico 7.1: Percentagem de membros do agregado familiar com acesso a eletricidade, por meio de residência, 2014 e 2019**



Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

Houve também melhorias no acesso à eletricidade pelas populações do meio rural, tendo evoluído de 55% para 82% nesse mesmo período. A RAP e o Distrito de Água Grande têm as maiores taxas de agregados familiares com acesso à eletricidade em 2019, com 88,5% e 85,3%, respetivamente. No extremo oposto encontra-se a Região Sul Este, com apenas 79,2%. Em 2019, cerca de 80% da população tinha acesso à eletricidade através de ligação ao sistema geral (INE, MICS6 2019).

Gráfico 7.2: Percentagem de membros do agregado familiar com acesso a eletricidade, por Distritos, 2019



Fonte: INE: MICS 2019

Quanto aos combustíveis, constata-se que STP apresenta baixos níveis de acesso primário à combustíveis e tecnologias limpas para cozinhar, aquecimento e iluminação. Segundo o MICS 2019, apenas 3% da população total têm acesso, com predominância no meio urbano (4%). Por outro lado, segundo a EMAE, apenas 5% da energia produzida no país é gerada através de fontes limpas (hídrica) e 95% pelo uso do gasóleo. O gasóleo além de ser um modo de produção não sustentável para a empresa estatal, que desenvolve a sua atividade no cenário de défice constante, tem implicações ambientais que tem merecido especial atenção do Governo. Essa situação é agravada pelo grande défice existente na cobrança, devido as dificuldades das famílias em pagar a fatura de consumo, o que leva a empresa a acumular enormes prejuízos.

Nesse contexto, o Governo vem trabalhando com parceiros no sentido de inverter o quadro existente e passar a haver maior disponibilidade de fontes energias alternativas no país. Por exemplo, com o apoio do BM, STP tem em execução um projeto de recuperação do setor elétrico no país, no montante de 28 milhões USD que vigora no período de 2017 a 2024. O projeto visa aumentar a capacidade de produção da Central do Rio Contador, situada na Região Norte, passando de 1,4 MW para 3 MW. Esse aumento enquadra-se na política de transição energética para energia limpa (energia hídrica), com impactos positivos na estabilização do fornecimento de energia no país. Outra vertente do projeto é o reforço de capacidade da EMAE, na componente de gestão, informática, comercial, perdas. Visa também reforçar a capacitação do regulador, sobretudo ao nível das metodologias de fixação de tarifas.

Os fluxos financeiros internacionais para o apoio à pesquisa, o desenvolvimento de energia limpa e a produção de energia renovável, inclusive em sistemas híbridos, foram de 370 mil USD em 2017, tendo diminuído para 10 mil USD em 2017 (OCDE; IRENA).

Em suma, a capacidade instalada de geração de energia renovável em STP tem sofrido pouca oscilação no período entre 2015 e 2018, tendo mantido, em termos médio, em torno dos 12 Watts per capita, segundo dados do World Population Prospects.



# 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO





**ODS 8  
PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO INCLUSIVO  
E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE  
PARA TODOS**

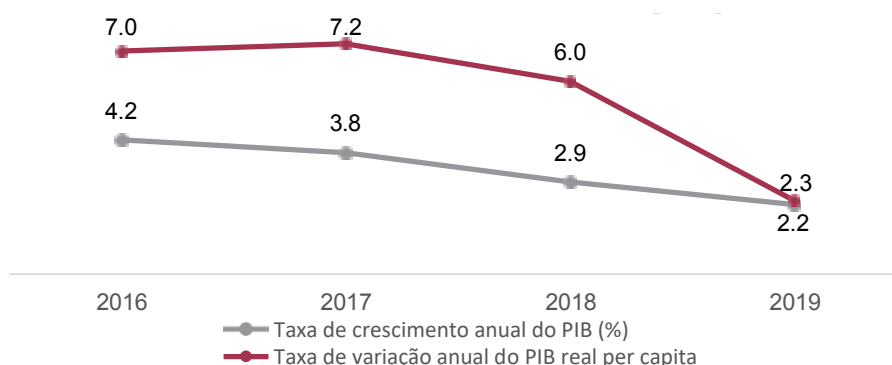
STP é um país com uma economia pequena e extremamente vulnerável a choques externos, eventos climáticos extremos e mudanças climáticas. A economia é frágil, de poucos recursos, com um sector produtivo pouco diversificado, essencialmente informal, determinada fundamentalmente pelo turismo e pela prática da agricultura, que é responsável pelo emprego de mais de 70%, nas áreas rurais. A agravar a situação, a pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise socioeconómica que vem afetando a vida das populações e o normal funcionamento das instituições.

O país é dependente da APD e do IDE, ligado sobretudo a atividades de prospeção do petróleo. Segundo os dados II Recenseamento Empresarial 2020, publicados pelo INE, em 2019 o país dispunha de 1.008 empresas ativas que geraram 10.019 postos de trabalho e um volume de negócios de 5.350.916.998 Dobras. A maioria das empresas estão nos setores do Comércio; Reparação, Auto e Motorizadas, representando 62,3% do total; nos setores de Alojamento e Restauração, (9,6%); e Indústria Transformadora, (8%). O setor agrícola tem apenas 17 empresas ativas, representado 1,7% do total. Relativamente a distribuição espacial das empresas ativas, cerca de 84% estão no meio urbano e dois terços do total (63,5%) estão no Distrito de Água Grande, 13,7% no Distrito de Mé Zochi e 6,6% na RAP. Cantagalo é o Distrito com menor peso, com apenas 3,2% do total. Cerca de dois terços dos responsáveis máximos das empresas são homens, contra apenas 33,3% de mulheres. A maioria das empresas são informais (63,5%), isto é, não tem contabilidade organizada, mas desempenham um papel importante na geração de emprego e rendimentos para as famílias. No entanto, tem pouca contribuição para a economia como um todo, o que mostra a necessidade de se trabalhar na formalização dessas empresas.

A importação desempenha um papel importante na economia do país, com um valor médio anual, entre 2013 e 2019, de cerca de 3.150.418 milhares de Dobras, segundo dados do INE, e representado, nesse mesmo período, cerca 38% do PIB (BCSTP). Quanto à exportação, é muito reduzida, tendo cobrido, em média, durante o período, apenas 7,5% das importações, o que mostra que a Balança Comercial do país é muito deficitária. O cacau é o principal produto de exportação do país, representando cerca de 87% do total valor, em 2015, diminuindo para 53%, em 2020, devido principalmente à seca e ao impacto da pandemia da COVID-19. Em 2021, a exportação do cacau representou cerca de 80% do total das receitas de exportação. Nos últimos anos, o óleo de palma é outro produto que vem ganhado alguma importância na estrutura das exportações, tendo ocupado a segunda posição em 2020, com 30% do valor total.

No que tange a meta do ODS de se sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de, pelo menos, 7% do PIB, nos países menos desenvolvidos, de acordo com os dados das Contas Nacionais (INE), o país está ainda longe de a atingir. O PIB tem tido uma trajetória decrescente, no período de 2016 a 2019, e o nível de crescimento tem sido muito baixo face a necessidade de ter um crescimento económico sustentável per capita. Nesse período, verificou-se um abrandamento da economia do país, tendo passado de 4,2%, em 2016, para 2,2%, em 2019.

**Gráfico 8.1: Taxas de variação anual do PIB real e do PIB per capita, 2016 - 2019**



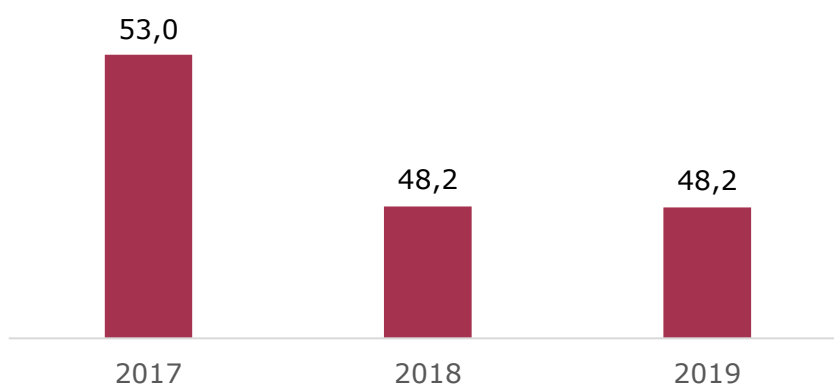
Fonte: INE, Contas Nacionais

A variabilidade observada no PIB total se fez notar também na evolução da taxa de crescimento do PIB per capita para o período, tendo a trajetória da variação anual do PIB per capita seguido a mesma tendência, passando de 7%, em 2016, para 2,3%, em 2019, o que representa 1.785 USD e 2075 USD por pessoa, respetivamente.

Não obstante esse cenário, graças a avanços conseguidos pelo país em indicadores-chave, como educação, saúde e esperança de vida, STP está no processo de transição para país de renda média inferior com maturação antecipada para 2024.

Como já referido, o mercado de STP é pequeno, a economia é pouco diversificada, a produtividade é baixa, a agricultura é de subsistência e há pouca inovação. Há poucos investimentos nos setores produtivos do país, e com altos níveis de subconsumo. Em 2017, em média, 27% da população trabalhava no sector primário, principalmente na agricultura e pesca, e 12% no sector secundário (manufatura). Segundo o INE, a taxa de variação anual do PIB por pessoa empregada passou de 53%, em 2017, para 48,2%, em 2019. Esta desaceleração, neste indicador, mostra a necessidade de o país continuar a trabalhar no sentido de estimular a economia, condição importante para a geração de emprego e trabalho digno.

**Gráfico 8.2: Taxa de variação anual do PIB por pessoa empregada, 2017 - 2019**



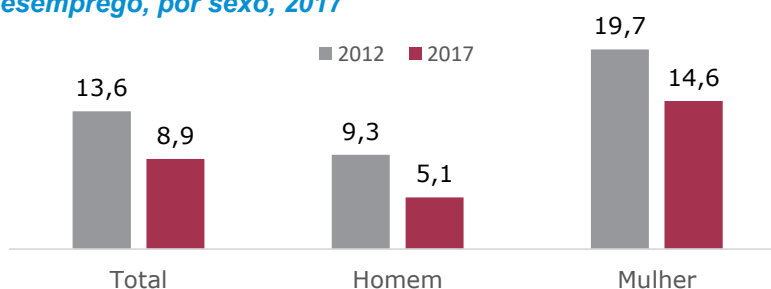
Fonte: INE, Contas Nacionais

A informalidade, como já referido, é elevada no país, sobretudo no setor primário. O sector formal emprega menos de um terço (31,7%) da população trabalhadora, o que significa que a maior parte da população de STP trabalha no sector informal. A proporção do emprego informal no sector não agrícola atingiu 45% em 2017 (INE, IOF 2017).

A redução do crescimento económico se expressa fortemente no mercado de trabalho, restringindo oportunidades de acesso ao emprego e, conseqüentemente, ao rendimento do trabalho. Em 2017, STP registou uma taxa de desemprego de 8,9%, com uma evolução positiva face à taxa apontada pelo Censo 2012, de 13,6%. As mulheres e os jovens são os mais afetados pelo fenómeno do desemprego no país e enfrentam maiores restrições no acesso ao mercado de trabalho, em comparação com os homens. Essa tendência se agrava em períodos de baixo crescimento económico e de diminuição das oportunidades de emprego.

A taxa de desemprego nas mulheres, em 2017, foi cerca de três vezes superior do que os homens, enquanto que nos jovens essa taxa foi de 21,3%, em comparação com 7,7% na população entre 25 a 44 anos de idade e 3,1% na população de 45 a 64 anos (INE, IOF 2017).

**Gráfico 8.3: Taxa de desemprego, por sexo, 2017**



Fonte: Censo 2012 e IOF, 2017 (INE)

As taxas de desemprego entre os homens, embora permaneçam inferiores àquelas registadas nas mulheres, seguem a mesma tendência, corroborando as restrições no acesso ao mercado de trabalho, como efeito do baixo crescimento económico. A taxa de desemprego também é maior entre indivíduos com nível médio de educação.

Em 2017, mais de um quinto (22,6%) dos jovens, isto é, da população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos, estava fora do sistema educativo e do mercado de trabalho, sendo que as mulheres representavam quase o dobro dos homens (cerca de 30%). As principais causas para não ir à escola, entre os jovens que não estudam e nem trabalham, são a repetência ou abandono escolar, para meninos (34,6%), e gravidez precoce, para meninas (16,7%) (INE, IOF 2017).

Quanto ao trabalho infantil, ainda em STP ainda se verifica essas más práticas. Por exemplo, em 2017, a proporção de crianças com idade compreendida entre os 5 e 17 anos a trabalhar (Trabalho infantil<sup>24</sup>) foi de 10,5%, o que corresponde a 4.961 crianças, sendo a maioria do sexo feminino (12,1%). Relativamente a idade, o maior percentual foi encontrado na faixa etária de 5 a 11 anos (13,4%), ou seja, 2.723 crianças, seguidamente na idade de 12 a 14 anos (10,3%) (INE, MICS 2019).

**Tabela 8.1: Proporção e número de crianças dos 5 aos 17 anos em trabalho infantil, por sexo e idade, 2019**

	2019	
	%	Nº
<b>Total</b>	<b>10,5</b>	<b>4 961</b>
Masculino	8,9	2 476
Feminino	12,1	2 484
<b>Idade</b>		
0 5 - 11	13,4	2 737
12 - 14	10,3	1 229
15 - 17	2,9	994

Fonte: INE, MICS 2019

<sup>24</sup>Por uma questão de comparabilidade, não estão incluídas a participação em profissões perigosas ou em condições de trabalho perigosas. Por isso, é utilizado apenas os dados do MICS6 2019.

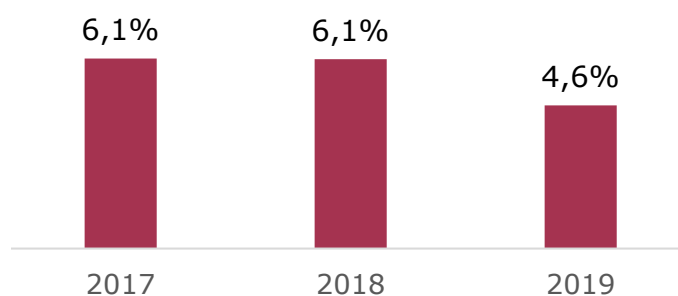


O Governo está ciente da problemática do trabalho infantil no país e tudo está a fazer para acabar, até 2025, com essa prática, em todas as suas formas. Apesar de ainda não existir uma definição específica de trabalho infantil na legislação nacional, a lei impede que qualquer indivíduo com idade inferior a 18 anos (menor) seja envolvido em qualquer trabalho considerado pesado, insalubre ou perigoso. Adicionalmente e em defesa dos direitos da criança, o Estado santomense ratificou as principais convenções e protocolos em matéria de proteção e promoção dos Direitos da Criança, tais como a Convenção das NU sobre os Direitos da Criança, e o Governo tem feito esforços no sentido de implementar os princípios delineados nesses instrumentos, tendo elaborado a Política Nacional de Proteção da Criança (2016). O país é membro da OIT, desde 1982, e ratificou as três convenções dessa organização relacionadas com o trabalho forçado, a idade mínima de trabalho e a proibição das piores formas de trabalho infantil.

A nível de acidentes de trabalho, segundo o SNPCB, em 2019 cerca de 1,41% dos trabalhadores sofreram acidentes de trabalho mortais e não mortais, níveis superiores aos registados em 2018 (1,04%). Os homens foram os mais afetados (Gráfico 8.4, em anexo).

O turismo é considerado um setor estratégico para o desenvolvimento de STP e o país dispõe de condições propícias para o seu desenvolvimento. No entanto, é preciso um grande investimento no setor de forma a qualificar o país enquanto importante destino, que é muito atraente, com sol durante ano inteiro, com praias lindíssimas e dotado de uma forma muito peculiar da sua população em receber os visitantes. Portugal tem sido o principal mercado emissor de turistas para STP, com cerca de 50%, seguido de Angola e França. No entanto, o peso do turismo na economia do país é muito residual e com tendência a diminuir. Em 2016, a contribuição do turismo na economia de STP foi de apenas 6,1%, tendo diminuído para 4,6% em 2019. Com a pandemia da COVID-19, o setor ficou paralisado, tendo os empreendimentos fechado as portas, por causa das medidas restritivas de deslocação impostas pelo Governo para fazer face à propagação do vírus causador da doença, o que teve impacto imediato no emprego e em toda a economia.

**Gráfico 8.5: Turismo em percentagem do PIB, 2017 - 2019**



Fonte: INE, Contas Nacionais

Em termos de políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais, STP elaborou e tem em execução o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de STP (2018), que define toda a política para o setor, sobretudo em termos promoção do produto turístico de sol e praia, associado à cultura, e, como produto alternativo, o turismo náutico. Há um projeto onde se identificou 10 roças que deverão ser alvos de recuperação e manutenção e, posteriormente, passarem a ser explorados por privados, como atrações turísticas. STP criou ainda um fundo do turismo, esperando-se que, com a sua operacionalização, o país possa ter recursos para promover, adequadamente o setor, sobretudo em termos de fiscalização e capacitação. No que tange aos empregos nos ramos de atividade relacionados com turismo sustentável, no emprego total do turismo, apenas 4,6% das pessoas trabalham em transporte ou em hotéis e restaurantes quando no comércio esse nível é de 8,4% e na educação é de 6,8% (INE, IOF 2017).

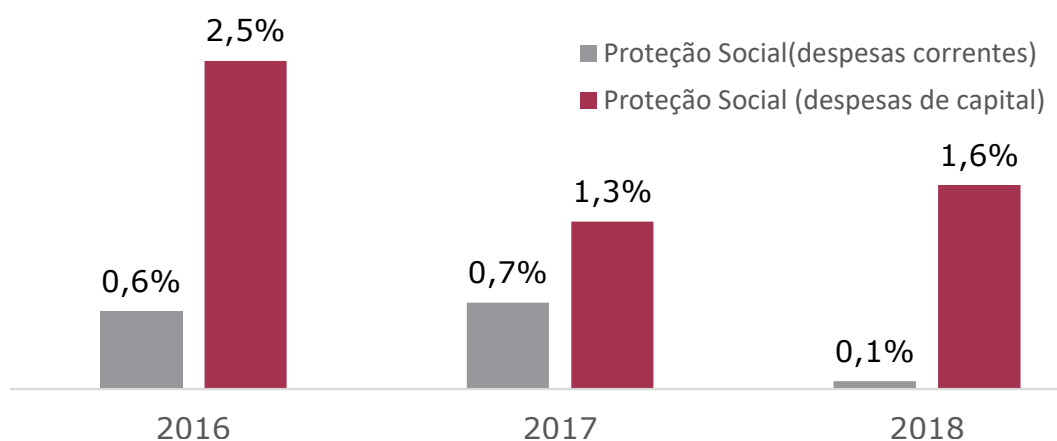
No que concerne a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos, o país vem dando passos importantes, mas, ainda, persistem desafios. Segundo o Índice de Desenvolvimento Financeiro do FMI, que avalia os países com base na profundidade, acesso e eficiência de seus mercados e instituições financeiras, o sistema financeiro de STP é considerado ainda deficiente. O número de bancos é insuficiente para cobrir as necessidades da população, o que faz com que o dinheiro seja o meio de pagamento mais utilizado no país, com 73% (BCSTP). Quanto à disponibilidade de agências bancárias e ATM, em 2018 o país dispunha de 25 agências por 100.000 adultos e 28 por

100.000. No entanto, estão mal distribuídos ao nível do território, com a maioria a estarem localizadas na Região de Água Grande, o que torna desigual o acesso a estes importantes instrumentos de transação. Segundo os dados do Inquérito de Inclusão Financeira do BCSTP (2018), cerca de 38% dos adultos tinha uma conta bancária, sendo que 15% das contas pertenciam a mulheres. Cerca de um quarto tinha poupança formal, 12% usava serviços bancários através da Internet (Internetbanking) e 7% tinha acesso a crédito formal (e apenas 15% de mulheres). Relativamente às Micro, Pequenas e Médias Empresas, cerca de 82% não possuía uma conta bancária, o que mostra que a disponibilidade de serviços bancários aos utentes é ainda insuficiente.

Ao nível dos compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio, segundo dados da Secretaria de Estado para o Comércio, em 2019, STP dispunha de 8 milhões de Dobras para o efeito.

Quanto à estratégia global para o emprego dos jovens e implementação do Pacto Mundial para o Emprego da OIT, STP desenvolveu e adotou uma estratégia nacional de emprego juvenil, contendo as principais políticas para o setor. No entanto, a alocação de recursos ainda não tem sido suficiente para implementar o referido Pacto e a estratégia nacional. Segundo dados da DGT e do INE, as despesas totais dos fundos públicos para programas de proteção social e emprego, em proporção dos orçamentos nacionais e do PIB, representavam, em 2016, cerca de 0,6% das despesas correntes e 2,5% das despesas de capital, tendo reduzido em 2018 para 0,1% e 1,6%, respetivamente. O Governo continuará a empreender esforços no sentido de melhorar a situação.

**Gráfico 8.6: Despesas totais dos fundos públicos em programas de proteção social e emprego em proporção dos orçamentos nacionais e PIB, 2016 - 2018**



Fonte: Direção do Tesouro e INE (Contas Nacionais)



# 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA





## ODS 9 CONSTRUIR INFRAESTRUTURA RESILIENTE, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

Os investimentos na construção de infraestruturas, inovação e indústria são os principais motores de crescimento e desenvolvimento económico. Trata-se de dimensões de um dos 3Ps (Prosperidade) da Agenda 2030, onde entra infraestruturas resilientes, industrialização inclusiva e sustentável e avanço tecnológico. Os avanços tecnológicos também são fulcrais e o Governo está comprometido em encontrar soluções permanentes para os desafios económicos e ambientais, geração de novos empregos, bem como a promoção da eficiência energética.

Para o alcance das diferentes metas deste ODS, o país vem trabalhando na criação de condições adequadas para atração de investimentos sustentáveis para as diferentes áreas e para todos os Distritos. Constata-se, no entanto, que ainda há muito trabalho a ser feito, uma vez que ainda a indústria nacional é incipiente, a aposta na inovação é recente e as infraestruturas de uma maneira geral, carecem de modernização, expansão e construção de novas indústrias, introdução e reforço de tecnologias de informação e comunicação. Há muitos constrangimentos ao nível das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, em termos de qualidade e que condicionam o desenvolvimento do país, uma vez que importa mais de 90% dos produtos de que necessita. Portanto, esses condicionantes afetam sobremaneira o transporte de cargas e passageiros no país.

Ao nível de transporte aéreo, o país carece de melhorias significativas, em termos de investimentos na modernização, ampliação e na segurança dos aeroportos existentes (RAP e na ilha de São Tomé). Entre 2017 e 2019, foram transportados, em média, cerca de 113 mil passageiros por ano, com o pico em 2018, com cerca de 124 mil. Em 2020, com o início da pandemia da COVID-19, houve uma diminuição considerável, em cerca de 60%. Ao nível dos transportes marítimos, o país dispõe de três portos, todos sem capacidade para receber navios de grande porte, sendo dois na capital e o terceiro na ilha do Príncipe, geridos pela Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPORT), empresa estatal. Os principais navios que aportam no Porto de São Tomé são do tipo multisserviços (granéis sólidos, carga geral, etc.) e de transporte de contentores. Relativamente ao transporte de cargas, o país não dispõe de um porto de águas profundas, o que obriga os barcos de longo curso a fundearem-se no alto mar, onerando ainda mais os preços dos produtos. Não há um serviço regular de transporte marítimo que faz a ligação à RAP e ao continente africano. De forma a minimizar esses constrangimentos, a ENAPOR vem realizando alguns investimentos com vista a melhorar eficiência e a segurança das operações portuárias, diminuir os custos de produção e de comercialização (internos/externos). Em 2017, a ENAPOR investiu 1,2 milhões Euros na requalificação e ampliação do Parque de Armazenamento de Contentores na zona sul do Porto de Ana Chaves, mas ainda insuficientes para as reais necessidades.

Em termos de evolução, esse setor seguiu-se a mesma tendência do setor aéreo, mas não foi afetado pela referida Pandemia, de acordo os dados da ENAPORT. O transporte marítimo é o principal meio utilizado para abastecer o mercado, tendo transportado para o país em 2017 cerca de 163,4 mil toneladas de mercadorias e 187,7 mil toneladas, em 2020.

**Tabela 9.1: Transporte de passageiros e de carga, por tipo de transporte, 2017 – 2020**

	2017	2018	2019	2020
<b>Transporte Aéreo</b>				
Passageiros Transportados (Nº)	109 721	124 164	106 385	42 963
Cargas (Kg)	200 107	250 215	193 894	213 547
<b>Transporte Marítimo</b>				
Passageiros Transportados (Nº)	501	2 122	1 103	41
Cargas (Kg)	163 390 675	164 735 751	162 343 993	187 679 288

**Fonte: Instituto Nacional de Aviação Civil e ENAPOR, 2021**

Relativamente à Ilha do Príncipe a situação é mais difícil, por não possuir portos nem aeroportos internacionais, e todo o abastecimento é feito a partir de São Tomé, o que onera os produtos e serviços, uma vez que as conexões são irregulares e caras.

Como atrás referido, a indústria transformadora no país ainda é incipiente e os dados das Contas Nacionais (INE), mostram que o valor acrescentado da indústria transformadora, em percentagem do PIB, vem diminuindo ao longo dos anos, passando de 1.588 Dobras por pessoa, em 2015, para 1.449, em 2017. Em sentido inverso tem evoluído o valor acrescentado na indústria transformadora per capita, passando de 1,25, em 2015, para 1,4,2 em 2017.

**Tabela 9.2: Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e per capita, 2015 - 2017**

	2013	2014	2015	2016	2017
Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB	1 414	1563	1 588	1486	1 449
Valor acrescentado na indústria transformadora per capita= VA/população	1,32	1,25	1,25	1,36	1,42

**Fonte: INE, Contas Nacionais, 2021**

Relativamente a proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou que beneficiem de linhas de crédito, em 2017, pouco mais de 80% das Micro Pequenas e Médias Empresa (MPME) não possuíam uma conta bancária e tinham muitas dificuldades em conseguir um crédito bancário, devido às exigências apertadas dos bancos.

Quanto a emissão de CO<sub>2</sub>, anualmente o país produz toneladas de resíduos, cujos valores rondam as 22.000 toneladas, com tendência para aumentar a cada ano. No que se refere ao dióxido de carbono, regista-se um aumento das emissões de CO<sub>2</sub> provenientes dos sectores da indústria energética, maior emissor, com cerca de 48%, seguido dos transportes, com 43%, e, por último, residencial, com apenas 9%. O êxodo rural acelera o processo de urbanização do país, de forma desorganizada, agravando a pobreza, sobretudo no meio urbano, com a conseqüente degradação de qualidade de vida da população e do ambiente<sup>25</sup>. Segundo a OCDE, em 2015, STP recebeu cerca de 3,1 milhões de USD de APD e outros fluxos oficiais para as infraestruturas, tendo esse montante fixado em 8,6 milhões, em 2019.

O setor das TIC também padece de muitos constrangimentos, sobretudo, ligados à pequenez do mercado nacional e o fraco poder de compra da população. Existe, apenas, duas operadoras no setor, com grande assimetria entre eles, uma vez que o operador incumbente tem uma cota de mercado de mais de 80%, o que dificulta a concorrência, em prejuízo da população. O mercado carece de um marco jurídico-legal moderno para uma efetiva regulação e tem um défice em termos de recursos humanos capacitados. No entanto, nos últimos anos, o país tem feito investimentos significativos no setor das TIC, com intuito de alargar e disponibilizar cada vez mais e melhores serviços às populações. O investimento na comunicação eletrónica passou de 45.562.221 milhares de Dobras, em 2017, para 51.220.821, em 2019, conforme os dados da Autoridade Geral de Regulação (AGER). Em termos de receitas, foram arrecadadas, em 2018, cerca de 335 milhões de Dobras no que concerne aos tráfegos cursados, contra 364 milhões, em 2017. A diminuição deveu-se, fundamentalmente, às dificuldades económicas das populações. Em 2020, o país tinha cerca de 174.203 mil clientes assinantes móveis, representando 83%, em termos de penetração. Nesse ano, o número de clientes assinantes de Internet Fixa era de 1.707, um aumentado de 15,4% face a 2017. No entanto, a taxa de penetração é ainda residual, em torno de 0,8% ano.

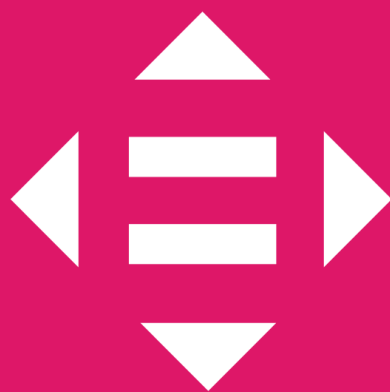
De acordo com as estimativas da AGER, a percentagem da população coberta por uma rede móvel foi de 93% em 2020, com

191.178 mil pessoas cobertas com a rede 3G, o que representa um aumento de cerca de 4%, comparativamente a 2017.

<sup>25</sup>Governo da RDSTP / UNDP. Relatório Nacional de preparação à Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Ápia, Samoa 2014. Julho 2013



# 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES





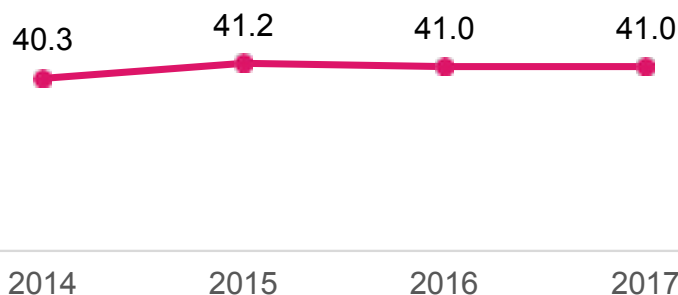
## ODS 10 REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

STP tem tido muita desigualdade ao longo dos anos, como atesta o Coeficiente de Gini, normalmente usado para medir a desigualdade na distribuição de renda. Entre 2010 e 2017 houve um agravamento da desigualdade na distribuição de renda em STP, tendo este indicador passado de 32,9% para 40,8%, (INE: IOF 2017; BM). Esse resultado é revelador de elevados níveis de desigualdades prevaletentes no país, que se manifestam de várias formas e em diversos setores. Por exemplo, o país ainda é confrontado com muita desigualdade relativamente ao género, em que as mulheres têm menos acesso ao mercado de trabalho, estão mais ocupadas nas lides domésticas, tem menos acesso a internet, baixos níveis de participação política, comparativamente aos homens.

Existem, também, altos níveis de disparidades relativamente às regiões, que se manifestam, por exemplo, em termos do acesso à água, saneamento básico, TIC, emprego. Um outro aspeto importante, ressaltado no relatório dos Direitos Humanos de 2018, tem que ver com a proteção de lésbicas, gays, bissexuais, transgênicos e intersexuais (LGBTI), que não está prevista na lei. Portanto, os desafios são vários e o Governo, ciente dessa situação, que impede que o país tenha um crescimento harmonioso e sustentável que envolve a todos, definiu, como um dos eixos estratégicos no PNDS de STP 2020-2024, “A inclusão e proteção social e reduzir as desigualdades sociais e as assimetrias regionais, incluindo a melhoria das condições de vida e a inclusão social, um ensino e formação profissional de excelência e um sistema integrado de saúde e proteção social”. Várias ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de enfrentar as questões estruturais e implementar estratégias em diferentes frentes, de forma transversal, não apenas a nível de geração de renda, mas também em termos de acesso a oportunidades, visando a redução das desigualdades no país.

STP dispõe de uma lei proíbe a discriminação das pessoas portadoras de deficiência. No entanto, carece de uma obrigatoriedade quanto à criação de condições apropriadas de acesso para as pessoas portadoras de deficiência aos edifícios, transportes ou a outros serviços e locais com dificuldades de locomoção para essas pessoas. Nalgumas salas de aulas já foram criadas condições para frequência de aulas por alunos portadores de deficiências auditivas e visuais e o Governo irá prosseguir a sua política de mais e maior inclusão. A proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social de 2014 a 2017, praticamente manteve-se estacionário, em cerca de 41% ao ano. De acordo com os dados da Base de dados Globais dos ODS, a proporção de pessoas em STP que, em 2017, vivia em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano foi de 17,0%, nível superior ao registado em 2010, que foi de 8%.

**Gráfico 10.1: Proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social, 2014 - 2017**



Fonte: Base de dados Global dos ODS

Quanto ao total de fluxo de recursos para o desenvolvimento, de acordo com a OCDE, STP recebeu 23 milhões de USD em 2015, tendo esse montante aumentado para 50 milhões em 2019.



# 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS







## ODS 11 TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

As cidades santomenses deparam-se, ainda, com muitos desafios, sobretudo em termos da própria urbanização. Em STP, o Municipalismo foi implementado em 1992, mas ainda está em processo de afirmação. Os municípios (Distritos), por lei, são autónomos, mas na prática dependem quase a 100% das transferências do OGE e não existe uma estratégia clara para o seu desenvolvimento.

As cidades em STP têm crescido de forma desordenada, devido a falta de uma política adequada de urbanização. Persistem problemas relacionados com o saneamento, com ênfase para o tratamento de esgotos, resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, acesso à eletricidade de qualidade, entre outros. A disponibilidade de água potável para as populações é limitada. Mesmo na capital do país, São Tomé, o sistema de abastecimento de água é deficiente. Em termos de infraestruturas urbanas, as estradas carecem de melhorias e o défice habitacional é grande. Esta situação é agravada pelo êxodo populacional do meio rural em direção às cidades, sobretudo à procura de melhores condições de vida. Infelizmente, o país ainda não dispõe de uma política consentânea para assentamentos urbanos, com os dispositivos de segurança e proteção dos cidadãos envolvendo os poderes públicos e as comunidades, o que dificulta a situação quanto ao ordenamento harmonioso do território.

Segundo informações da Base de Dados Global dos ODS, em 2018, cerca de 86% da população de STP vivia em áreas urbanas, em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação.

Para além das condições de habitabilidade, ainda persistem constrangimentos associados ao acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e com preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária, através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. Apesar da falta de dados para avaliar a situação, o Governo de STP, ciente dos desafios que se colocam ao setor, vem realizando, com o apoio de parceiros, um conjunto de ações no sentido de inverter a situação. Com o BM, está a implementar um projeto ao nível dos transportes, no montante de 29 milhões de USD para o período 2019-2024, que visa a infraestruturização e a reabilitação da estrada da marginal para o Norte, bem como a capacitação da empresa responsável pela gestão e manutenção de estradas (GIMES).

Em STP, os números de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas, devido a desastres, como descrito no ODS 1, são irrisórios, não obstante ter havido um aumento nas duas ilhas. A proporção de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas, devido a desastres, passou de 0,18 por 1000 habitantes, em 2017, para 0,28, em 2019, segundo o SNPCB.

**Tabela 11.1: Número de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas devido a desastres, por 1000 habitantes, 2017 - 2019**

	2017	2018	2019
São Tomé	0,181	0,284	0,278
Região Autónoma do Príncipe	0,0	2,210	2,280

Fonte: SNPCB

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com descarga final adequada no total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades, em STP ainda não existe a prática de recolha e tratamento de resíduos sólidos. A recolha é muito deficiente e não existem mecanismos adequados para o seu tratamento. Normalmente, é uma atividade da responsabilidade dos municípios, mas o lixo é depositado nas lixeiras (natureza) e queimado ao ar livre, o que tem constituído um problema ambiental sério, com impactos ao nível da saúde da população.

Segundo dados do Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos - STP, 2010-2015, em 2010 o país produziu 21.336 ton. de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e a perspetiva é que esse valor aumente de 24.874 ton. em 2015 e para 28.269 Ton. em 2020. Ao nível dos Distritos, segundo a mesma fonte, mais de um terço dos RSU foram produzidos no Distrito de Água Grande e um quarto (25%) no Distrito de Mé-Zochi. No extremo oposto encontram-se os Distritos de Caué e Lobata, com apenas 4% em cada um desses períodos, como mostra a Tabela 11.2, em anexo.



**12** CONSUMO E  
PRODUÇÃO  
RESPONSÁVEIS





## ODS 12 TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

STP, pelas características que apresenta, pela sua localização geográfica e pela má intervenção humana, tem sido muito afetado pelas mudanças climáticas, com consequências em termos de deterioração ambiental. É preciso, pois, uma nova abordagem política, mas também mudanças de atitudes dos cidadãos relativamente a forma como produzem e consomem, em benefício do ambiente e não hipotecar as gerações futuras. Com efeito, país adotou um conjunto de políticas que promove a eficiência de recursos, a prevenção e a gestão de resíduos e a inovação nos processos de produção e prestação de serviços.

Com adoção da Agenda 2030, STP desenvolveu em 2015 a sua própria estratégia, designada Agenda de Transformação de STP no Horizonte - 2030, na qual incorporou o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais, ou como uma prioridade, ou uma meta nas políticas nacionais. Adicionalmente, em 2017, elaborou vários documentos estratégicos importantes:

- PND 2017-2021;
- Estratégia de Transição para a Economia Azul;
- Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural e Haliêuticos;
- Políticas de consumo sustentável a nível regional e alinhados ao desenvolvimento sustentável;
- Plano de consumo sustentável e produção de ações incorporadas como prioridade nas políticas distritais de acordo ao desenvolvimento sustentável;
- Plano de Desenvolvimento de Menor Custo de Energia para STP 2018;
- Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal;
- Estratégia Nacional e Plano Nacional de Ação para Adaptação às Mudanças Climáticas.

Quanto a meta de reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização, o país já dispõe de alguma legislação que regula a gestão dos resíduos, no entanto, insuficiente, de acordo com o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU) 2018-2023. O sistema de recolha e tratamento de resíduos é muito deficiente, como já assinalado no ODS 11 e ocorre apenas no meio urbano e a existência de contentores circunscreve-se às principais cidades, como é o caso da capital, pelo que grande parte dos resíduos sejam depositados no chão. Acresce, ainda, que os resíduos não são classificados e são depositados de forma indiscriminados nas diferentes lixeiras do país e queimados ao ar livre. Essa situação cria um problema grave em termos de saúde pública, sobretudo devido à presença dos resíduos perigosos, mas também devido ao nível de emissão de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, bem como outros gases poluentes locais. O país não tem conseguido ainda medir adequadamente a produção de resíduos, bem como o nível de reciclagem. De forma a contornar a situação, o Governo está a trabalhar na instalação de incineradoras, capazes de incinerar os resíduos perigosos provenientes dos hospitais, centros de saúde e do processo de pulverização. Além da necessidade de mais meios financeiros e técnicos, é necessário e urgente que o país avance na implementação efetiva do Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Relativamente aos acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, STP vem cumprindo os compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido pelos diferentes acordos e convenções. Por exemplo, segundo os dados da Base de Dados Globais dos ODS, em 2020, o país cumpriu 20% da Convenção de Basileia; 33% da Convenção de Minamata; integralmente os compromissos do Protocolo de Montreal; 82,8% da Convenção de Roterdão e 62,5% da Convenção de Estocolmo.

A nível da contratação pública e dos vários planos de ação sustentáveis elaborados, STP vem implementando várias medidas de política, de forma a incentivar as melhores práticas. A Lei nº 8/2009, que aprova o Regulamento de Licitação e Contratação Pública, prevê várias medidas nesse sentido. Por outro lado, o Plano Estratégico de Marketing para o Desenvolvimento do Turismo em STP, 2018 – 2025, contém todas as políticas e estratégias do país relacionados com o turismo sustentável, com mecanismos de seguimento e avaliação.



**13** AÇÃO CONTRA A  
MUDANÇA GLOBAL  
DO CLIMA





## ODS 13 TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

STP, devido à sua localização no meio do Oceano Atlântico e na Linha do Equador, é um país muito vulnerável do ponto de vista ambiental, afetado pela elevação do nível do mar, cheias, inundações, secas, com impactos negativos, sobretudo ao nível das zonas costeiras.

Ao ratificar, em 1999, a Convenção Quadro das NU sobre as Mudanças Climáticas (1992) e, em 2008, o Protocolo de Quioto (1997), STP demonstrou o seu firme compromisso no combate às mudanças climáticas e aos seus efeitos nefastos sobre a humanidade. A assinatura do Acordo de Paris, em 2015, é mais uma expressão da preocupação e compromisso contínuo do país em lidar com as mudanças climáticas e enfrentar as suas consequências, seja ao nível dos PEID, de que STP faz parte, como ao nível geral de todo o Planeta, do bem-estar e da sobrevivência dos seres humanos.

As Mudanças Climáticas já produzem efeitos visíveis em STP. O ritmo acelerado do aumento do nível do mar já está a causar uma severa degradação e salinização costeira. Regista-se um aumento da incidência de inundações repentinas, a diminuição das chuvas e, conseqüentemente, dos caudais dos rios, a ocorrência de ventos climáticos extremos mais intensos e um clima altamente variável. Tais impactos podem comprometer as iniciativas de desenvolvimento destinadas a aliviar a pobreza e propiciar o desenvolvimento sustentável e a construção de uma nação mais resiliente, conforme previsto na Visão STP 2030. Apesar do seu baixo ritmo de crescimento, STP tem realizado ações para mitigar os muitos constrangimentos sociais, económicos e ambientais, decorrentes das Mudanças Climáticas, e implementar os compromissos para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Embora a taxa de emissão de GEE seja muito baixa, o país considera a mitigação, adaptação e integração da mudança climática em todas as atividades nacionais como uma oportunidade para re-projetar o seu desenvolvimento, de forma sustentável.

Decididamente engajado em fazer face à problemática ambiental que se coloca atualmente ao país e ao Mundo, como um desafio de desenvolvimento, o país tem-se dotado de um quadro jurídico-legal que lhe permite acautelar-se das principais consequências das alterações climáticas. Esse processo passou, em primeiro lugar, pela adoção da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 10/99, de 15 de abril), que define as bases da política para o desenvolvimento sustentável, à qual se seguiu um pacote legislativo constituído pela seguinte legislação: Lei da Conservação da Fauna, Flora e Áreas Protegidas - Lei nº 11/1999; Lei de Florestas - Lei nº 5/2001; Lei do Parque Nacional Obô de São Tomé e Parque do Príncipe - Lei nº 6 e 7/ 2006; Lei de Pesca e Recursos Haliêuticos - Lei nº 9/2001; Lei sobre as Tartarugas Marinhas - Lei nº 6/2014; Lei da Caça - Lei nº 01/2016; Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental - Regulamento nº 37/1999; Decreto sobre Extração de Inertes nas Zonas Costeiras e Rios - Lei nº 35/1999; Decreto relativo à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos - Decreto nº 36/1999; Lei-Quadro dos Recursos Hídricos - Lei nº 07/2018.

Do ponto de vista institucional, o país criou, em 2007, através do Decreto Presidencial nº 2/2007, a DGA, estrutura do ministério que tutela o setor, como órgão responsável pela execução e coordenação de todas as políticas e estratégias do Governo em matéria do ambiente, tendo nomeadamente como missão a implementação de todas as Convenções ambientais. Também criou, em julho de 2012, através do Decreto nº 13/2012, o Comité Nacional para as Mudanças Climáticas (CNMC), que tem como objetivo concertar, gerir, formar e sensibilizar os diversos agentes são-tomenses nas matérias relacionadas com as Mudanças Climáticas, incluindo as políticas e medidas que promovam ou resultem na redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como as medidas que reduzem a vulnerabilidade da economia e das populações de STP, adaptando-as aos impactos adversos das mudanças climáticas.

Como referido nos ODS 1 e 11, o número de pessoas falecidas, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas devido a desastres por 100 mil habitantes é reduzido, quer em São Tomé, como no Príncipe, não obstante a tendência de aumento entre 2017 e 2019.

O país adotou o seu Perfil de Risco em linha com o Quadro de Sendai e os resultados<sup>26</sup> foram desagregados por diferentes sectores, usando as mesmas categorias de indicadores do referido Quadro: perdas económicas diretas (C1); sector agrícola (C2); sector dos ativos e dos serviços produtivos (C3); sector da habitação (C4); infraestruturas críticas e transporte (C5).

De acordo com os resultados, anualmente em média, há uma perda económica direta de 2,1 milhões USD, representando cerca de 0,14 % do valor total da exposição no clima atual, com maior incidência nos setores de serviços, de habitação e de transporte. Registam-se, também, anualmente perdas na produção agrícola (C2), em média na ordem de 1,2 milhões USD, devido ao efeito do clima.

A pecuária é também um setor afetado, sobretudo os animais que vivem em áreas atingidas por secas, em cerca de 14% do total do gado. Numa média anual, as áreas afetadas pelas inundações produzem cerca de 1,42% do PIB nacional, o que corresponde a cerca de 5 milhões de USD por ano. Nas condições climáticas atuais, em média, 23 mil pessoas (12% da população santomense, 2016) são afetadas, anualmente, por secas e este não deverá sofrer alterações no futuro na Ilha de São Tomé.

As inundações têm tido impactos consideráveis em STP e, apesar não haver registo de mortes e desaparecidos relacionados com o clima e catástrofes, têm afetado, em média, cerca de 700 pessoas por ano, cerca de 0,36% da população total. De acordo com dados disponíveis<sup>27</sup>, entre 1970 e 2015, a temperatura em STP aumentou cerca de 1°C. As projeções climáticas indicam um aumento de 1,5°C até 3°C, no médio prazo (2050-2074), e de 2°C até 4.5°C, no longo prazo (2071-2095).

Ciente das fragilidades dos ecossistemas e das vulnerabilidades que o caracterizam, STP vêm implementando várias medidas de política, com apoio dos seus parceiros, no sentido de mitigar os efeitos das alterações climáticas. O Governo está a trabalhar, com o apoio do BM, no projeto regional de infraestruturização, ligado a erosão e resiliência às mudanças climáticas, em que o país é um dos beneficiários. Trata-se de um projeto importante, com um orçamento de 15 milhões de USD, para o período 2018-2023, dirigido as comunidades piscatórias mais vulneráveis das duas ilhas que compõem o país, mas com foque nas zonas costeiras (6 praias), uma vez que, sempre que há enchentes (invasão marítima), leva consigo as canoas dos pescadores e destroem casas das comunidades. Esse projeto visa criar resiliência, capacitando os pescadores nas diferentes zonas de riscos, fornecendo instrumentos de navegação, como salva-vidas, de forma a evitar a perda de vida de pescadores, com a ocorrência de tempestades. Há trabalho em curso nos locais considerados vulneráveis, onde está-se a construir assentamentos. Destaca-se por exemplo, o Projeto de Reassentamento Sustentável da Comunidade da Roça Sundy “Terra Prometida”, onde cerca de 500 pessoas, aproximadamente 130 famílias, moradoras da Roça Sundy participam do reassentamento voluntário em Terra Prometida, num projeto sustentável e participativo, uma iniciativa pioneira na Ilha do Príncipe. Este projeto é inovador, por envolver um processo de tomada de decisões participativo, onde a voz comunidade a ser reassentada é ouvida durante todas as fases do processo, e onde o diálogo entre as partes estimula o acordo entre elas.

Outro aspeto importante desta iniciativa, é o foco na urbanização sustentável do reassentamento, que presta atenção às necessidades de sustentação da comunidade e que promove infraestruturas resilientes e espaços e equipamentos públicos adequados à realidade socioeconómica do Príncipe. A finalidade é de melhorar as condições de vida da comunidade da Roça Sundy, respeitando os aspetos de direitos humanos, aplicando um cuidado especial para minimizar o impacto sobre as questões ambientais e ecológicas do projeto, respeitando o ecossistema único do Príncipe.

<sup>26</sup> STP: Perfil de Risco de Desastres. Disponível em: [https://www.preventionweb.net/files/63271\\_reportsaotomeptfinalcompressed.pdf](https://www.preventionweb.net/files/63271_reportsaotomeptfinalcompressed.pdf)

<sup>27</sup> [www.preventionweb.net/resilient-africa/www.unisdr.org](http://www.preventionweb.net/resilient-africa/www.unisdr.org)

STP vem integrando medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce nos currículos escolares. Portanto, país está a criar as condições para integrar esta temática nos currículos escolares do ensino básico e secundário, inclusive, já existe um manual para o efeito e uma experiência piloto já foi realizada no ensino secundário, no âmbito da disciplina “Educação Ambiental”. Iniciativas estão em curso com vista a integrar esta temática na formação pedagógica dos professores do Ensino Superior.

Quanto a RAP, internacionalmente conhecida como as “Galápagos da África”, a ilha do Príncipe apresenta uma biodiversidade excepcional, tanto terrestre como marinha, com uma grande riqueza em espécies endêmicas. Por exemplo, a floresta húmida situada no sul da ilha do Príncipe, mantém a sua originalidade e nela estão representadas espécies únicas. De igual modo, a fauna na ilha do Príncipe é particularmente rica em espécies endêmicas, muitas das quais em vias de extinção, como macacos, tartarugas, diversas aves etc. No entanto, a RAP é, também, altamente vulnerável às inundações, com as áreas a representarem perdas anuais médios em cerca de 0,80% do PIB nacional, o que corresponde a cerca de 2,8 milhões USD por ano.

De forma a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, o Governo regional elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável - “Príncipe 2030”, que contempla ações voltadas para a resiliência às alterações climáticas. Estabeleceu como meta, até 2022, elaborar e implementar um plano de gestão de riscos de desastres, a incluir um mapeamento de zonas de risco, sistemas e equipas de alerta e resposta, adaptação e monitorização. Estas ações estão alinhadas com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres pelo governo local.

Ainda ao nível da RAP, o Plano de Desenvolvimento Sustentável - “Príncipe 2030” incorpora uma vertente voltada para a educação e a sensibilização ambiental para gestão de resíduos e preservação de ecossistemas terrestres e marinhos, com participação cívica, especialmente dos jovens. Nesse eixo são propostas ações ligadas a educação em cidadania global; educação para o desenvolvimento sustentável (incluindo sobre alterações climáticas), onde são incluídas em políticas educacionais nacionais; currículos; educação de professores; e avaliação de estudantes. Essas ações têm como propósito criar consciência à volta da problemática das mudanças climáticas, os seus impactos e medidas de mitigação. De forma reduzir os impactos ambientais, derivado do desmatamento para o plantio, a RAP, através da Direção das Florestas, implementou, em 2017, um programa de reflorestação que consistia na plantação de 5.000 árvores por ano, e vem funcionando até a data. Um outro aspeto digno de realce tem que ver com o restauro de Mangais que são de extrema importância, pelas funções que desempenham como berçário para reprodução de várias espécies marinhas, proteção costeira contra ventos fortes e ciclones, estabilização de solos contra a erosão, bio filtração de poluentes, etc. Infelizmente vinham desaparecendo devido ao seu mau uso. Neste contexto, a Direção das Florestas, em parceria com a Associação Amigos da Reserva da Ilha do Príncipe, vem fazendo viveiros com vista à plantação de Mangais nas áreas degradadas, uma vez que é uma espécie pouco conhecida na região e os resultados são muito positivos. O plástico também constituiu um problema sério para o ambiente ao nível da RAP. Daí que um trabalho de fundo foi feito, que incluía uma campanha na recolha de plástico pela população que, em troca, recebia uma garrafa térmica por cada três plástico. Adicionalmente, os viveiros de mangais, que eram feitos recorrendo aos plásticos, foram substituídos pelos bambus secos na fase da decomposição e os resultados têm sido muito positivos. Destaca-se também o projeto de reciclagem de garrafas de o vidro, cujo processo culmina com a sua transformação em joias. Esse projeto tem sido muito importante do ponto de vista ambiental, mas também tem contribuído para a geração de rendimentos para as famílias envolvidas.



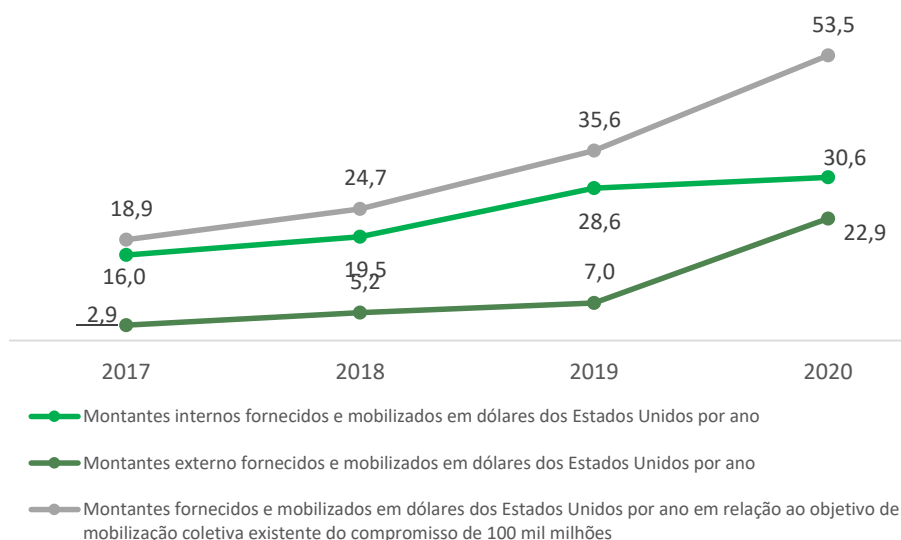
No âmbito da Terceira Comunicação Nacional, STP elencou as ações que vêm desenvolvendo para o fortalecimento da capacitação institucional, sistêmica e individual, para implementar ações de adaptação, mitigação e transferência de tecnologia e desenvolvimento, para que possa alcançar um desenvolvimento sustentável, resiliente e de baixo carbono. Essas medidas serão suportadas por uma estratégia de transferência de tecnologia adequada às circunstâncias nacionais. Para o efeito, o país fez um diagnóstico das suas necessidades, em termos de transferência de tecnologia, e, com base nos resultados, definiu um conjunto de ações a ser implementadas. Na avaliação das necessidades, o país identificou dois tipos de tecnologias: (1) tecnologias de mitigação de gases de efeito de estufa e (2) tecnologias de adaptação. Para beneficiar da transferência de tecnologias foram considerados os setores de Energia e Transporte, Agricultura e Floresta por, tradicionalmente, serem os maiores emissores de gases de efeito de estufa.

Em termos de recursos financeiros, em 2020, o país beneficiou de 53,5 milhões de USD, dos 100 mil milhões USD fornecidos e mobilizados por ano, no âmbito da implementação da meta 13.a<sup>28</sup>, o que representa um aumento em mais de 180% face aos valores recebidos pelo país em 2017. Quanto aos recursos internos fornecidos e mobilizados, os montantes passaram de 16 milhões USD, em 2017, para 30,6 milhões de USD, em 2020; os montantes externos fornecidos e mobilizados situaram neste ano em 22,9 milhões USD (DDP, 2021).

Segundo informações do MNECC e da ENPAB 2015-2020, STP tem beneficiado, no quadro da cooperação internacional, da execução de projetos para o reforço de capacidades técnica e institucional em matéria de proteção e conservação do ambiente. Destaca-se os seguintes projetos: PNUD - Projeto conjunto relativo às Instituições e Legislação Ambiental em África; União Europeia - Projeto ECOFAC, sobre ecossistemas florestais da África Central; Alemanha - Projeto GTZ; Governo Japonês e PNUD

- Projeto de Adaptação às Mudanças Climáticas no Interior (AAP); GEF/BM - Projeto de Adaptação às Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras de São Tomé; GEF/FIDA - Projeto de abordagem integrada do ecossistema à integração e conservação da Biodiversidade na zona de Tampão; GEF/PNUD - Projetos relativos a promoção do Ambiente Sustentável e Resiliência ao Clima e ao reforço de informação sobre o Clima e aos Sistemas de Alerta Precoce na África Central e Ocidental.

**Gráfico 13.1: Montante mobilizado (Milhões de USD) para o compromisso de 100 mil Milhões de USD, 2017 – 2020**

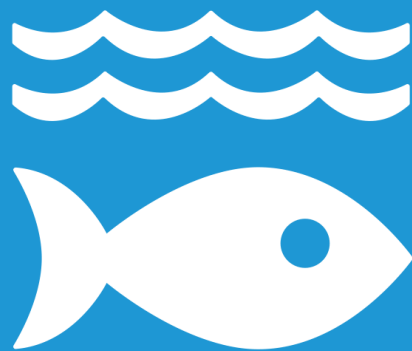


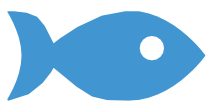
**Fonte: Direção da Dívida Pública (DDP), 2021**

<sup>28</sup>Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de USD por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível.



# 14 VIDA NA ÁGUA





## ODS 14 REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

STP, apesar de ser um país de pequenas dimensões territoriais (1.001 km<sup>2</sup>), possui uma zona marítima de relativa importância, com uma plataforma continental de cerca de 1.500 km<sup>2</sup> e uma ZEE de 160.000 Km<sup>2</sup>, claramente a maior riqueza natural do país. Essa riqueza representa uma importante fonte de alimentação para a população do país, de geração de muitos postos de trabalho e de rendimentos, particularmente para as comunidades costeiras. STP é um país com uma ampla tradição de consumo de pescado, com uma média de 23,6 kg/hab/ano, valor que está muito acima da média mundial (17 kg per capita) e dos outros países africanos que têm uma média de 8,3 kg per capita. Segundo dados da Direção Geral das Pescas, esse consumo representa 70% da proteína animal ingerida pela população, sendo que a média mundial é de apenas 15% (Terceira Comunicação Nacional, 2019). O setor da pesca artesanal (predominante) absorve 25% da mão-de-obra do país, constituída pelos homens que trabalham nas atividades de captura e pelas mulheres (palaiês) que praticam a venda, principalmente nos mercados. Cerca de 3.051 pescadores artesanais operam nos 44 locais de desembarque, 29 dos quais estão localizados em São Tomé (Terceira Comunicação Nacional, 2019). Portanto, o mar é um recurso estratégico para o desenvolvimento de STP, pelo que urge promover uma mudança de paradigma de maneira a transformá-lo numa das principais âncoras do desenvolvimento, da diversificação e da especialização da economia são-tomense, nas próximas décadas. É estratégico potencializar o desenvolvimento de STP a partir do mar, através de uma abordagem holística, ambiciosa e sustentável.

O estado das unidades populacionais de recursos demersais e pelágicos nas águas territoriais de STP é largamente desconhecido. As autoridades não realizam investigações regulares sobre as pescas, devido, principalmente, à falta de financiamento e recursos de investigação, e poucos dados estão disponíveis sobre as capturas pela frota nacional ou outros fatores que permitiriam avaliações fiáveis do stock<sup>29</sup>. Os demersais ou peixes de fundo são constituídos por Serranidade (Cherne, Badejo, Bacalhau e Peixe-sabão), Holocentridae (Caqui), Scianidae (corvina), Litjanidae (Vermelho-fundo, Vermelho-terra e Pargo), Sparidae (Vermelho-sangue, Vermelho-sol, Malagueta) e Moreidae (Moreia) e alguns tubarões e raias. Os grandes vertebrados pelágicos são constituídos, entre outros, por Istioforidae (Peixe Andala), Xipiidae (Peixe Fumo), Scombridae (Olêdê, Judeu e Olho Grosso) assim como os grandes tunídeos, que são espécies migratórias. Quanto aos pequenos vertebrados pelágicos, destacam-se as Clupeidae (Sardinhas), Scombridae (pequenos tunídeos, Fulufulu, Cavala, Peixe-serra), Carangidae (Bonito, Olho-grosso, Sêlê, Corcovado, Carapau, Osso-mole), Mugilidae (Tainhas), Gobiidae (peixinho), Exocetidae (Voador) e Moreidae (Maxipombo)<sup>30</sup>.

A pesca contribuiu em média em 6,5% do PIB, entre 2013 e 2017<sup>31</sup>, muito aquém do seu real potencial. No entanto, a atividade pesqueira vem sendo altamente afetada pela sobrepesca. Esta tendência deve-se, sobretudo, à pesca e ao abandono de técnicas de pesca tradicionais em favor de práticas não sustentáveis, tais como o uso de explosivos, a utilização de redes com malhas inadequadas e a pesca submarina (Terceira Comunicação Nacional, 2019), associada à fraca governança do setor. Para enfrentar a sobre-exploração dos recursos marinhos, STP deve melhorar a recolha de dados, introduzir a cogestão de instalações pesqueiras com as comunidades pesqueiras e, finalmente, considerar a implementação de um programa de reconstrução da captura. A primeira prioridade é melhorar a capacidade do Governo de recolher dados sobre o número de barcos de pesca e os volumes e tipos de

<sup>29</sup>BM. Memorando Economico do País para STP: Relatório Síntese. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/656351570563734606/pdf/Turning-Smallness-into-Uniqueness-Six-Key-Challenges-to-Unlock-Sao-Tome-and-Principe-Growth-s-Potential-Summary-Report.pdf>

<sup>30</sup>RDSTP. Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente / Direção Geral do Ambiente. Relatório Nacional do Estado Geral da Biodiversidade de STP. Setembro 2007

<sup>31</sup>BM. Memorando Economico do País para STP: Relatório Síntese. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/656351570563734606/pdf/Turning-Smallness-into-Uniqueness-Six-Key-Challenges-to-Unlock-Sao-Tome-and-Principe-Growth-s-Potential-Summary-Report.pdf>

espécies que estão a ser pescadas. A recolha de dados deve ser realizada em colaboração com a comunidade pesqueira, de forma a aumentar a consciencialização sobre a importância da governança sectorial e da aplicação das licenças de pesca.

A cogestão da infraestrutura de desembarque ajudará a reduzir as perdas pós-captura e a aliviar a pressão sobre os stocks de peixe. Depois de abordadas estas duas prioridades, o Governo estará mais apto a decidir se se justifica um programa de reconstrução de captura<sup>32</sup>.

Visando promover a pesca sustentável e combater a pesca ilegal, uma das principais ameaças à exploração sustentável dos recursos marinhos, e em sintonia com a comunidade internacional, STP aderiu à Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (1 de abril de 1966), à Convenção Regional sobre a Cooperação Haliêutica entre os Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico (FAO, 5 de julho de 1991), ao Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (22 de novembro de 2009) e ao Plano de Ação Internacional para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (FAO, 2001), e, em 2021, à semelhança de outros países costeiros, subscreveu, também, à Iniciativa de Transparência nas Pescas (FiTI). Acresce ainda que STP é parte integrante da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). Ao nível do controlo da pesca, existe o Centro Multinacional de Operações, com sede no Gabão, que cobre também STP e Guiné Equatorial. Os países estão conectados em rede com este Centro que monitoriza todos os barcos de pesca nas referidas águas territoriais. No caso de STP, há uma lista com a identificação dos barcos que podem pescar nas águas territoriais do país. STP mantém também uma cooperação com Portugal, que tem destacado um navio para o patrulhamento e combate à pesca ilegal nos seus mares, tendo sempre a bordo a presença de um inspetor de Pesca nacional para ajudar em caso de necessidade. No entanto, país deverá criar condições para dispor de meios próprios, nomeadamente a aquisição de um barco patrulha, com todas as condições de forma a fazer face a prática de pesca ilegal no país, com ganhos para a sua economia.

Destaca-se também que STP é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar. Ao nível de legislação nacional, o país aprovou, em novembro de 2021, uma nova Lei das Pescas, que pretende combater a pesca ilegal nas águas do arquipélago e promover o desenvolvimento sustentado do setor das pescas. Esse novo diploma permite à Guarda Costeira Nacional abordar e fiscalizar embarcações suspeitas de prática de pesca ilegal, sem que estejam a bordo inspetores do setor das pescas, condição essa que era imposta pela anterior legislação das pescas (2001). O país dispõe, ainda, da Lei n.º 6/2014, de 11 de abril, que adota o quadro jurídico-legal que proíbe a captura e comercialização das Tartarugas Marinhas e seus produtos.

A nível de política, STP desenvolveu e vem implementando a Estratégia de Transição para a Economia Azul (2019), atendendo a importância das atividades ligadas ao mar e aos oceanos para o desenvolvimento estratégico e sustentável do país.

---

<sup>32</sup>BM. Memorando Economico do País para STP: Relatório Síntese. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/656351570563734606/pdf/Turning-Smallness-into-Uniqueness-Six-Key-Challenges-to-Unlock-Sao-Tome-and-Principe-Growth-s-Potential-Summary-Report.pdf>



**15** VIDA  
TERRESTRE





## ODS 15 PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

STP, devido às suas características climatológicas e orográficas, é caracterizado por ser muito rico em termos de florestas densas, com climas díspares, dependendo da região, relevo e altitude. Segundo os dados da Direção Geral de Florestas, em 2017, cerca de 30% do território era coberto por área florestal. Os principais ecossistemas florestais encontrados nas ilhas de STP dividem-se em ecossistemas florestais da região de baixa altitude, que compreende os manguezais, a savana arbustivo-arbórea e herbácea, a floresta de sombra e a floresta secundária, e em ecossistemas florestais da região de altitude, que compreende a floresta de altitude situada entre 1.000 e 1.800 m, a floresta de altitude situada entre 1.800 e 2.000 m e a floresta de neveiro (acima de 1.800m).

Infelizmente, nos últimos anos, tem havido muita degradação das florestas, sobretudo aquelas situadas nas regiões mais baixas. Esta situação se deve, sobretudo, à implementação da política de privatização das empresas agrícolas, iniciada em 1991, das atividades de exploração da madeira e de conversão das florestas. Isso também é devido ao Programa de Distribuição de Terras, iniciado em 1993, em que o Governo distribuiu cerca de 27.121 ha de terra às populações, sendo 10.362 ha destinadas para agricultura familiar e 7.759 ha para as médias empresas agrícolas. Apesar dos efeitos económicos positivos para as populações, esse programa teve impactos negativos ao nível do ambiente, com o abate desenfreado e ilegal de árvores. Tal situação tem perdurado no tempo e vem alastrando em muitas regiões do país, com impactos graves para o ambiente, sobretudo ao nível do clima, com aumento de temperatura, mas também sobre o grau de humidade, fertilidade da terra e da vida selvagem, que tem sido alterada. Em STP a proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema, teve uma evolução ténue, passando de 0,03%, em 2017, para 0,04%, em 2019, segundo dados da DGA.

**Tabela 15.1: Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema, 2017 – 2019**

	2017	2018	2019
Área de floresta	90 650	90 623	90 595
Proporção	0,03%	0,03%	0,04%

*Fonte: Ministério da Agricultura, 2021*

Por causa da degradação ambiental que vem ocorrendo e dada a necessidade de assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável, STP tem adotado um conjunto de medidas, nomeadamente, o estabelecimento em 2006, do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, através da criação dos Parques Naturais Obô de STP. Além disso, foram aprovadas legislação com vista à conservação da fauna, flora e áreas protegidas, das florestas, que criou o Parque Nacional Obô de São Tomé e o Parque do Príncipe e que regulou a caça. Atualmente, o STP possui quatro sítios importantes para a biodiversidade de montanha, abrangidos por áreas protegidas: Parque Natural de Obô (20.000 ha); Parque Natural do Príncipe (8.500 ha); Reserva Integral das Ilhas Tinhosas (15 ha); e Reserva do Ilhéu das Rolas (6 ha).

O país tem feito esforços no sentido de cumprir a meta estipulada de “Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.”

Reconhecida como um exemplo de harmonia entre as atividades humanas e a natureza, em 2012 a ilha do Príncipe foi designada como Reserva Mundial da BIOSFERA pela UNESCO. De facto, a relação entre a biodiversidade, as mudanças climáticas e a subsistência da população representam um exemplo de referência em matéria de capacidade de resiliência, adaptação e convivência sustentável com a natureza. Desde sua nomeação como Reserva Mundial da BIOSFERA, o turismo baseado na natureza aumentou significativamente, com a realização de investimentos estruturantes, e tem vindo a ganhar cada vez mais importância no panorama nacional e internacional, sobretudo pela oferta de um produto turístico ecológico, usando trilhos ecológicos etc.

O país tem se esforçado para manter essa classificação, com a criação de zonas de reservas naturais e vinte e sete espécies de aves raras, 895 espécies de plantas superiores, das quais 134 são endémicas, 63 espécies de aves (25 endémicas), 16 répteis (sete endémicos) e 9 anfíbios (todos endémicos) já foram registadas em STP. Cerca de 30% das espécies residentes (distribuídas por cinco géneros) são endémicas nas ilhas, de acordo com dados da Terceira Comunicação Nacional. No entanto, de acordo com dados Relatório sobre o Estado da Biodiversidade de STP (2014) e da ENPAB 2015-2020, que apresenta o Índice das listas vermelhas (2014), cerca de 15% das espécies endémicas são ainda vulneráveis; 12,2% estão quase ameaçadas e 7,4% são espécies pouco preocupantes. Adicionalmente, o STP tem feito esforços financeiros importantes no sentido de preservar o seu ambiente e a sua biodiversidade. Entre 2009 e 2017 o país investiu nesses setores em torno de 282 milhões de Dobras, cerca de 11,5 milhões de Euro, segundo dados da Estratégia de Transição para a Economia Azul, 2019.



# 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES







## ODS 16 TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

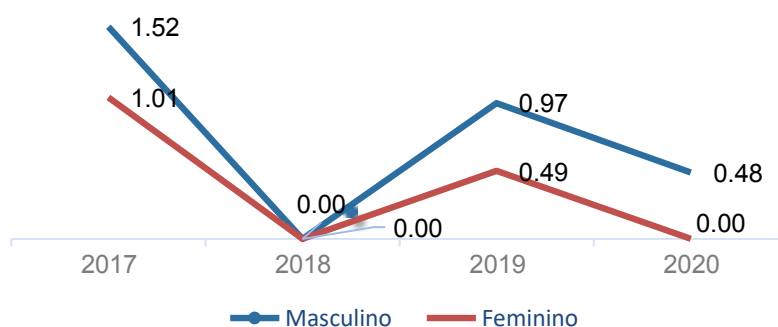
O ODS 16 tem como foco a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, a melhoria do acesso à justiça por parte dos cidadãos e a construção de instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis. Para o efeito, várias dimensões são tidas em conta, como situações de homicídios dolosos, mortes causadas por conflitos, crianças submetidas a castigo físico ou psicológico, tráfico humano, violência sexual (inclusive contra menores), presos provisórios (ou sem sentença do juiz), corrupção na administração pública, satisfação da população com os serviços prestados, participação coletiva nas decisões políticas e acesso público à informação.

Ao nível da governança, STP tem tido alguma instabilidade política ao longo da sua história como país independente, o que tem sido um handicap no processo do seu desenvolvimento e como tal, vem trabalhando ao nível de várias parcerias, com vista a reverter este quadro. Em 2014<sup>33</sup> aderiu ao Grupo 7+, associação voluntária de países em situação de conflito ou dele emergentes, comprometidos com um genuíno processo de transição para a resiliência e o desenvolvimento durável, tendo para isso, subscrito a Carta de valores e princípios desse grupo, constituído por vinte países<sup>34</sup>. O país passou a estar vinculado ao acordo internacional denominado New Deal que tem cinco objetivos: política inclusiva; segurança; justiça; bases económicas, receitas e serviços. Tais objetivos servem como base de diálogo com os doadores e são os alicerces para a criação de uma resiliência e realização dos ODS.

Os níveis de mortalidade por agressão podem funcionar como barómetros do grau de risco ou do potencial de litígio grave ao qual está sujeita a população e, como tal, dão indicações sobre a violência no país. Felizmente, STP é considerado um país seguro, com uma população muito calma, não obstante ter surgido nos últimos anos alguma criminalidade, sobretudo urbana, associada à juventude. O nível dessa criminalidade não é preocupante, mas o Governo vem introduzindo medidas de política, sobretudo ao nível da prevenção, de forma a atingir a meta de reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares.

Em 2017, o número de vítimas de homicídio doloso foi de apenas 1,52 óbitos por 100.000 homens e 1,01 para 100.000 mulheres (Gráfico 16.1). Em 2020, houve uma redução de três vezes nos homens (0,48 óbitos por 100.000 habitantes) e nas mulheres praticamente não foram registados casos.

**Gráfico 16.1: Número de vítimas de homicídio doloso por 100.000 habitantes, por sexo, 2017 -2020**



Fonte: Polícia Nacional; Polícia Judiciária, 2021

O crescimento da economia de STP não tem sido suficiente para gerar empregos dignos para a população e capaz de debelar os níveis de pobreza, ainda existentes. A falta de oportunidades de emprego de qualidade no meio rural, a precária situação das roças, o baixo rendimento da agricultura familiar, tem conduzido a muita exclusão social e

<sup>33</sup>BM. Memorando Económico do País para STP: Relatório Síntese. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/656351570563734606/pdf/Turning-Smallness-into-Uniqueness-Six-Key-Challenges-to-Unlock-Sao-Tome-and-Principe-Growth-s-Potential-Summary-Report.pdf>

<sup>34</sup>Afganistão, Haiti, Libéria, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão do Sul, Timor-Leste, como países fundadores aos quais se juntaram, Burundi, Chade, Comores, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Somália, Togo, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, República Centro-africana, São Tomé e Príncipe e Iémen.

em termos de delinquência. Por isso, muitos se têm recorrido a meios ilícitos, como furto, roubo, atos de corrupção e até mesmo homicídio para satisfazer as suas necessidades.

A violência psicológica foi a mais praticada em STP, atingindo o seu pico em 2018, em cerca de 18%. Seguidamente, passou a ter uma trajetória decrescente, até atingir o valor mínimo em 2021, cerca de 10%. Na segunda posição, aparece a violência física, cujo valor máximo foi encontrado em 2020 (16%), quanto a violência sexual, os níveis são residuais.

**Tabela 16.1: Proporção da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses, 2017 – 2021**

	2017	2018	2019	2020	2021
Violência física	11,9	10,6	11,2	16,0	8,5
Violência psicológica	14,1	17,8	16,1	11,1	10,2
Violência sexual	0,3	0,2	0,4	0,6	0,6

**Fonte: CACVD**

Relativamente a estupefacientes, o país é considerado apenas uma rota para o tráfico. No entanto, já começa a haver sinais de consumo de cocaína que apesar de não ser alarmante, tem merecido alguma atenção das autoridades. Por isso, o país vem investindo na capacitação do pessoal afeto a segurança pública, de forma a melhor lidar com essa situação.

Ainda no âmbito da segurança, algumas ações conjuntas vêm sendo realizadas pela Polícia Nacional (PN) e pela Polícia Judiciária (PJ) ao nível da sensibilização, com apreensões de armas brancas, detenção de pessoas a conduzir sob efeito do álcool. No entanto, o Governo está ciente de que é preciso fazer muito mais e está a trabalhar com os seus parceiros de desenvolvimento nesse sentido. Por exemplo, é preciso apetrechar o Laboratório de Investigação da PJ, de forma a facilitar a produção de provas nos casos de violação sexual, em que, atualmente, o sêmen é enviado para o exterior para efeito de análise e nem sempre as provas chegam a tempo do julgamento dos casos. É preciso formação especializada para os polícias, sobretudo para atuarem contra tráfico de drogas.

Faz parte das preocupações do Governo de STP acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças e tem tomado medidas legislativas no sentido do cumprimento desta meta de desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, os dados administrativos do CACVD mostram que os níveis de violência entre as crianças de 1 a 17 anos de idade pelos cuidadores e/ou responsáveis e/ou tutor, diminuíram de 3,3% em 2017 para 2,3% em 2019.

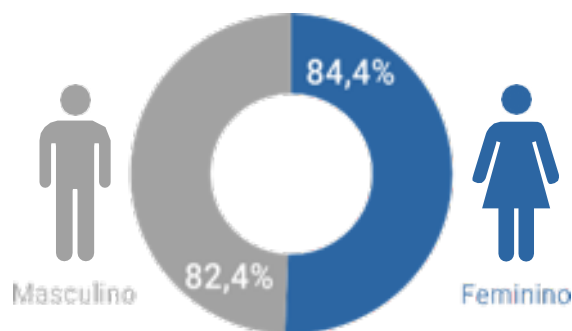
**Gráfico 16.2: Proporção de crianças de 1 a 17 anos que sofreram algum castigo físico e / ou agressão psicológica por cuidadores/responsáveis/tutores no último mês, 2017 - 2020**



**Fonte: CACVD**

No entanto, ao nível das famílias, que é onde se mede o indicador para Agenda 2030, os dados do MICS 2019 revelam informações que inspira alguma preocupação por parte das autoridades. De acordo com essa fonte, 83,5% das crianças da faixa etária de 1 a 14 anos, sofreram qualquer punição física ou agressão psicológica por seu guardião ou guardiã, com ligeira incidência nas raparigas.

**Gráfico 16.3: Percentagem de crianças de 1-14 anos que experimentaram qualquer método de disciplina violento, 2019**



Fonte: INE, MICS 2019

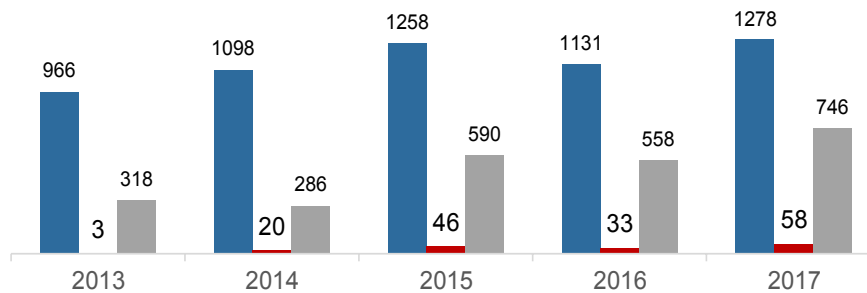
Em termos de promoção do Estado de Direito ao nível nacional e internacional e da garantia de igualdade de acesso à justiça para todos, a Constituição da RDSTP garante a igualdade de acesso à justiça para todos os cidadãos e é função do Estado promover o Estado de Direito democrático. No entanto, as condições ainda não são as ideais, por exemplo, diante da ocorrência de crimes de VBG, abuso sexual de menores, entre outros. Destaca-se, também, o problema da superlotação das prisões, com os riscos que acarreta para integridade física dos próprios presos. Segundo os dados da Base de Dados Globais dos ODS, a proporção de reclusos em prisão preventiva, no total de reclusos, aumentou de 7,7% em 2015 para 36,7% em 2018.

Segundo dados disponibilizados pelos Serviços da Penitenciária, em 2021, a proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos foi de 21,2%, sendo a maioria do sexo masculino (95,5%). Não obstante a melhoria introduzida instalações onde ficam os presos preventivos, esta proporção é elevada, tendo em conta a baixa capacidade e revela de certo modo alguma morosidade ao nível da justiça, uma vez que são pessoas a aguardar o julgamento. Daí que esforços deverão ser encetados, no sentido de criar as melhores condições, mas fundamentalmente em tornar os processos mais céleres.

O Governo tem trabalhado com os parceiros tradicionais e com OSC no enfrentamento dessas problemáticas. Por exemplo, os Serviços de Integração Social, na Cadeia Nacional, fazem o acompanhamento psicológico dos reclusos e os envolve em atividades que possam facilitar a sua reintegração na sociedade. Tem-se desenvolvido palestras e campanhas de sensibilização com vista a mudanças de comportamentos face as diferentes eleições no país (Legislativas, Autárquicas e Presidenciais).

As autoridades nacionais vêm trabalhando no sentido de criar as melhores condições em termos de acesso, mas também na sensibilização, por forma que a população a procure e beneficie de todos os serviços existentes. É pretensão do Governo construir um novo estabelecimento prisional em São Tomé que tenha as condições ideais em termos de segurança e higiene, e reabilitar as instalações prisionais da Ilha do Príncipe. Portanto, segundo dados da PN, 2017 foi o ano em que se registou maiores níveis de violências no país, sendo 1.278 casos de ofensas corporais, 746 de violência doméstica e 58 de abuso sexual de menores. Comparativamente ao ano anterior, houve uma evolução de cerca de 13%, 38% e 76%, respetivamente (Tabela a seguir).

**Gráfico 16.4: Número de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos, 2013 -2017**

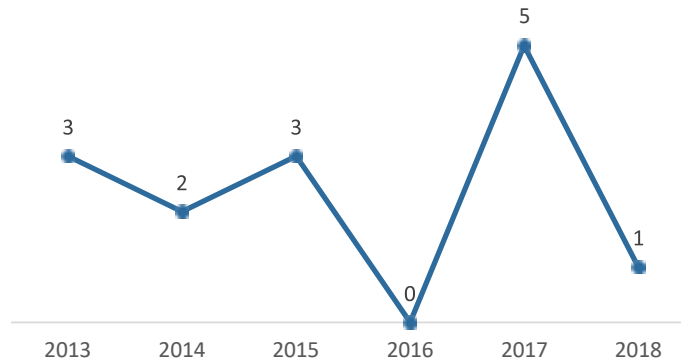


Fonte: PN de STP

Os níveis do VBG no país merecem uma atenção especial por parte das autoridades, uma vez que vêm aumentando o número de vítimas, geralmente mulheres/meninas (abuso e exploração sexual de menores, gravidez na adolescência).

Em termos de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detetado ou estabelecido por uma autoridade competente, de acordo com os instrumentos internacionais, os números são irrisórios, em linha com a tranquilidade como se vive no país.

**Gráfico 16.5: Número de armas pequenas e armas leves apreendidas que não estão registadas e localizadas, de acordo com as normas internacionais e os instrumentos legais, 2013 - 2018**



Fonte: PN de STP

O país não dispõe de informações que lhe permite aferir sobre a proporção de pessoas que teve, pelo menos, um contacto com um funcionário público e que pagou um suborno ou de quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses. No entanto, o assunto da corrupção tem ganhado muito destaque nos últimos anos, ao nível da sociedade são-tomense, sobretudo em termos dos debates públicos, pelo que urge criar mecanismo eficaz para o seu controlo e combate. Infelizmente, ainda o país possui pouca informação que permite quantificar o fenómeno e saber objetivamente onde se encontra relativamente a meta de reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. No entanto, dados obtidos em fontes internacionais, dão uma ideia da situação no país. A Transparency International coloca STP na 64ª posição, em 2019, no Índice de Perceção da Corrupção, que corresponde a 46 pontos. Por outro lado, de acordo com o Barómetro Global da Corrupção – África 2019, em STP cerca de 55% da população acha que o governo está a sair-se mal, contra 30% que tem opinião contrária; 16% de utentes de serviços públicos pagou subornos nos últimos 12 meses, e a perceção da população é de que tem havido um aumento da corrupção no país (56%).

Para o Ibrahim Index of African Governance 2020, em termos de medidas anticorrupção, STP tem uma pontuação de 59,6, em 100 possíveis, classificando-se em 15 num universo de 54. Os mecanismos anticorrupção no país tiveram uma pontuação de 12,5, ocupando a 47ª posição. A ausência de corrupção nas instituições estatais aparece com uma pontuação de 76,9, ocupando o país a 4ª posição. Quanto à ausência de corrupção no setor público e privado têm pontuações de 78,3 e 60, ocupando o país a 3ª e 7ª posições, respetivamente. Ao nível dos procedimentos de contratação pública, o país teve uma pontuação de 25, ocupando a 26ª posição.

No que diz respeito ao objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis, segundo dados da Base de Dados dos ODS, em 2015 a despesa primária do governo em proporção do orçamento original aprovado foi de 85,5%, tendo diminuído para 73,5% em 2019.

Ao nível dos registos, nos termos da legislação nacional, toda a criança tem direito ao registo cível e ao nome. Quanto a identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento, tem sido um grande desafio e STP tem conseguido vencê-lo, graças a medidas de políticas que vem sendo implementadas ao longo dos anos. Hoje a maioria das crianças nascem nos hospitais e são registadas antes deixarem esses estabelecimentos. Há poucos casos de registos tardio e quando há, normalmente as crianças, são registadas ao iniciarem as aulas.

No que concerne aos registos dos óbitos, o mesmo é feito ao nível central e ninguém é enterrado sem ter o registo. No entanto, a Com a pandemia da COVID 19 criou muitos desafios e os serviços passaram a funcionar por turno e houve a necessidade de se criar condições mínimas, como a aquisição de roupas especiais, de forma a proteger os funcionários e evitar o contágio. Com o inicio do ano letivo, a situação se agravou dada a necessidade de documentos para as matrículas. No entanto, o país tem conseguido dar respostas, graças as várias medidas de políticas que vêm sendo implementadas ao longo dos anos, em 2014, cerca de 95% de crianças com menos de 5 anos, o nascimento foi declarado como estando registado na autoridade civil, tendo aumentado para 98,6% em 2019 e sem diferenças significativas relativamente ao sexo, meio de residência e idade (Tabela 16.2 em anexo).

Apesar dos níveis obtidos em termos de registos, um grande desafio que o país tem pela frente, é conclusão da informatização do sistema de registo civil, de forma a tornar o processo mais célere e transparente, permitindo, assim, gerar dados estatísticos. Atualmente, só nos serviços de maternidade e nos registos centrais é que se pode fazer o registo diretamente no sistema.

Para STP, os governos representam o povo e como tal devem ser regularmente escrutinados por ele, de forma que melhor possam defender o interesse público e, em consequência, melhorar cada vez mais, a transparência na ação governativa. Precisamente, por isso, a Constituição RDSTP tem dispositivos sobre a Liberdade de imprensa (Artigo 30.º), a liberdade de expressão e de informação (Artigo 29.º). Acresce, ainda, que o Sistema de Transparência Pública do país, tem como base a Lei de Acesso à Informação, (Lei nº 9.871/2012) que visa promover a transparência do Estado e garantir que todos os cidadãos tenham acesso às informações públicas. O país dispõe, ainda, de um Conselho Superior de Imprensa, que funciona como Alta Autoridade de Regulação da Comunicação Social, enquanto órgão externo da Assembleia Nacional. Criado através da Lei 4/96, visa garantir a liberdade de imprensa e da observância dos princípios de imprensa democrática e liberdade de expressão, através dos meios da comunicação social. Além disso, o país tem uma Associação de Jornalistas. Portanto, em STP há garantias constitucionais e legais para que reina a Liberdade de Imprensa e está garantido o acesso a todos à informação pública. STP tem uma instituição de direitos Humanos, mas ainda não foi acreditado.

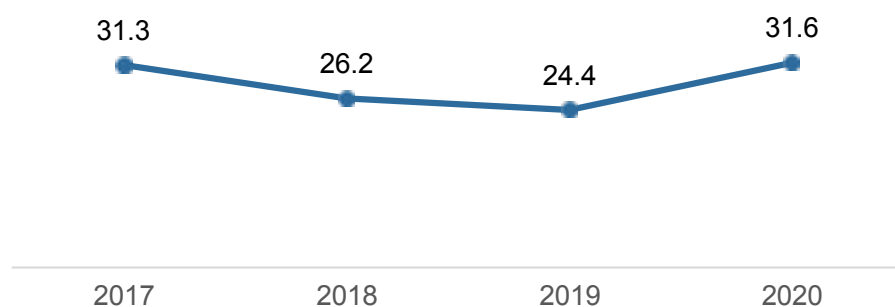
## 5. MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM STP

### 5.1 Mobilização de financiamento interno e externo

As estimativas de financiamento dos ODS em STP, até 2030, não estão disponíveis, uma vez que não foi feita inicialmente a priorização de metas globais dos ODS em função das prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável, seguida da respetiva orçamentação. No entanto, os orçamentos do PND 2017-2021 e do PNDS de STP 2020-2024, planos quinquenais de execução da Agenda de Transformação STP 2030, cuja execução concorre para o alcance de ODS, demonstram que as necessidades de recursos são consideráveis. A mobilização de recursos para o financiamento desses instrumentos de planeamento, faz-se recorrendo a três categorias principais de financiamento, nomeadamente recursos internos, recursos externos e financiamento alternativo.

Em 2017, as receitas totais do Governo, em proporção do PIB, foram de 31,3%, aproximadamente a mesma proporção (31,6%) registado em 2020

**Gráfico 17.1: Receitas totais do governo em Proporção do PIB, 2017 - 2020**



Fonte: DCP; DO; INE, 2021

A percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente, relativamente ao PIB, aumentou de 38,5%, em 2015, para 49,2%, em 2019. Relativamente a estrutura de receitas totais do Governo discriminada por fonte, em 2017 cerca de 46% provieram das recitas correntes, 43% através de donativos e 11% de financiamentos, sendo a maioria (80%), proveniente de fonte externa, como ilustra a Tabela a seguir.

Em 2020, houve um acréscimo nas receitas correntes, em quatro p.p., e uma diminuição dos donativos, em cerca de 10 p.p., face à 2017. Os empréstimos aumentaram em 2020, impulsionado por recursos externos.

**Tabela 17.1: Estrutura das Receitas Totais do Estado (%), discriminada por fonte, 2017 – 2020**

	2017	2018	2019	2020
<b>Receitas totais</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Receitas correntes	45,8	60,4	63,7	49,3
Donativos	42,9	31,7	26,2	33,1
<b>Financiamento</b>	<b>11,3</b>	<b>7,9</b>	<b>10,0</b>	<b>17,6</b>
interno	19,6	25,5	38,3	14,8
externo	80,4	74,5	61,7	85,2

Fonte: DCP; DO; INE, 2021

<sup>35</sup>Dados provisórios

**Tabela 17.2: Donativos e empréstimos externos (Milhões de USD), por parceiros multilaterais e bilaterais, 2018**

	<b>Doadores Multilaterais</b>	<b>Doadores Bilaterais</b>
<b>Total (Milhões de USD)</b>	<b>44,0</b>	<b>163,6</b>
BAD/FAD	6,9	
Bélgica		0,8
IDA	11,9	
Portugal		61,9
FIDA	5,8	
Angola		30,6
OPEC	1,9	
Itália		24,3
BEI	-	
China		10
BADEA	11,8	
Nigéria		30
FMI	5,7	
Guiné Equatorial		1,7
Brasil		4,3

**Fonte: DDP/ TOFE**

STP recebeu, entre 2015 e 2019, cerca de 57,6 milhões de USD da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte- Sul, Sul-Sul e triangular), com o nível mais elevado (18,2 milhões USD) em 2019 (OCDE).

Para fazer face à situação de emergência provocada pela pandemia da COVID-19, STP recebeu um apoio financeiro sem precedentes, concedido pelos parceiros de desenvolvimento, que ajudou a financiar as grandes necessidades de financiamento orçamental e externo do país. Assim, em abril de 2020, o país recebeu assistência financeira de emergência do FMI, de cerca de 12 milhões de USD que representa cerca de 3% do PIB (FMI, 2020). AAPD representava cerca de 32% da RNB em 2002, tendo sofrido uma forte queda, para cerca de 12,3% em 2019. Espera-se que em 2020 haja um incremento da APD para acudir as necessidades de resposta do país a Pandemia de COVID-19.

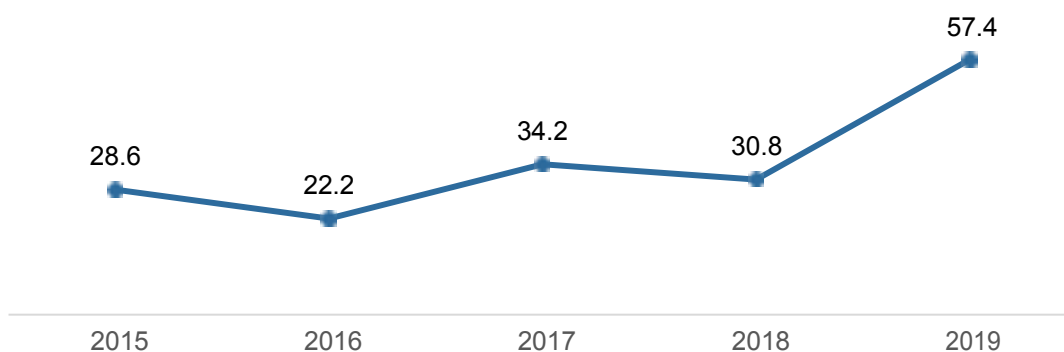
Quanto ao IDE, os níveis poderiam ser melhor se o ambiente de negócios no país fosse mais atrativo. A classificação de STP no Índice Doing Business 2020 (BM)<sup>36</sup> é disso demonstrativo. Num universo de 190 países, STP ficou classificado em 170º lugar. Esta classificação é resultado, entre muitos aspetos, de muita burocracia ao nível da administração pública, lentidão na tomada de decisões, fraca capacidade de executar contratos, resolver insolvências, dificuldades de acesso ao crédito. De forma a ultrapassar os obstáculos ainda reinante no país, o Governo vem trabalhando ao nível de políticas, com vista a criar as condições favoráveis para atração de IDE, fundamental para alavancar e dinamizar a sua economia e conseguir um desenvolvimento sustentado.

É de realçar que o ambiente de negócios vem melhorando, graças as reformas implementadas nos últimos, mas ainda os desafios são enormes. STP está a investir, com o apoio dos seus parceiros, em setores estratégicos, como energia, água, infraestrutura, turismo e na legislação, de forma a facilitar e proteger cada vez mais os investidores, na facilitação na criação de empresas, entre outros, com o intuito de criar cada vez mais um ambiente de negócios favoráveis à IDE.

<sup>36</sup>Doing Business 2020 Report, 2020: <https://www.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/doing-business-2020>

O IDE teve um forte crescimento com o início das atividades relacionadas ao petróleo, tendo atingido o valor máximo em 2010, de cerca de 50,6 milhões USD, ou cerca 25,7% do PIB (BCSTP; BM<sup>37</sup>). De 2015 a esta parte tem havido uma flutuação ao nível do IDE tendo atingido o seu pico em 2019, com cerca de 57 milhões de USD, uma evolução de mais do dobro face ao valor de 2015, como mostra o Gráfico a seguir.

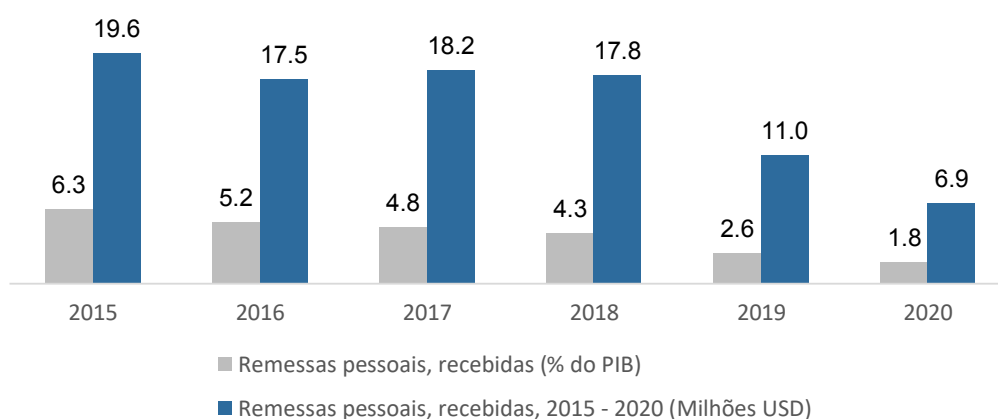
**Gráfico 17.2: Investimento Direto Estrangeiro (Milhões USD), 2015 - 2019**



Fonte: Base de Dados Global dos ODS: <https://unstats.un.org/sdgs/UNSDG/IndDatabasePage>

Com relação às remessas, têm uma importância estratégica para o desenvolvimento de STP, uma vez que constituem a segunda maior fonte de rendimento de muitas famílias, depois do trabalho, importantes para a promoção do seu bem-estar. Segundo o INE (IOF 2017), as remessas contribuem com 40% do rendimento total nas famílias chefiadas por mulheres. As remessas internacionais para STP totalizaram um montante de cerca de 19,6 milhões de USD em 2015, representando cerca de 6,3% do PIB (Gráfico 17.3). Até 2018, não houve mudanças significativas, mas já a partir de 2019 a situação mudou, com uma redução de cerca de 38% no montante e 40% relativamente ao PIB. Em 2020, devido ao impacto da Pandemia da COVID-19, a redução foi muito mais expressiva, tendo o país recebido apenas 6,9 milhões de USD, cerca de dois terços a menos dos níveis de 2015, representando 1,8% do PIB.

**Gráfico 17.3: Remessas pessoais recebidas em Milhões de USD e em % do PIB, 2015 - 2020**



Fonte: Banco Mundial e BCSTP

<sup>37</sup><https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.CD.WD?locations=ST>



No campo da cooperação Sul-Sul, STP mantém relações de cooperação com vários países, nomeadamente os países da CEEAC e da CPLP, assumindo a forma de tratados de amizade, acordos e comissões conjuntas de cooperação. Isto permite ao país firmar e fortalecer relações comerciais, a formação de quadros em várias áreas, beneficiar de assistências, entre outros benefícios.

STP dispõe desde 1998 de uma legislação estatística (Lei n.º 5/1998, de 3 de dezembro) que incorpora Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, bem como da Carta Africana Estatística. STP elaborou de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE) para o período 2018 e 2021, que é o principal instrumento de planeamento de médio prazo da atividade estatística oficial do país e que vem sendo implementada pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (SEN), com financiamento do Estado e dos PTF, nomeadamente o BM.

Segundo dados do “Partner Report on Support to Statistics (PRESS) 2020, em 2018, STP recebeu cerca de 2,2 milhões de USD para fortalecer a sua capacidade estatística. STP, através do seu SEN, já realizou quatro Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, sendo o último em 2012 e, atualmente, está a preparar o seu próximo, que será realizado em 2023. Relativamente aos registos de nascimento, os níveis ultrapassam os 90% e praticamente todos os óbitos que ocorram no país são registados.

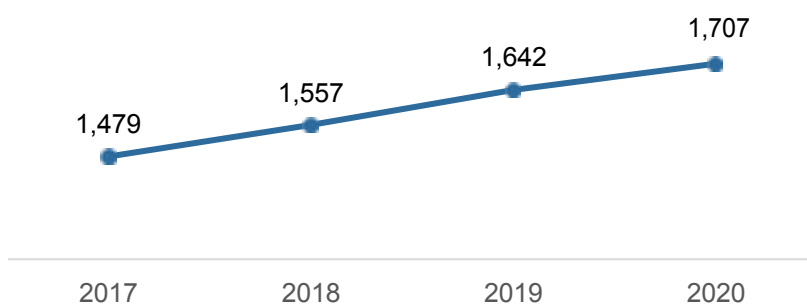
## **5.2 Mecanismo inovadores para o financiamento do desenvolvimento sustentável**

Nesta Década de Ação (2020-2030) para o desenvolvimento sustentável, STP está comprometido em explorar mecanismos inovadores de financiamento dos ODS, como o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Fund), nomeadamente através da elaboração de programas e projetos que possam ser elegíveis para financiamento por esses mecanismos. O Fundo Verde para o Clima (GCF) constitui, atualmente, a principal fonte de financiamento dos programas e projetos sobre a problemática das mudanças climáticas, nos países em desenvolvimento, quer se trate de ações de adaptação, quer sejam de mitigação. STP já dispõe do seu Programa País para o GCF, preparado em 2019, contendo a lista de prioridades de projetos e áreas de intervenção para investimento do GCF no país, com um orçamento total de 237.838 milhões de USD. Energia, segurança alimentar, floresta e conservação da biodiversidade, zona costeira e resíduos são os setores elegíveis para financiamento do GCF em STP.

Para além disso, o país continuará a contar com o apoio dos seus tradicionais parceiros, como NU, BM, BAD, FMI, entre outros. STP, ciente da importância dos recursos privados no apoio à implementação das políticas programas de desenvolvimento, previu na Agenda de Transformação STP 2030, as PPP como fonte de mobilização de financiamento para o desenvolvimento dos projetos estruturantes, nomeadamente a expansão do aeroporto internacional de São Tomé. Em 2018, o país adotou uma lei relativa às PPP (Lei n.º 06/2018), definindo as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na determinação, conceção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das PPP. Ademais estabelece princípios, fins, repartição de responsabilidades, pressupostas e partilha de riscos nas PPP, entre outras matérias.

Além disso, é importante que o país desenvolva uma parceria na área tecnológica. A transferência de tecnologia parece estar muito lenta, sem nenhum suporte ou estratégia definida. No entanto, não há dúvidas que a tecnologia, particularmente as TIC, têm um efeito muito positivo no crescimento e, colateralmente, levam à redução da pobreza e exclusão social. Como ilustra o Gráfico a seguir, em 2017, o país tinha, apenas, 1.479 assinantes de Internet fixa, passando para 1.707, em 2020, com uma taxa de penetração muito residual (AGER).

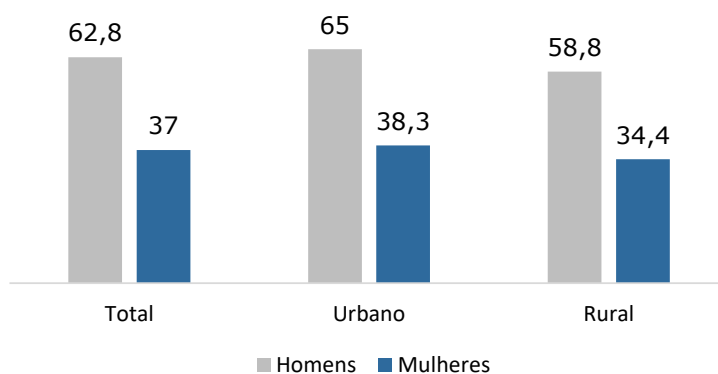
**Gráfico 17.4: Número de assinaturas de Internet de banda larga Fixa, 2017 -2020**



Fonte: AGER, 2021

Segundo os dados oficiais, em termos da utilização da internet em STP, os níveis não são expressivos e existe uma grande desigualdade relativamente ao sexo. Em 2019, cerca de dois terços dos homens (63%) utilizavam a internet no país e apenas 37% das mulheres tiveram este privilégio. Os níveis de utilização são superiores no meio urbano, em ambos os sexos, como ilustra o Gráfico, a seguir.

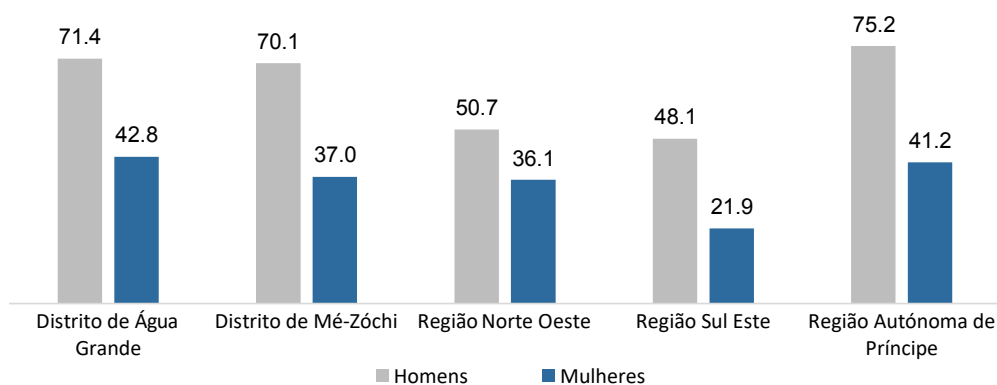
**Gráfico 17.5: Percentagem de homens e mulheres de 15 a 49 anos que utilizaram a Internet, segundo o meio de residência, 2019**



Fonte: MICS 2019

A RAP e os Distritos de Água Grande e Mé-Zóchi apresentam as maiores taxas de utilização da internet do país, com níveis acima dos 70% para os homens e sensivelmente 40% para as mulheres. A situação é mais crítica nas Regiões Norte Oeste e Sul Este.

**Gráfico 17.6: Proporção de indivíduos (Homens e Mulheres) que utilizam a Internet, segundo os Distritos, 2019**



Fonte: MICS 2019

### 5.3 Desafios na mobilização de financiamento

Os principais desafios que STP deverá enfrentar para impulsionar e melhorar a mobilização de recursos financeiros, internos e externos, para o financiamento dos ODS são:

- Reforço da boa governação, em todos os níveis, e promoção, em crescendo, do Estado de Direito, uma das condições para o desenvolvimento sustentável;
- Implementação de políticas económicas e sociais racionais que atendam às reais e mais prementes necessidades dos santomenses, com prioridade para os mais vulneráveis;
- Implementação de infraestruturas estruturantes para aumentar o crescimento económico, a criação de empregos e a redução a pobreza;
- Melhoria da gestão estratégica do desenvolvimento e das finanças públicas;
  
- Aceleração das reformas necessárias para o alargamento da base tributável, através de mudança para um regime progressivo de tributação e da criação de condições de incentivo à formalização de empresas que operam no sector informal;
- Melhoraria do clima de negócios de forma a estimular fluxos de investimento privado nacional e estrangeiro (IDE);
- Reforço das PPP para o desenvolvimento de projetos nacionais estruturantes;
- Implementação de um mecanismo eficiente de identificação, mobilização, coordenação e gestão de ajuda para o desenvolvimento;
- Criação de condições necessárias para a mobilização de poupança pública e privada;
- Promoção da inclusão financeira e de acesso ao crédito, especialmente para micro, pequenas e médias empresas.

## 6. CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS

O primeiro RNV de STP que será apresentado este ano (2022) no HLPF foi parado através de uma abordagem participativa e inclusiva das partes interessadas na implementação dos ODS no contexto nacional.

Imediatamente após a adoção da Agenda 2030, STP elaborou os principais instrumentos de planeamento estratégico do desenvolvimento nacional nos últimos anos, os quais tiveram em conta as duas principais agendas, global e continental: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 – A África que Queremos. Além desses instrumentos, foram elaborados planos e estratégias setoriais em sintonia com os ODS.

Passados seis anos desde adoção da Agenda 2030, STP decidiu preparar este Relatório para, no âmbito da responsabilização mútua e da transparência, reportar aos seus cidadãos, às demais partes interessadas e à comunidade internacional as ações realizadas, os progressos alcançados, os constrangimentos e desafios e os próximos passos a serem dados para melhorar a implementação dos ODS até 2030.

Esta avaliação nacional voluntária demonstrou que, apesar dos inúmeros constrangimentos a que o país tem sido confrontado, avanços notáveis têm sido alcançados, em particular nos indicadores da saúde e da educação, em que o país já terá atingido algumas das metas. A avaliação, por outro lado, evidenciou que ainda precisam ser feitos esforços consideráveis, nomeadamente, para combater a pobreza e a extrema pobreza, as desigualdades sociais que afetam os grupos sociais mais vulneráveis, desfavorecidos ou em risco.

De entre os vários desafios, um dos mais salientes diz respeito à mobilização de recursos para financiamento do desenvolvimento sustentável em STP. O financiamento do desenvolvimento sustentável nos SIDS, dos quais STP, no âmbito de uma Parceria global revitalizada para a realização da Agenda 2030 e dos ODS, necessariamente, dependerá sempre da atenção particular que a comunidade internacional, particularmente os países ricos, dispensar à realidade desses países, que estão sujeitos a vulnerabilidades únicas de várias ordens, nomeadamente vulnerabilidades às ameaças ambientais e efeitos de alterações climáticas, exposição a desastres naturais frequentes causados por fenómenos naturais, ausência ou limitação de recursos naturais, recursos e bases de exportações limitados, a pequenez do mercado, suscetível a choques económicos externos.

O Governo de STP reafirma o seu compromisso com a implementação dos ODS, conforme assumiu perante a comunidade internacional, e, fundamentalmente, como uma condição incontornável para que o país atinga o desenvolvimento que ambicionou para os seus cidadãos no horizonte 2030. Assim, os próximos passos que STP pretende dar para melhorar o progresso na implementação dos ODS, até 2030, são os seguintes:

### a. Criação e operacionalização de um mecanismo institucional de coordenação da implementação dos ODS

Será uma estrutura interministerial e multissetorial, sob a liderança política conjunta do MNEC e do MPFEA, a coordenação técnica da DNP e composto por representantes de todos os atores do desenvolvimento: Governo (do nível central ao local), Assembleia Nacional, INE, PTF (nomeadamente, Agências do SNU no país), OSC, Setor Privado, Universidades e Pesquisadores. A liderança política do dispositivo institucional de implementação dos ODS visa reforçar a consistência e coerência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em STP, com a perspectiva de identificar ao alto nível as prioridades nacionais da Agenda 2030 e concertar com todas as partes interessadas um roteiro para melhorar e acelerar a implementação da Agenda 2030 em STP. Ela deverá encorajar todos os atores de desenvolvimento a aderir às decisões coletivas tendentes à implementação da referida Agenda com sucesso.

### b. Reforço da apropriação nacional dos ODS

Será reforçada a apropriação nacional dos ODS, através da realização de mais campanhas e ações de sensibilização, formação e divulgação dos ODS, em parceria com os outros atores de desenvolvimento/partes interessadas (RAP, Governos distritais, Órgãos de Comunicação Social, OSC, Universidades, Líderes comunitários). Para efeito, será elaborado e executado um Plano de Comunicação e Sensibilização sobre os ODS. Além do mais,

uma vez que avaliação nacional voluntária é um mecanismo-chave para a prestação de contas e de seguimento e avaliação da implementação dos ODS em STP, este Relatório deve ser amplamente divulgado para aumentar a apropriação nacional. De facto, este Relatório é uma avaliação inicial das ações de implementação dos ODS em STP.

c. Reforço de capacidades nos ODS

Serão realizadas ações de capacitação dos responsáveis (instituições/recursos humanos) pela coordenação e pela implementação dos instrumentos de planeamento, a todos os níveis (central, regional e local), que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Em particular, serão reforçadas as capacidades dos atores do desenvolvimento em matéria de priorização, integração, seguimento e avaliação da implementação dos ODS. Para isso, STP espera contar com o apoio da cooperação internacional, nomeadamente do SNU no país.

d. Análise do grau de alinhamento e integração dos ODS no quadro nacional de planeamento

Na verdade, não obstante os principais instrumentos nacionais de planeamento e algumas estratégias e planos setoriais referirem ao seu alinhamento com os ODS, não é de todo perceptível qual é o grau desse alinhamento. Assim, a análise será feita através das abordagens metodológicas disponíveis (RIA), devendo recair sobre todos os instrumentos de planeamento existentes (estratégias e planos nacionais, planos setoriais, regionais e distritais), pelo que será feito um levantamento exaustivo junto todos os ministérios setoriais do governo central, do governo da RAP e dos governos locais. Esse exercício permitirá testar a coerência desses instrumentos com os ODS.

e. Priorização e integração de metas dos ODS nos instrumentos nacionais de planeamento

A Agenda 2030 exige a contextualização e a priorização dos ODS. De facto, sem se fazer isso, é ilusório esperar que o país venha a implementar todos os ODS. Assim, o recurso à ferramenta RIA e à matriz de priorização, desenvolvidas pelo PNUD, STP procederá à priorização de metas dos ODS, levando em conta o nível de desenvolvimento do país, as prioridades nacionais e os recursos disponíveis. A priorização será, necessariamente, um exercício participativo e inclusivo de todas as partes interessadas. Para efeito, STP deseja contar com o apoio do SNU, através do PNUD. Um relatório da priorização dos ODS e metas priorizados será elaborado e amplamente divulgado. O alinhamento e a integração das metas prioritárias serão assegurados em toda a cadeia de planeamento / programação / orçamentação / seguimento / avaliação, a nível nacional e local. Isso será feito revendo-se os instrumentos de planeamento existentes e na elaboração de novos instrumentos, ou, para nova vigência.

f. Promoção da localização dos ODS ao nível da RAP e dos Distritos

A apropriação e integração dos ODS pelos atores de desenvolvimento nos níveis regional e local do país é crucial para a plena compreensão da Agenda 2030, bem como para a implementação eficaz dos ODS. O processo só pode ser realizado em parceira estreita com representantes do Governo da RAP, dos Distritos e de OSC, pois estão mais próximos dos cidadãos e melhor posicionados para aumentar a consciencialização sobre a importância dos ODS e a sua relevância para as comunidades locais. Neste sentido, o Governo central promoverá, junto do Governo da RAP e dos governos distritais, a integração das metas prioritárias nos instrumentos de planeamento dessas administrações (planos regionais e distritais), em alinhamento com os instrumentos de planeamento de âmbito nacional.

g. Orçamentação dos ODS e metas prioritárias e elaboração de uma estratégia de mobilização de novas parcerias e de recursos para o seu financiamento

Com base no relatório de priorização dos ODS, será estimado o custo total de recursos necessários (internos e externos) para a implementação dos ODS e metas prioritárias, bem como a elaboração de estratégia para o reforço e mobilização de novas parcerias e de recursos. A orçamentação dos ODS servirá para que STP defina o caminho crítico a seguir para atingir as metas estabelecidas, identificar os recursos necessários e, finalmente, avaliar o custo dessas necessidades. Além disso, o trabalho de orçamentação deve permitir ao país aperfeiçoar o quadro de financiamento da própria Agenda de Transformação STP 2030. Com base nos custos estimados, serão mobilizados recursos para acelerar o progresso rumo ao alcance dos ODS, por meio da elaboração e execução de uma estratégia em concertação e com o apoio dos PTF.

h. Estabelecimento de um quadro nacional de indicadores de seguimento e avaliação dos ODS

A abordagem orientada para ODS da Agenda 2030 exige o estabelecimento de um quadro nacional de indicadores de seguimento dos ODS que traduza as ambições globais para o contexto nacional e que orientará a ação pública do país na implementação dos ODS. Esse quadro resultará da compilação dos indicadores das metas prioritárias de ODS e alinhados às prioridades nacionais.

i. Reforço de capacidades do SEN

Precedida de uma avaliação do atual estado do SEN e da implementação da ENDE 2018-2021, o Governo avançará com a elaboração de uma nova ENDE de forma a capitalizar os ganhos até então obtidos e reforçar as capacidades do SEN, particularmente através da disponibilização de mais recursos (humanos, financeiros e materiais), para que ele possa produzir e difundir, atempadamente, em quantidade, qualidade e com o nível de desagregação recomendada pelas NU, de acordo com a realidade nacional, os indicadores de medição de metas prioritizadas dos ODS. Para isso, STP deseja continuar a contar com apoio dos parceiros da cooperação internacional para o reforço das capacidades do SEN, em consonância com os compromissos assumidos pelos pares no âmbito da Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development (AAAA) e da Agenda 2030 para com os países em desenvolvimento, particularmente os SIDS.

j. Divulgação de dados dos ODS

Através da criação de uma plataforma estatística nacional de seguimento dos ODS, que servirá de repositório de informação compilada, com o objetivo de informar os cidadãos e as instituições, nacionais e internacionais, os progressos realizados por STP para o alcance dos ODS e de contribuir para a apropriação, pela sociedade, dos desafios do desenvolvimento sustentável, dando-lhes acesso a indicadores de desenvolvimento sustentável e aos resultados das políticas implementadas pelo Estado santomense. Essa plataforma poderá ficar alojada no site do INE.

## BIBLIOGRAFIA

- AGER, 2020. Observatório Estatístico referente ao ano 2018.
- Assemblée générale des Nations Unies. Résolution A/RES/70/1 – Transformer notre monde : le Programme de développement durable à l’horizon 2030. Disponível em: <https://undocs.org/fr/A/RES/70/1>
- BCSTP. Relatório de inquérito rápido às empresas. Junho 2020.
- BM 2017. Plano multisectorial de investimentos para integrar a resiliência às alterações climáticas e o risco de desastres na gestão da zona costeira de São Tomé e Príncipe.
- BM, 2021. Diagnóstico Sistemático de País Grupo Banco Mundial. Setembro 2021
- BM. Report Doing Business 2020. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/-doing-business-2020>
- Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de STP / OIT. Relatório: Resultado da Avaliação das Necessidades das Empresas Provocada pela COVID-19. São Tomé, julho de 2020
- Departamento de Proteção Social da OIT. Extensão da Proteção Social em São Tomé e Príncipe.
- Governo da RDSTP / CREFAT / UNFPA. Dividendo Demográfico em São Tomé e Príncipe.
- Governo da RDSTP / SNU. Plano-Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) de São Tomé e Príncipe 2017 - 2021.
- Governo da RDSTP / UNDP. Relatório Nacional de preparação à Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Ápia, Samoa 2014. Julho 2013.
- Governo da RDSTP / UNICEF. Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015. STP 2016. Disponível em: <http://issuu.com/unicefstp>
- Governo da RDSTP. Agenda de Transformação no Horizonte - 2030. Outubro 2015.
- Governo da RDSTP. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma do Príncipe – “Príncipe 2030”.  
Dezembro 2019.
- Governo da RDSTP. Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos - São Tomé e Príncipe, 2010. Agosto 2010.
- Governo da RDSTP. Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face a COVID-19 (PNA-RME).
- Governo da RDSTP. Revisão Estratégica “FOME ZERO” – Horizonte 2030 (Relatório Final). Abril 2018
- Governo da RDSTP. Terceiro Relatório Nacional dos Objetivos do Milénio. Novembro 2014. Disponível em: [https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/sao\\_tome\\_and\\_principe\\_mdg\\_report\\_2014.pdf](https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/sao_tome_and_principe_mdg_report_2014.pdf)
- Governo da RDSTP. Visão “São Tomé e Príncipe 2030 – O País que Queremos Contruir.”
- Governo da RDSTP/ OIT. Programa de Promoção do Trabalho Digno 2018-2021 de São Tomé e Príncipe. São Tomé
- Governo da República de Portugal e Governo da RDSTP. Programa Estratégico de Cooperação Portugal (PEC) – São Tomé e Príncipe 2016-2020. Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC\\_STP\\_2016-2020.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_STP_2016-2020.pdf)
- Grupo BM. Prosperidade para todos os são-tomenses: Prioridades para acabar com a pobreza, promover o crescimento e aumentar a resiliência em São Tomé e Príncipe – Diagnóstico Sistemático do País. Setembro 2020.
- INE / NU STP. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Relatório Estatístico sobre os Indicadores do Nível II para São Tomé e Príncipe 2021. São Tomé, novembro de 2021.
- INE, BM e PNUD. Impacto da COVID-19 nas famílias em 2020.
- INE, BM e PNUD. Inquérito sobre o Impacto da Covid-19 no Setor Informal 2020.

- INE. Diagnóstico dos Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018.
- INE. Impacto da COVID-19 nas famílias santomenses - Resultados da segunda ronda do Inquérito realizado por telefone. Maio de 2021.
- INE. Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014 - Relatório Final. INE, 2016.
- INE. Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2019 - Relatório dos resultados do Inquérito. Dezembro 2020.
- INE. Inquérito aos Orçamentos Familiares 2010 - Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe.
- INE. IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012. Resultados Nacionais. INE, 2012.
- INE. Perfil da Pobreza com base no Inquérito de Orçamento Familiar de 2017. Agosto 2020.
- INE. Projeções Demográficas de São Tomé e Príncipe: resumo de indicadores demográficos, 2012-2035. Disponível em: <https://www.ine.st/phocadownload/userupload/Documentos/Informa%C3%A7%C3%B5es%20Estat%C3%ADsticas/De%20mograficas/RESUMO%20DE%20INDICADORES%20DEMOGR%C3%81FICOS,%202012-2035.pdf>
- INE. Relatório balanço sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2018-2021.
- INE. São Tomé e Príncipe em Números 2017. Disponível em: <https://www.ine.st/phocadownload/userupload/Documentos/STPEmNumeros/STPEmNumeros%20%202017.pdf>
- INE. IIº Recenseamento Empresarial 2020. Março, 2022.
- INPIEG. Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Beijing + 25º. Maio 2019. Disponível em: [https://archive.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/Beijing25/sao\\_tome-beijing25\\_report.pdf](https://archive.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/Beijing25/sao_tome-beijing25_report.pdf)
- Instituto de Inovação e Conhecimento / Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das NU. Contributo para uma Estratégia Nacional para a Governação Digital em São Tomé e Príncipe. Junho 2020. Disponível em: <http://inic.gov.st/docs/EstrGovDigital-STP-Jan2020.pdf>
- MAPDR, 2021. APD e outros fluxos oficiais para o setor agrícola.
- ME, 2021. Boletim Estatístico 2019/2020.
- Ministério da Educação, Cultura e Formação. Carta de Política Educativa STP (Visão 2022). Primeira versão, maio de 2012. Disponível em: <https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/2012-05-sao-tome-education-sector-plan.pdf>
- Ministério da Saúde, INE e OMS. Relatório de estudo sobre os principais fatores de riscos relacionados com as doenças não transmissíveis em São Tomé e Príncipe – Inquérito STEPS 2019. Abril 2021.
- Ministério da Saúde. Estratégia Integrada de Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e do Adolescente e Nutrição 2019-2023. Setembro 2018.
- Ministério da Saúde. Plano do Desenvolvimento da Saúde 2017-2021.
- Ministério das Finanças, Comércio e da Economia Azul / Direção Geral do Turismo e da Hotelaria. Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe. Janeiro 2018.
- Ministério do Plano e Desenvolvimento. Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (2012-2016). Março 2012.
- Ministério do Trabalho, Solidariedade Família e Formação Profissional / Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade do Género. III Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género em São Tomé e Príncipe 2019- 2026. Novembro 2019.
- MPFEA / DNP, 2021. Relatório de Atividades 2020.
- MPFEA / DNP. Balanço da definição das metas dos indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Novembro 2019.
- MPFEA de STP. Programa País de São Tomé E Príncipe para o Green Climate Fund. Outubro 2019.
- MPFEA. Estratégia de Transição para a Economia Azul em São Tomé e Príncipe. Julho 2019.
- MPFEA. Orçamento Geral do Estado 2020: Gastos executados destinados aos serviços essenciais.
- MPFEA. Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021. Novembro de 2017.



- MPFEA. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024. Novembro 2019.
- MS, 2021. Anuário Estatístico da Saúde, 2020.
- MS/ Centro Nacional de Endemias / Programa Nacional de Luta Contra o Paludismo. Atualização do Plano Estratégico Nacional para Eliminação do Paludismo em STP 2017 – 2021. Janeiro 2020.
- MS/OMS, 2021. Relatório Inquérito STEPS 2019.
- NU STP. Avaliação de Impacto Socioeconómico (SEIA) e Plano de Resposta Socioeconómica (SERP) para COVID-19. Março 2021.
- OIT. Resultado da Avaliação das Necessidades das Empresas Provocada pela COVID-19 (Relatório). Julho 2020.
- ONU, 2021. Base de Dados Globais dos ODS. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/UNSDG/IndDatabasePage>
- Plano Nacional de Resiliência e Mitigação Socioeconómica face a COVID-19.
- PN de STP, 2021. Plano Estratégico da Polícia Nacional, 2021-2026
- PN STP, 2021. Relatório de atividades, 2020.
- PNUD, 2019. New Deal - Relatório final Avaliação Fragilidade, 2017.
- PNUD. Avaliação da Fragilidade. STP 2017.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf)
- Programa de Malária 2021. Relatório do Programa de Malária Estudo HBS, 2017.
- Programa do XVII Governo Constitucional (2018 – 2022). Dezembro de 2018.
- Programa Nacional de Luta contra a Sida (PNLS, 2020. Relatório do PNLS, 2017.
- RDSTP / FMI, 2021. Segunda Avaliação no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, Pedido de Dispensa do Cumprimento do Critério de Desempenho, Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho e Avaliação das Garantias de Financiamento, 2020.
- RDSTP, 2020. Relatório-país sobre os Direitos Humanos, 2018.
- RDSTP, 2020. Terceira Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, 2018.
- RDSTP, 2021. Avaliação da Gestão das Finanças Públicas de São Tomé e Príncipe baseado na metodologia (PEFA), 2020.
- RDSTP. Constituição da República.
- Transparency International, 2021. Corruption Perceptions Index 2020.
- Tribunal de Contas, 2021. Relatório definitivo de auditoria de desempenho sobre o estado de preparação e implementação dos ODS RDSTP, 2021.
- UNDESA. Handbook for the preparation of Voluntary National Reviews. Edition 2021.
- UN. Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development (Addis Ababa Action Agenda), 2015. Disponível em: [https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA\\_Outcome.pdf](https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf) .
- UNDP. Rapid Integrated Assessment (RIA). Facilitating mainstreaming of SDGs into national and local plans. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/rapid-integrated-assessment#modal-publication-download>

## ANEXOS

### LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS POR ODS



**Tabela 1.1: Perfil da pobreza da População de STP, segundo algumas características socioeconómicas dos agregados familiares, 2010 - 2017 (%)**

Características	2010 - Índices de pobreza FGT (%)			2017 - Índices de pobreza FGT (%)		
	P0	P1	P2	P02	P13	P24
<b>1. Total</b>	<b>66,2</b>	<b>24,8</b>	<b>12,0</b>	<b>66,7</b>	<b>30</b>	<b>17,3</b>
Homens	63,4	23,3	11,2	66,7	29,7	17,1
Mulheres	71,3	27,2	13,4	66,5	29,8	17,2
<b>2. Tipologia do agregado familiar</b>						
Unipessoal	12,1	2,4	0,9	22,2	10	6,1
Casal	26,1	4,5	1,4	40,2	18,4	11,3
Casal com Filhos	65,4	22,8	10,4	68,1	29,7	16,6
Monoparental Nuclear	67,3	24,5	12	69,8	30,3	17,2
Monoparental Alargada	80,8	33,8	17,2	74,1	37	23,4
Família Alargada	67,5	26,7	13,5	67,9	31,2	18,4
<b>3. Situação de emprego</b>						
Ativos Ocupados	65	82	23,5	58,6	24,7	13,6
Desempregado (BIT)	69,2	4	29,7	64,6	29,8	17,9
Inativos	68,6	9	27,7	68,5	32,9	20,2
Desempregado (desencorajado)	80,1	4,9	37,5	72,9	34,5	20,4
<b>4. Grupos socioeconómicos</b>						
Sector Público	56,6	20,1	9	44,9	16,9	9,1
Sector Privado formal	48,4	17	7,5	50,4	20,4	11,3
Independente do Sector Privado agrícola	68,4	25,7	12,6	69,8	30	16,4
Independente do Sector Privado não agrícola	67,7	24,1	11,3	60,4	26	14,4
Desempregado	74,8	33,7	18,5	64,6	29,8	17,9
Inativos	68,6	27,7	14,3	69,5	33,2	20,3
<b>5. Quintil do nível de vida do agregado familiar</b>						
20% mais pobres	100	62	39,2	100	76,1	58,9
2º quintil	100	40,2	16,4	100	53,3	28,7
3º quintil	100	20,2	4,5	100	32,5	11,1
4º quintil	31,4	1,5	0,1	59,6	6,4	0,9
20% mais ricos	0	0	0	0	0	0

Tabela 1.2: Razão de dependência por status “pobre” e “não-pobre”, 2017

	Não-pobre	Pobre
Crianças de 0 a 14 anos	1,07	1,97
Adultos de 15 a 64 anos	1,83	2,19
Idosos com 65 anos ou mais	0,13	0,13
Tamanho do agregado familiar	3,2	4,7

Fonte: INE, IOF 2017

Tabela 1.3: Distribuição percentual da população domiciliar segundo o tempo para ir à fonte de água para consumo doméstico, obter água e retornar, 2019

	Porcentagem usando serviços básicos de água melhorada		
	Água no local	Até 30 minutos	Total
<b>Total</b>	<b>39,8</b>	<b>49,4</b>	<b>89,2</b>
Urbano	43,9	47,2	91,1
Rural	31,5	53,8	85,3
<b>Região</b>			
Distrito de Água Grande	50,7	39,4	90,1
Distrito de Mé-Zóchi	37,6	54,4	92
Região Norte Oeste	36,8	56,7	93,5
Região Sul Este	22	56,3	78,3
Região Autónoma do Príncipe	41	39,3	80,3
<b>Educação de chefe do agregado</b>			
Pré-escolar / Nenhum	27,7	61,8	89,5
Básico	32	55,5	87,5
Secundário	47,9	42,5	90,4
Superior	76,5	20,1	96,6
Não sabe/Em falta	35,9	55,4	91,3
<b>Índice de bem-estar económico</b>			
Mais pobre	17,1	66,8	83,9
Segundo	19,5	68,7	88,2
Médio	31,6	55,9	87,5
Quarto	48,6	39,7	88,3
O mais rico	82,2	15,9	98,1

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

Tabela 1.4: Distribuição percentual da população domiciliar de acordo com a principal fonte de água melhoradas para consumo, 2019

	Alojamento	Quintal	Vizinho	Chafariz	Outros	Total
<b>Total</b>	<b>6,3</b>	<b>27,9</b>	<b>12,0</b>	<b>48,9</b>	<b>4,9</b>	<b>100</b>
Urbano	8,1	31,4	13,4	45,2	1,9	100
Rural	2,6	20,9	9,2	56,5	10,8	100
<b>Região</b>						
Distrito de Água Grande	10,9	37,7	11,8	37,9	1,7	100
Distrito de Mé-Zóchi	4	29,2	14,8	45,3	6,7	100
Região Norte Oeste	3,2	25,4	9,5	60,5	1,4	100
Região Sul Este	3,4	9,6	13,5	64,3	9,2	100
Região Autónoma do Príncipe	7,9	15,9	4,9	43,9	27,4	100

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 1.5: Distribuição percentual da população domiciliar de acordo com o tipo de instalação de saneamento utilizado, 2019**

	Tipo de instalação de saneamento utilizada pelo agregado familiar							
	Sanita com descarga ligada a:				Latrina ventilada melhorada	Latrina de fossa com laje	% que usa saneamento melhorado	Defecação ao ar livre
	Sistema de esgoto	Fossa séptica	Latrina com fossa	Local desconhecido				
<b>Total</b>	<b>16,5</b>	<b>7,1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,1</b>	<b>20,3</b>	<b>5,3</b>	<b>50</b>	<b>45,5</b>
Urbano	18,4	8,2	0,6	0,1	19,9	5,4	52,6	42,7
Rural	12,8	4,9	0,9	0,1	21,1	5,3	45,1	51,1
<b>Região</b>								
Distrito de Água Grande	21,8	10,1	0,9	0,2	24,8	5,2	63	29,6
Distrito de Mé-Zóchi	22,1	3,9	0,8	0	16,2	3,9	46,9	51,3
Região Norte Oeste	12,7	2,8	0,3	0	14,8	7,9	38,5	58,3
Região Sul Este	2,1	10,3	0,9	0,1	24,5	2,9	40,8	56,4
Região Autónoma do Príncipe	11,6	14,1	0,7	0,2	22,6	9,1	58,3	34,5
<b>Educação de chefe do agregado</b>								
Pré-escolar / Nenhum	11,2	3,3	2	0,1	15,7	3,6	35,9	57,1
Básico	10	4,6	0,5	0	17,9	5,7	38,7	56,5
Secundário	22,9	8,5	1	0,1	24,7	5,5	62,7	33,3
Superior	40,9	25	0	0,9	23,6	2,3	92,7	6,2
Não sabe/Em falta	23,3	10,2	0	0	14,8	6,6	54,9	43,3
<b>Índice de bem-estar económico</b>								
Mais pobre	3	0,5	0,6	0	5,9	2,7	12,7	80,2
Segundo	4,5	2,4	0,1	0,1	10,9	3,6	21,6	73,4
Médio	6,9	4,7	1	0	25,8	7,9	46,3	48,2
Quarto	22,3	8,6	0,8	0	34,3	9,7	75,7	21,3
O mais rico	46	19,5	0,8	0,4	24,8	2,8	94,3	4,2

Fonte: INE, MICS 2019

**Tabela 1.6: Percentagem de agregados familiares por característica de alojamento selecionado, segundo a área de residência ou região, 2019**

	Meio de residência			Região				
	Total	Urbano	Rural	Distrito de Água Grande	Distrito de Mé-Zóchi	Região Norte Oeste	Região Sul Este	Região Autónoma do Príncipe
<b>Eletricidade</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>	<b>100</b>	<b>100,1</b>
Sim, ligado ao sistema geral	79,7	81,5	76,1	83,9	79,2	77,2	71,9	83,6
Sim, fora do sistema (Gerador/isolado)	0,9	0,3	2,1	0,4	0,6	0,4	3,6	0,5
Não	19,4	18,2	21,8	15,6	20,2	22,3	24,5	16
<b>Combustível usado para cozinhar</b>	<b>99,9</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,8</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>
Combustível e tecnologia não poluentes	3,2	4,4	1	6,1	2,4	1,3	0,3	2,2
Outros combustíveis	95	94,1	96,8	92,5	96	96,8	96,7	96,3
Não cozinha dentro do agregado	1,7	1,5	2,2	1,4	1,4	1,9	3	1,4
Não sabe/Em falta		0	0,1	0	0,1	0	0	0
<b>Acesso a internet em casa</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100,1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>
Sim	44,3	49,4	34,5	60,8	36,5	33,7	26,1	62,3
Não	55,5	50,6	65	39,2	63	66	73,8	37,4
<b>% de membros do agregado familiar com acesso à eletricidade</b>	<b>83,1</b>	<b>83,8</b>	<b>81,8</b>	<b>85,3</b>	<b>83,4</b>	<b>81,0</b>	<b>79,2</b>	<b>88,5</b>

Fonte: INE, MICS 2019



**Tabela 3.1: Percentagem de partos assistidos por pessoal de saúde especializado, 2014 – 2019**

	2014	2019
Percentagem de parto assistido por um agente especializado	92,5	96,8

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 3.2: Taxa de mortalidade materna, 2009 - 2014**

	2009	2014
Nados vivos	100	74

Fonte: INE, IDS 2009 MICS 2014

**Tabela 3.3: Distribuição percentual de mulheres de 15-49 anos com um nado-vivo nos últimos dois anos, numa estrutura de saúde, 2014 - 2019**

	Parto numa estrutura de saúde (%)	
	2014	2019
<b>Total</b>	<b>90,9</b>	<b>95,4</b>
Urbano	93,9	95,0
Rural	85,1	96,2
<b>Região</b>		
Distrito de Água Grande		94,1
Distrito de Mé-Zóchi	93,0	97,1
Região Norte Oeste	90,9	95,5
Região Sul Este	76,8	94,8
Região Autónoma do Príncipe	94,7	97,8
<b>Educação</b>		
Pré escolar / Nenhum	75,5	94,7
Básico	88,3	92,5
Secundário	95,8	97,4
Superior	100,0	100,0
<b>Idade de Nascimento</b>		
Menos de 20 anos	93,7	97,7
20-34	91,5	95,1
35-49	84,9	94,2
<b>Índice de bem-estar económico</b>		
Mais pobre	81,9	94,1
Segundo	90,0	94,1
Médio	91,3	97,7
Quarto	93,5	96,1
O mais rico	99,6	95,5

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 3.4: Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças crônicas respiratórias, por sexo, 2017 - 2020**

	2017	2018	2019	2020
<b>Nº de mortes por doenças cardiovasculares</b>	<b>0,37</b>	<b>0,42</b>	<b>0,43</b>	<b>0,37</b>
Masculino	0,24	0,27	0,34	0,29
Feminino	0,51	0,57	0,54	0,46
<b>Nº de mortes por câncer</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,14</b>	<b>0,18</b>
Masculino	0,13	0,13	0,15	0,23
Feminino	0,14	0,13	0,14	0,12
<b>Nº de mortes com diabetes</b>	<b>0,05</b>	<b>0,04</b>	<b>0,02</b>	<b>0,06</b>
Masculino	0,03	0,03	0,02	0,08
Feminino	0,06	0,05	0,03	0,04
<b>Nº de mortes com doenças respiratórias</b>	<b>0,02</b>	<b>0,01</b>	<b>0,12</b>	<b>0,09</b>
Masculino	0	0,01	0,11	0,02
Feminino	0,04	0,01	0,14	0,05

Fonte: Hospital Dr. Ayres de Menezes, 2021

**Tabela 3.5: Percentagem de mulheres e homens de 15-49 anos que tomou pelo menos uma bebida alcoólica em qualquer altura no último mês, 2014 - 2019**

	Mulheres		Homens	
	2014	2019	2014	2019
<b>Total</b>	<b>53,2</b>	<b>52,0</b>	<b>67,1</b>	<b>61,8</b>
15-19	24,0	18,9	29,5	28,9
20-24	49,2	45,8	65,5	60,2
25-29	64,5	62,0	80,3	77,7
30-34	66,1	67,8	89,8	82,4
35-39	68,5	65,7	81,5	85,8
40-44	64,8	69,2	87,8	72,9
45-49	65,8	68,8	86,0	61,0

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 3.6: Percentagem de mulheres de 15-49 anos que estão casadas ou em união-de-facto, com necessidades satisfeitas de planeamento familiar e utilização de métodos contraceptivos modernos, 2014 - 2019**

	2014	2019
<b>Total</b>	<b>55,4</b>	<b>60,0</b>
Urbano	52,8	59,7
Rural	60,4	60,4
Distrito de Água Grande		60,0
Distrito de Mé-Zóchi		56,9
Região Norte Oeste	62,1	60,6
Região Sul Este	60,3	64,9
Região Centro Este	51,3	57,6
Região Autónoma do Príncipe	73,0	53,7

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 3.7: Percentagem de mulheres de 15 a 49 anos atualmente casadas ou em união-de-facto que utilizam (ou cujo parceiro/cônjuge usa) um método contraceptivo, 2019**

	2014	2019
<b>Total</b>	<b>37,4</b>	<b>49,7</b>
Preservativo Feminino	0,6	0,0
Preservativo Masculino	5,1	2,1
Pilula	14,8	18,0
Implante	2,5	2,3
Injetável	11,6	20,9
DIU	2,1	1,9
Esterilização Masculina	0,1	0,1
Esterilização Feminina	0,6	0,3
Outro	0,0	4,1

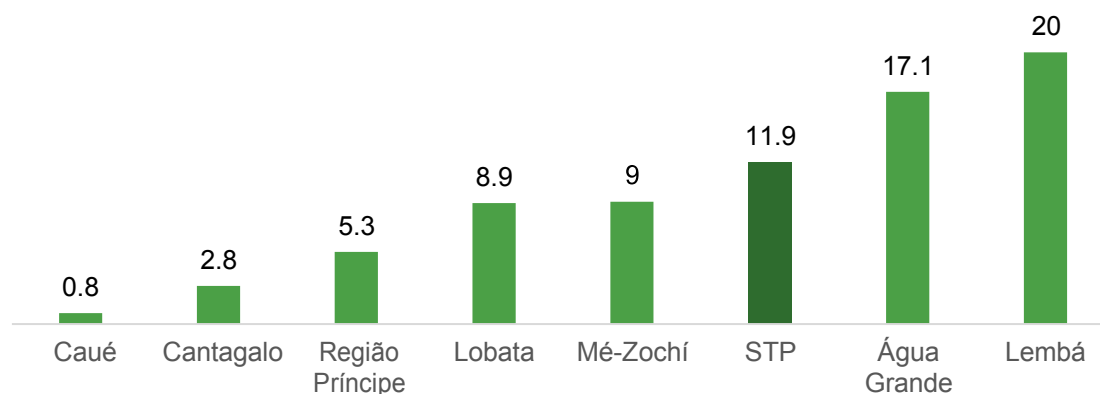
Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 3.8: Densidade e distribuição dos profissionais de saúde por Distrito, 2017 – 2019**

	2017	2018	2019
Distrito de Água Grande	0,21	0,15	0,23
Distrito de Mé-Zóchi	0,28	0,23	0,26
Distrito de Cantagalo	0,49	0,43	0,43
Distrito de Lembá	0,55	1,10	0,45
Distrito de Lobata	0,46	0,39	0,43
Distrito de Caué	0,91	0,90	0,96
Região Autónoma do Príncipe	1,28	1,26	1,27
<b>STP</b>	<b>0,38</b>	<b>0,32</b>	<b>0,36</b>

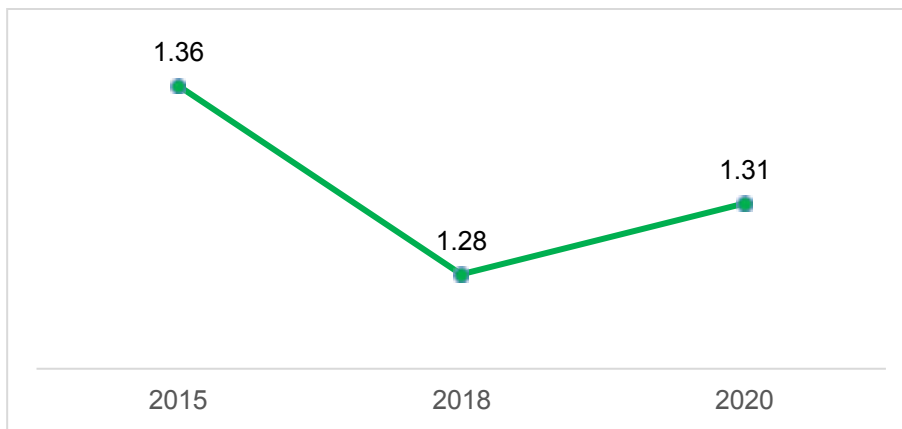
Fonte: MS e INE

**Gráfico 3.7: Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes, por regiões, 2019**



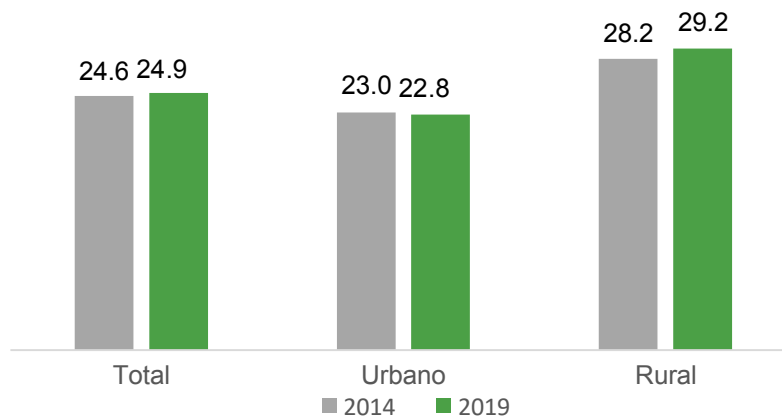
Fonte: Relatório do Programa de Malária Estudo HBS, 2019

Gráfico 3.8: Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes, 2015 - 2020



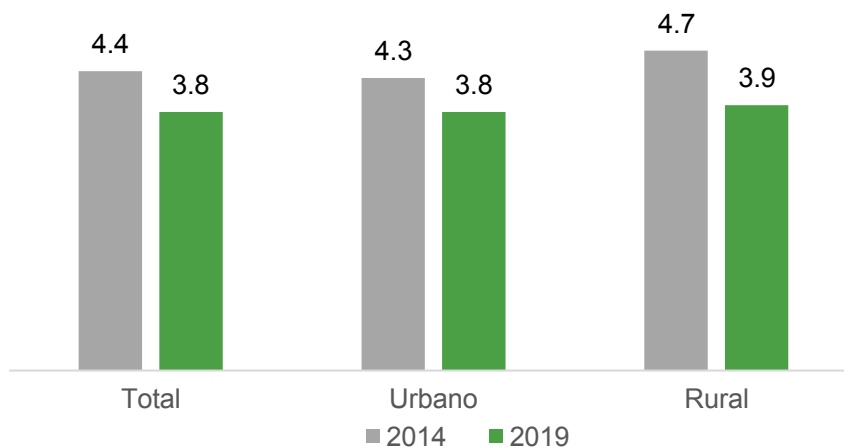
Fonte: Based on serosurveys at city, subnational or national level. World Health Organisation (WHO).

Gráfico 3.11: Percentagem de mulheres que tiveram filhos antes de 18 anos, por meio de residência, 2014 - 2019



Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

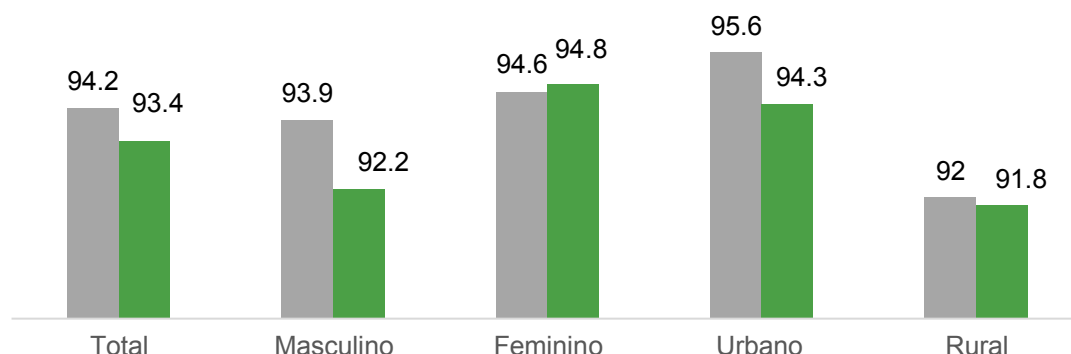
Gráfico 3.12: Taxa de fecundidade total expressa por mulher de 15-49 anos de idade, por meio de residência, 2014 - 2019



Fonte: INE, MICS 2014 e 2019



Gráfico 3.13: Percentagem de crianças com idade entre 12 e 23 meses, atualmente vacinadas contra doenças infantis evitáveis por vacina (cobertura bruta), 2019



Fonte: INE, MICS 2019



Tabela 4.1: Percentagem de crianças de 7 a 14 anos que demonstram habilidades de leitura fundamental ao completar com sucesso três tarefas de leitura fundamental, por sexo, 2019

	Total	Masculino	Feminino
<b>Total</b>	<b>38,4</b>	<b>34,9</b>	<b>42,0</b>
Urbano	37,9	33,5	42,8
Rural	39,3	37,9	40,6
<b>Regiões</b>			
Distrito de Água Grande	42,9	39,1	47,0
Distrito de Mé-Zóchi	47,8	45,3	50,2
Região Norte Oeste	27,1	22,3	32,4
Região Sul Este	31,6	28,9	34,3
Região Autónoma do Príncipe	47,1	48,4	45,8
<b>Frequência escolar</b>			
Educação na primeira infância	27,8	36,9	20,4
<b>Básico</b>	<b>32,4</b>	<b>29,0</b>	<b>36,0</b>
1ª Classe	3,9	3,6	4,1
2ª Classe	11,7	12,1	11,3
3ª Classe	28,9	28,7	29,1
4ª Classe	32,6	22,6	45,7
5ª Classe	38,6	31,6	46,7
6ª Classe	68,3	74,3	63,7
<b>Secundário inferior</b>	<b>71,1</b>	<b>67,8</b>	<b>74,4</b>
7ª Classe	63,5	59,9	68,7
8ª Classe	79,1	88,3	73,7
9ª Classe	96,8	93,5	97,8
10ª Classe	100,0	100,0	na
12ª Classe	100,0	100,0	na

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 4.2: Percentagem de crianças de 7 a 14 anos que demonstram habilidades básicas numéricas ao completar com sucesso três tarefas básicas numéricas, por sexo, 2019**

	Total	Masculino	Feminino
<b>Total</b>	<b>35,8</b>	<b>35,5</b>	<b>36,1</b>
Urbano	34,2	34,2	34,2
Rural	39,1	38,4	39,7
<b>Regiões</b>			
Distrito de Água Grande	38,5	41,9	34,9
Distrito de Mé-Zóchi	42,4	36,3	48,3
Região Norte Oeste	27,0	24,9	29,3
Região Sul Este	35,8	39,5	32,2
Região Autónoma do Príncipe	34,4	33,1	35,6
<b>Frequência escolar</b>			
Educação na primeira infância	14,8	7,8	20,4
<b>Básico</b>	<b>31,9</b>	<b>32,7</b>	<b>31,1</b>
1ª Classe	4,1	4,9	3,3
2ª Classe	11,7	14,4	8,7
3ª Classe	24,3	27,3	21,1
4ª Classe	43,6	42,2	45,4
5ª Classe	40,7	40,5	40,9
6ª Classe	56,2	57,1	55,5
<b>Secundário inferior</b>	<b>56,3</b>	<b>51,2</b>	<b>61,4</b>
7ª Classe	45,2	41,3	50,8
8ª Classe	70,9	78,9	66,2
9ª Classe	90,1	93,5	89,1
10ª Classe	100,0	100,0	
12ª Classe	0,0	0,0	
Fora da escola	26,2	33,1	12,7

Fonte: INE, MICS 2019

**Tabela 4.4: Distribuição percentual de crianças com menos de um ano de idade oficial de entrada na escola básica no início do ano letivo, por frequência a educação e frequência a um programa de educação infantil ou ensino básico (taxa de frequência líquida ajustada), 2014 – 2019**

	Taxa de frequência líquida		Percentagem de crianças que em 2019:			
	2014	2019	Participam num programa de educação infantil	Frequentam o ensino básico	Não participam num programa de educação infantil ou ensino básico	Total
<b>Total</b>	<b>57,9</b>	<b>74,1</b>	<b>63,8</b>	<b>10,2</b>	<b>25,9</b>	<b>100</b>
Masculino	59,0	69,9	61,4	8,5	30,1	100
Feminino	57,0	78,2	66,2	11,9	21,8	100
Urbano		73,9	63,9	10,0	26,1	100
Rural		74,5	63,7	10,8	25,5	100

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

Gráfico 4.2: Proporção de escolas com acesso a alguns bem essenciais (eletricidade, água potável, WC/latrinas), 2017

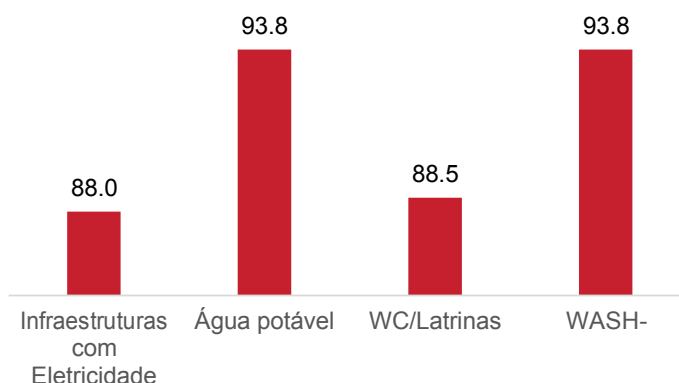


Gráfico 4.3: Proporção de professores com formação pedagógica, por níveis de ensino, 2017

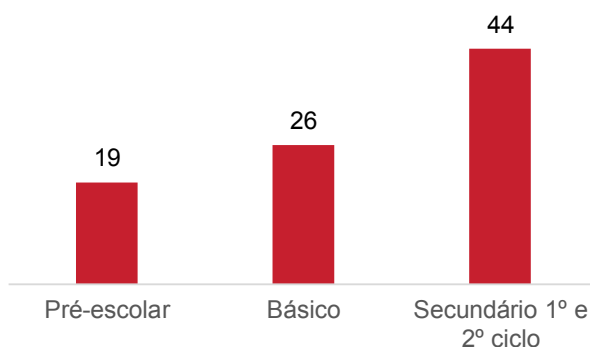


Tabela 5.2: Proporção de mulheres e meninas já com 15 anos ou mais, sofrendo violência física, sexual ou psicológica por um parceiro íntimo atual ou antigo nos últimos 12 meses, por idade, 2017 - 2021

Idade	2017	2018	2019	2020	2021
15-19	12,6	11,6	12,3	14,5	10,8
20-24	20,5	19,2	18,1	21,7	21,0
25-29	23,1	22,2	20,9	18,7	18,9
30-34	16,4	19,2	18,6	15,2	14,9
35-39	11,5	11,6	13,9	15,2	15,5
40-44	7,7	7,8	7,6	7,6	8,1
45-49	3,1	2,6	3,9	3,9	5,1
50-54	2,3	2,8	1,8	0,7	2,4
55-59	2,1	1,7	1,6	2,3	1,7
60-64	0,8	0,2	0,8	0,2	0,7
65-69	0,0	0,7	0,3	0,0	0,3
70+	0,0	0,5	0,3	0,0	0,7

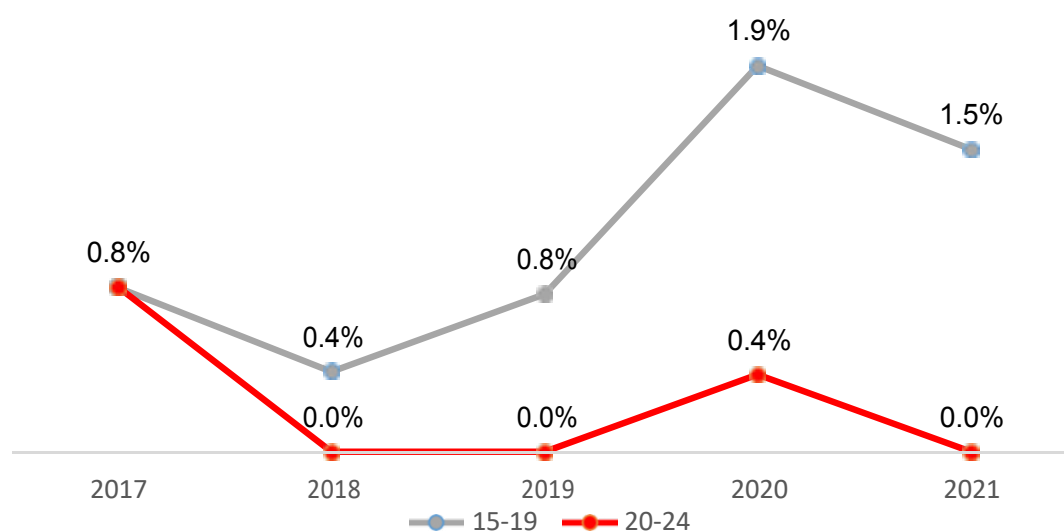
Fonte: CACVD, 2021

**Tabela 5.3: Percentagem de mulheres de 20-24 anos de idade que casaram ou entraram numa união-de-facto pela primeira vez antes dos 15 e 18 anos de idade, 2014 - 2019**

	2014		2019	
	% de casados antes dos 15 anos	% de casados antes dos 18 anos	% de casados antes dos 15 anos	% de casados antes dos 18 anos
<b>Total</b>	<b>5,8</b>	<b>32,2</b>	<b>5,4</b>	<b>28,0</b>
Urbano	9,3	43,1	4,1	25,7
Rural	5,1	29,7	7,9	32,7
Distrito de Água Grande			5,7	24,3
Distrito de Mé-Zóchi			5,8	22,8
Região Centro Este	4,4	27,7		
Região Norte Oeste	7,5	40,4	5,2	36,6
Região Sul Este	9,5	41,8	3,9	28,5
Região Autónoma do Príncipe	9,3	43,1	6,4	47,1
Mais pobre	8,9	43,8	6,6	45,0
Segundo	8,7	41,1	5,9	28,8
Médio	5,6	35,2	5,2	32,5
Quarto	4,2	27,7	5,9	20,6
O mais rico	1,9	15,9	3,0	11,0

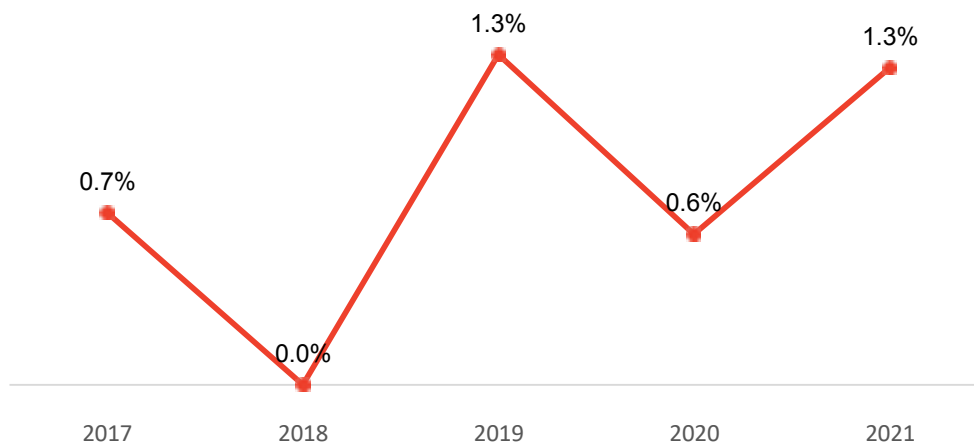
Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Gráfico 5.2: Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram de violência sexual nos 12 últimos meses infligida por alguém que não fosse um parceiro íntimo, por grupo de idade, Distrito de Água Grande, 2017 – 2021**



Fonte: CACVD, 2021

**Gráfico 5.3: Proporção de mulheres e meninas de 15-19 anos que sofreram nos últimos 12 meses de violência sexual infligida por alguém que não fosse um parceiro íntimo, por grupo de idade, Distrito Mé-Zochi, 2017 - 2021**



Fonte: CACVD, 2021



**Tabela 6.1: Percentagem de membros do agregado familiar que usa uma fonte de água potável melhorada localizada nas instalações, disponível quando necessário, 2014 - 2019**

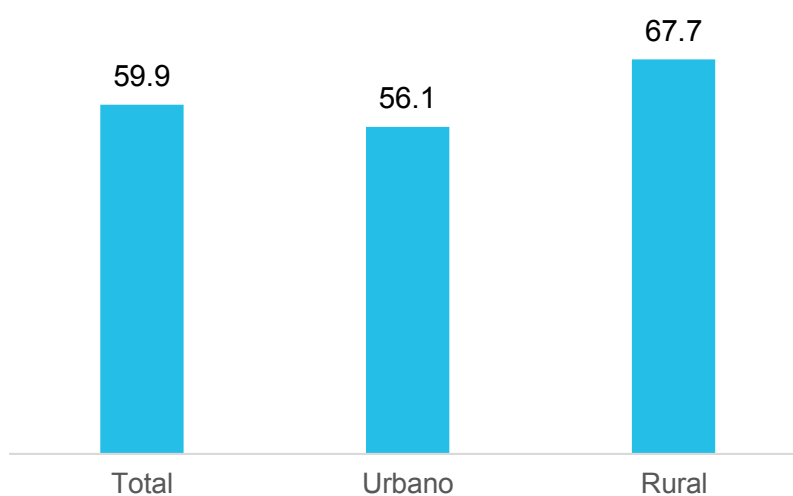
	2014	2019
Total	93,9	97,5
Urbano	98,0	99,0
Rural	85,8	94,4
Região		
Distrito de Água Grande		99,1
Distrito de Mé-Zóchi		98,2
Região Centro Este	95,8	
Região Norte Oeste	90,7	99,0
Região Sul Este	94,5	93,9
Região Autónoma do Príncipe	73,9	83,5
Índice de bem-estar económico		
Mais pobre	90,9	95,1
Segundo	92,0	97,8
Médio	91,6	96,6
Quarto	95,3	98,2
O mais rico	99,7	99,7

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019

**Tabela 6.2: Percentagem de usuários de instalações sanitárias melhoradas, não compartilhadas, 2014 – 2019**

	2014	2019
<b>Total</b>	<b>40,9</b>	<b>44,7</b>
Urbano	46,2	47,0
Rural	30,2	39,9
<b>Região</b>		
Distrito de Água Grande		56,3
Distrito de Mé-Zóchi		40,1
Região Centro Este	46,5	
Região Norte Oeste	25,2	34,5
Região Sul Este	31,6	37,8
Região Autónoma do Príncipe	51,1	55,3
<b>Educação de chefe do agregado</b>		
Pré-escolar / Nenhum	30,0	31,6
Básico	33,0	33,9
Secundário	51,4	55,9
Superior	84,7	86,3
Não sabe/Em falta	41,5	54,9
<b>Índice de bem-estar económico</b>		
Mais pobre	7,5	9,6
Segundo	18,1	17,1
Médio	31,1	38,6
Quarto	58,6	68,3
O mais rico	89,0	89,8

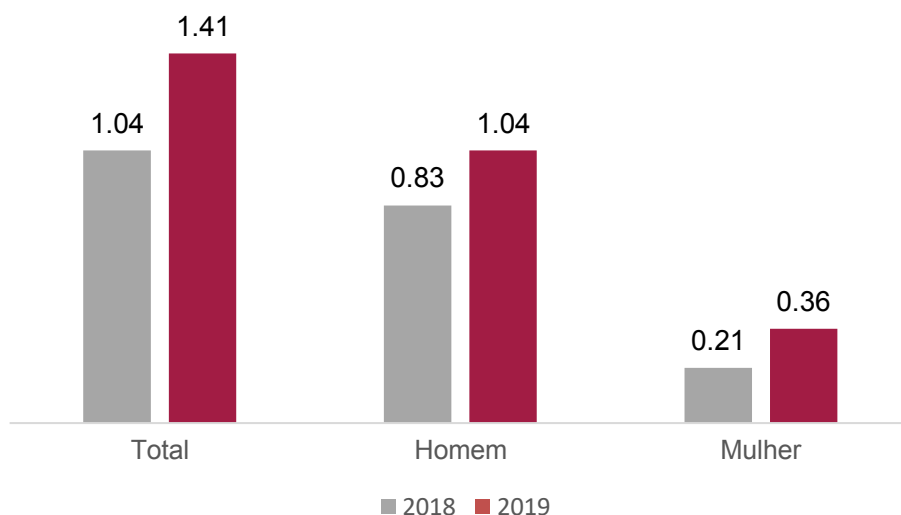
**Gráfico 6.1: Percentagem de membros do agregado familiar sem água melhorada para consumo nas instalações, por meio de residência, 2019**



Fonte: INE, MICS 2019



Gráfico 8.4: Percentagem de acidentes de trabalho mortais e não mortais, por sexo e condição de migração, 2018 – 2019



Fonte: SNPCB, 2021



Tabela 11.2: Resíduos Sólidos Urbanos produzidos em STP, por Distritos (Ton/ano), 2010 - 2020

	2010	2015	2020
Água Grande	7 948	9 093	10 306
Mé-Zochi	5 378	6 238	7 070
Cantagalo	2 031	2 370	2 687
Caué	843	1 028	1 166
Lembá	1 639	1 896	2 149
Lobata	2 326	2 799	3 173
Pagué (Ilha do Príncipe)	914	1 092	1 238
Visitantes (INE ST, 2006)	257	358	480
Total	21 336	24 874	28 269

Fonte: Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos - STP, 2010



**Tabela 16.2: Percentagem de crianças com menos de 5 anos cujo nascimento foi declarado como estando registado na autoridade civil, 2014 - 2019**

	2014	2019
<b>Total</b>	<b>95,2</b>	<b>98,6</b>
Masculino	95,5	98,8
Feminino	94,9	98,4
<b>Meio de residência</b>		
Urbano	96,4	98,6
Rural	93,0	98,5
<b>Idade</b>		
0-11	94,5	98,7
12-23	94,9	98,5
24-35	95,4	97,8
36-47	95,9	99,8
48-59	95,2	98,3

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019





**Tabela 17.3: Percentagem de crianças com menos de 5 anos cujo nascimento foi declarado como estando registado na autoridade civil, 2014 - 2019**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.1.1	2.1.1	3.1.1	4.1.1	5.1.1	6.1.1	7.1.1	8.1.1	9.1.1	10.1.1	11.1.1	12.1.1	13.1.1	14.1.1	15.1.1	16.1.1	17.1.1
1.2.1	2.1.2	3.1.2	4.1.2	5.2.1	6.2.1	7.1.2	8.2.1	9.1.2	10.2.1	11.2.1	12.2.1	13.1.2	14.2.1	15.1.2	16.1.2	17.1.2
1.2.2	2.2.1	3.2.1	4.2.1	5.2.2	6.3.1	7.2.1	8.3.1	9.2.1	10.3.1	11.3.1	12.2.2	13.1.3	14.3.1	15.2.1	16.1.3	17.2.1
1.3.1	2.2.2	3.2.2	4.2.2	5.3.1	6.3.2	7.3.1	8.4.1	9.2.2	10.4.1	11.3.2	12.3.1	13.2.1	14.4.1	15.3.1	16.1.4	17.3.1
1.4.1	2.2.3	3.3.1	4.3.1	5.3.2	6.4.1	7.a.1	8.4.2	9.3.1	10.4.2	11.4.1	12.4.1	13.2.2	14.5.1	15.4.1	16.2.1	17.3.2
1.4.2	2.3.1	3.3.2	4.4.1	5.4.1	6.4.2	7.b.1	8.5.1	9.3.2	10.5.1	11.5.1	12.4.2	13.3.1	14.6.1	15.4.2	16.2.2	17.4.1
1.5.1	2.3.2	3.3.3	4.5.1	5.5.1	6.5.1		8.5.2	9.4.1	10.6.1	11.5.2	12.5.1	13.a.1	14.7.1	15.5.1	16.2.3	17.5.1
1.5.2	2.4.1	3.3.4	4.6.1	5.5.2	6.5.2		8.6.1	9.5.1	10.7.1	11.6.1	12.6.1	13.b.1	14.a.1	15.6.1	16.3.1	17.6.1
1.5.3	2.5.1	3.3.5	4.7.1	5.6.1	6.6.1		8.7.1	9.5.2	10.7.2	11.6.2	12.7.1		14.b.1	15.7.1	16.3.2	17.7.1
1.5.4	2.5.2	3.4.1	4.a.1	5.6.2	6.a.1		8.8.1	9.a.1	10.7.3	11.7.1	12.8.1		14.c.1	15.8.1	16.3.3	17.8.1
1.a.1	2.a.1	3.4.2	4.b.1	5.a.1	6.b.1		8.8.2	9.b.1	10.7.4	11.7.2	12.a.1			15.9.1	16.4.1	17.9.1
1.a.2	2.a.2	3.5.1	4.c.1	5.a.2			8.9.1	9.c.1	10.a.1	11.a.1	12.b.1			15.a.1	16.4.2	17.10.1
1.b.1	2.b.1	3.5.2		5.b.1			8.10.1		10.b.1	11.b.1	12.c.1			15.b.1	16.5.1	17.11.1
	2.c.1	3.6.1		5.c.1			8.10.2		10.c.1	11.b.2				15.c.1	16.5.2	17.12.1
		3.7.1					8.a.1								16.6.1	17.13.1
		3.7.2					8.b.1								16.6.2	17.14.1
		3.8.1													16.7.1	17.15.1
		3.8.2													16.7.2	17.16.1
		3.9.1													16.8.1	17.17.1
		3.9.2													16.9.1	17.18.1
		3.9.3													16.10.1	17.18.2
		3.a.1													16.10.2	17.18.3
		3.b.1													16.a.1	17.19.1
		3.b.2													16.b.1	17.19.2
		3.b.3														
		3.c.1														
		3.d.1														
		3.d.2														

**Legenda:**

Dados disponíveis

Sem dados

Não se aplica

Fonte: INE, MICS 2014 e 2019



# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL